

MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO



Grandes Opções do Plano E Orçamento 2015

Handwritten signature

Handwritten signature

ÍNDICE	1
PROPOSTA	3
RELATÓRIO COM APRESENTAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL PROPOSTA	
REGRAS PREVISIONAIS – PONTO 3.3 DO POCAL	5
I PARTE	8
INTRODUÇÃO	9
ENQUADRAMENTO LEGAL	12
DESENVOLVIMENTO ESTRUTURAL	13
LINHAS ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO ESTRUTURAL	13
INTERVENÇÕES SETORIAIS	15
FUNÇÕES GERAIS	15
ADMINISTRAÇÃO GERAL	15
MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	15
INSTALAÇÕES MUNICIPAIS	16
SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	16
PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	17
FUNÇÕES SOCIAIS	18
EDUCAÇÃO	18
SAÚDE	21
AÇÃO SOCIAL	21
HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS	24
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	25
ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA	25
RESÍDUOS SÓLIDOS	26
SERVIÇOS CULTURAIS E RECREATIVOS	26
CULTURA	27
DESPORTO, RECREIO E LAZER	30
FUNÇÕES ECONÓMICAS	31
AGRICULTURA	31
INDÚSTRIA	32
COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES	33
COMÉRCIO E TURISMO	33

MERCADOS E FEIRAS	33
TURISMO	35
OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	37
INOVAÇÃO E CONHECIMENTO	37
OUTRAS FUNÇÕES	37
RECURSOS HUMANOS	37
NOTA FINAL	39
ARTICULADO – NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	40
DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS	
ORÇAMENTO DA RECEITA	
ORÇAMENTO DA DESPESA	
GRANDES OPÇÕES DO PLANO	
PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS	
PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	
RESUMO ORÇAMENTAL (RECEITA, DESPESA, PAM E PPI)	
MAPA DA RELAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS A MEDIO E A LONGO PRAZOS	
PROPOSTAS ANEXAS	
AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA	
ENCARGOS PLURIANUAIS	
EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO	
MAPA DE PESSOAL	

MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO



Proposta

2015

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

PROPOSTA

Para cumprimento da alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro apresentamos a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015, a qual contém o Plano Plurianual de Investimentos, Plano das Atividades mais relevantes, o relatório com a fundamentação política orçamental proposta e ainda o articulado que contém as medidas para orientar a Execução Orçamental.

O contexto de crise que o País atravessa e as medidas de austeridade exigidas pelo Governo, impostas pelos compromissos assumidos com a “Troika”, fazem prever mais um ano de grandes dificuldades, o que vai obrigar a uma gestão municipal ainda mais rigorosa. Tal realidade determina que sejamos capazes de fazer opções criteriosas e de gerir os recursos disponíveis de acordo com o superior interesse público e procurando ir ao encontro dos interesses e expectativas dos cidadãos numa busca incessante para garantir crescentes níveis de bem-estar e de qualidade de vida.

Para tal, impõe-se, antes de mais, procurar promover o desenvolvimento sustentado do Concelho, pugnando por uma cada vez maior atratividade do território, buscando a atração de novos investimentos que possam contribuir para a criação de mais desenvolvimento económico e de novas oportunidades de emprego. Almejando ir ao encontro de uma visão estruturada das potencialidades da economia local, continuamos a apostar na valorização da agricultura e dos produtos locais, na dinamização da atividade turística e preparar maior atratividade para o investimento industrial.

Ao mesmo tempo, não deixaremos de continuar a manter e aprofundar outros importantes vetores de desenvolvimento indutores de progresso e de qualidade de vida, como são as infraestruturas rodoviárias, o abastecimento de água e o saneamento básico, a recolha de resíduos e a requalificação dos espaços públicos, a educação, a cultura, o desporto, o ambiente e a inovação tecnológica. E porque no contexto atual só é possível projetar investimentos de maior vulto com recurso aos fundos comunitários, temos preparados os processos de candidaturas para apresentar a financiamento logo que o novo quadro comunitário de apoio esteja disponível.

Na conjuntura atual, a ação social emerge como um elemento fundamental para desenvolver políticas ativas de justiça e inclusão social, assumindo a autarquia um papel central na

3

promoção do apoio solidário aos cidadãos desprotegidos e em situações de fragilidade, assim como na promoção de formas de diferenciação positiva. A concretização de uma estratégia de intervenção social será uma área essencial da nossa atuação, com destaque para os domínios do emprego e da habitação, sem esquecer outras políticas sociais de emergência e/ou inclusivas. Com este espírito, procuraremos envolver todas as instituições e a sociedade civil na busca de projetos comuns orientados para as crianças, os idosos e as famílias carenciadas e o fomento de relações intergeracionais e interculturais que promovam o combate a todo o tipo de discriminações.

O presente documento estabelece as orientações fundamentais da Câmara Municipal no que respeita à prestação de serviços e nas suas ações de apoio ao investimento, incentivando a parceria com terceiros (empresas, associações, clubes, projetos de desenvolvimento, etc.) visando a criação de emprego e a elevação da qualidade de vida dos cidadãos, orientando a gestão dos seus próprios recursos e serviços para a satisfação das necessidades dos Mesão-frienses, das empresas e de todas as instituições ambicionando, sempre, a afirmação de uma imagem positiva do território e de todas as suas potencialidades.

A incerteza quanto ao futuro próximo impõe, ao Município de Mesão Frio e à grande maioria dos municípios, limitações acrescidas, pela diminuição das receitas próprias, pela diminuição das transferências do Estado, pela manutenção dos cortes à capacidade de endividamento, com base na nova definição do artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e por todo um conjunto de medidas de restrição orçamental que, tendo em conta a crescente transferência de competências, vão exigir a adoção de soluções que constituirão um novo paradigma na gestão autárquica, de forma a assegurar o desenvolvimento sustentável do concelho e a manutenção da qualidade de vida dos munícipes.

De acordo com o n.º 1, do artigo 46.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, o orçamento municipal inclui, nomeadamente, entre outros, os seguintes elementos:

- a) Relatório que contenha a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta, incluindo a identificação e descrição das responsabilidades contingente;
- b) Mapa resumo das receitas e despesas da autarquia local, que inclui, no caso dos municípios, de forma autónoma, as correspondentes verbas dos serviços municipalizados, quando aplicável;

- c) Mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica, a que acresce, de forma autónoma, o dos serviços municipalizados, quando aplicável.
- d) Articulado que contenha as medidas para orientar a execução orçamental.

Assim,

1. Com base nos documentos previsionais de gestão em anexo, elaborados nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), fica a Câmara Municipal autorizada a cobrar, no ano económico de 2015, os impostos diretos e indiretos, taxas, licenças, coimas e outras receitas previstas no Orçamento, para fazer face às despesas inscritas no mesmo.

2. O Orçamento para o ano de 2015 foi elaborado com regras previsionais previstas no ponto 3.3 do POCAL e com base numa estratégia de contenção de despesas de funcionamento e de desenvolvimento sustentado, com reflexos positivos no património da autarquia e no progresso económico e social que se preconiza para o Município.

Regras previsionais - Ponto 3.3 do POCAL

- a) As importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores à média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração;
- b) As importâncias relativas às transferências correntes e de capital só podem ser consideradas no orçamento em conformidade com a efetiva atribuição pela entidade competente;
- c) Sem prejuízo do disposto na alínea anterior, as importâncias relativas às transferências financeiras, a título de repartição dos recursos públicos do Orçamento do Estado, a considerar no orçamento aprovado, devem ser as constantes do Orçamento do Estado em vigor até à publicação do Orçamento do Estado para o ano a que ele respeita;
- d) As importâncias relativas aos empréstimos só podem ser consideradas no orçamento depois da sua contratação, independentemente da eficácia do respetivo contrato;
- e) As importâncias previstas para despesas com pessoal devem ter em conta apenas o pessoal que ocupe lugares de quadro, requisitado e em comissão de serviço ou contratos a termo certo, bem como aquele cujos contratos ou abertura de concurso

para ingresso ou acesso estejam devidamente aprovados no momento da elaboração do orçamento;

- f) No orçamento inicial, as importâncias a considerar nas rubricas "Remunerações de pessoal" devem corresponder à da tabela de vencimentos em vigor.

O Orçamento Municipal, para o ano de 2015, foi ainda elaborado tendo em conta as regras previstas no artigo 253.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE2014), em que refere que a previsão orçamental de receitas das autarquias locais, resultantes da venda de imóveis em montante igual à média aritmética simples das receitas arrecadadas nos últimos 36 meses que procedem o mês da sua elaboração.

3. As Grandes Opções do Plano (GOP 2015) integram projetos, ações e investimentos a desenvolver pela autarquia, direta ou indiretamente, com financiamento assegurado no orçamento de exercício.

4. Nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua redação atual, acompanham a proposta de orçamento os **elementos relativos aos recursos humanos**, integrando o respetivo Mapa de Pessoal.

5. As receitas do Município para o ano económico de 2015, são estimadas em **5 743 245, 00 €** (cinco milhões setecentos e quarenta e três mil duzentos e quarenta e cinco euros), assim discriminados:

RECEITA	MONTANTE
CORRENTE	4 849 647, 62 €
CAPITAL	893 597, 38 €
TOTAL	5 743 245, 00 €

6. As despesas municipais para o ano económico de 2015, são fixadas em **5 743 245, 00 €** (cinco milhões setecentos e quarenta e três mil duzentos e quarenta e cinco euros), assim discriminados:

DESPESA	MONTANTE
CORRENTE	3 978 941, 00 €
CAPITAL	1 764 304, 00 €
TOTAL	5 743 245, 00 €

7. Na angariação das receitas e na realização das despesas deverão observar-se as **Normas de Execução do Orçamento para o ano de 2015**, contempladas no presente documento.

Nestes termos, e tendo em conta o definido na alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho que o Executivo aprove e delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal os documentos de gestão para o ano de 2015, que a seguir se discriminam:

- 1- Orçamento Municipal (Receita e Despesa) para o ano de 2015;
- 2- Grande Opções do Plano (PPI e PAM) para o ano 2015;
- 3- Norma de Execução do Orçamento, incluindo o pedido de Autorização Genérica para dispensa de Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais;
- 4- Mapa dos Encargos Anuais – Empréstimos de Médio e Longo Prazo;
- 5- Empréstimo de Curto Prazo;
- 6- Mapa de Pessoal;

Município de Mesão Frio, 27 de outubro de 2014

O Presidente da Câmara Municipal,



Alberto Monteiro Pereira, Dr.



MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO



Relatório com Apresentação e Fundamentação da Política Orçamental Proposta



I PARTE



1/1

1/1
8

I Primeira parte

Introdução

Este documento constitui um instrumento fundamental do planeamento da atividade do Município para o ano 2015 e tem como principal fio condutor a criação de condições para o **desenvolvimento sustentado do território concelhio**.

As Grandes Opções do Plano enquadram-se nas estratégias de **elevação dos índices de bem-estar e de qualidade de vida dos Mesão-frienses**, visando nuclearmente o desenvolvimento da sociedade e da economia local e a **alavancagem da atratividade e da competitividade** do território municipal.

Inseridas numa lógica de **consolidação orçamental**, de **equilíbrio financeiro** e de implementação de uma **gestão de rigor**, embora elaboradas num clima de incerteza económica e de indefinição no que diz respeito aos Fundos Comunitários, uma vez que ainda não são conhecidas as respetivas regras, não deixam contudo de se nortear em função de desígnios incontornáveis como a realização de transformações estruturais e a capacitação de alguns setores da vida concelhia.

As prioridades de investimento incidem em **três eixos fundamentais**: o **emprego** e o **desenvolvimento económico**; a **educação/formação** e a **ação social**; o **ambiente** e a **qualidade de vida**.

A elaboração do presente documento procurou espelhar o claro propósito de prosseguir com os esforços em ordem ao **equilíbrio financeiro**, mas, concomitantemente, a firme vontade de contribuir com a criação de condições para a **modernização dos setores produtivos locais**, incentivando o **empreendedorismo**, cativando investimentos internos e externos e **modernizando o território concelhio**.

O Município tem que potenciar a atração de **novos empreendimentos que gerem riqueza e emprego para os mesão-frienses** e em especial para os nossos jovens. A dinamização da atividade económica, a proporcionar pelo perímetro turístico que o nosso concelho dispõe, pelos equipamentos e serviços atrativos e pela mobilização dos agentes económicos e sociais, estes deverão ajudar a alavancar a economia e a **criar postos de trabalhos indispensáveis para a fixação das pessoas no território concelhio**.

O **incremento da atratividade do território** centrar-se-á numa clara aposta na fixação das pessoas nas suas freguesias.

É nesta mesma linha que emerge o **desenvolvimento da atividade turística** como um fator de atratividade e de revitalização da economia local. O melhor aproveitamento das margens ribeirinhas para o lazer e para a prática desportiva, requalificando as praias fluviais.

A **educação** é, incontornavelmente, **estruturante no desenvolvimento de qualquer sociedade moderna**. Com a conclusão da reorganização do parque escolar, todas as crianças beneficiam das mesmas oportunidades no acesso a um ensino de excelência. Ao mesmo tempo, o **ensino profissional** continuará a afirmar-se como uma vertente importante na formação dos jovens, disponibilizando-nos sempre em fazer parcerias com base na ação em contexto de trabalho com as várias edilidades.

Mas a um concelho moderno e competitivo não se pode também deixar de atribuir um papel preponderante à vertente do desenvolvimento social, afirmando-se, cada vez mais, como um **concelho solidário** onde as famílias mais vulneráveis se sintam amparadas e onde os mais idosos se sintam sempre acarinhados e apoiados. Numa conjuntura em que a função social dos poderes públicos corre o risco de se ver secundarizada pelos ditames do rigor e da contenção orçamental, impõe-se dar claros sinais de uma efetiva **sensibilidade social** e da capacidade de mobilizar todos os parceiros sociais para projetos com um impacto positivo na vida das pessoas. Só assim se logrará continuar a encetar um trabalho planeado e consequente em torno da **dignificação e valorização das pessoas**. Assim, a **área social**, transversal a múltiplos objetivos deste documento, emerge como um dos principais pilares nesta estratégia de consolidação do progresso e do bem-estar.

A **sustentabilidade do território** concelhio passa essencialmente pela aposta em medidas políticas estratégicas no setor ambiental, objetivo que só será atingido com a **progressiva universalização de serviços básicos** como o **abastecimento público de água** e o **tratamento de águas residuais**.

Uma palavra também, em matéria de crescimento sustentável, para o desenvolvimento de uma estratégia de **crescimento de ordenamento do território** e de promoção e **valorização do mundo rural** inscrita nas principais opções feitas no processo do PDM que abriu um ciclo de

1

10

novas possibilidades de disseminação harmoniosa do tecido produtivo por todo o território concelhio, potenciando uma ocupação e povoamento mais equilibrados e passível de inverter a tendência de desertificação notada em algumas zonas mais periféricas.

O bem-estar e a qualidade de vida serão ainda promovidos com o desenvolvimento de **ações integradas na cultura, no desporto e no lazer.**

A **cultura** é a forma mais sublime de promover um povo, razão porque a defesa e projeção das tradições concelhias e a dinamização de iniciativas e projetos que estimulem a capacidade criativa dos diferentes atores.

A **prática desportiva**, além de concorrer para a adoção de hábitos e estilos de vida salutareis, incrementa a interação social e assume um papel de relevo na formação de crianças e jovens e idosos, consubstanciando uma escola de valores e criando condições para o desenvolvimento de competências fundamentais para a inserção numa sociedade e num mundo crescentemente desafiante e competitivo. Prosseguirão, pois, o investimento na melhoria dos equipamentos desportivos e o apoio a projetos integrados de formação desportiva.

Para a concretização destes projetos ambiciosos e indeclináveis em várias áreas nucleares irá contribuir a aposta na **otimização do aproveitamento dos fundos do novo Quadro Comunitário de Apoio.**

Nesta altura em que as freguesias iniciaram uma nova experiência autárquica, em resultado das agregações, exige-se uma ainda maior aposta no desenvolvimento de efetivas **políticas de descentralização e de proximidade com os cidadãos**, delegando mais competências e meios que vão potenciar a capacidade dos nossos autarcas nas freguesias de intervir de forma mais eficaz para resolver os problemas que efetivamente interessam aos cidadãos.

No nosso trabalho diário vamos privilegiar uma relação de grande proximidade com as pessoas. Contamos ainda com a nossa capacidade de **mobilização de todos os agentes locais** para a tarefa coletiva da alavancagem do desenvolvimento de todo o território concelhio. O **dinamismo das associações locais, o empreendedorismo das instituições concelhias e a gestão de proximidade das juntas de freguesia** são determinantes para o sucesso destas políticas delineadas exclusivamente a pensar no bem-estar de todos os Mesão-frienses.

11

Enquadramento legal

Em conformidade com a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, conjugados com o estabelecido pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, em matéria de gestão de pessoal, e ainda com a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, o Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Órgão Executivo do Município de Mesão Frio elabora e submete à aprovação os documentos previsionais de gestão, Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2015.

12

Desenvolvimento estrutural

Linhas estratégicas para o desenvolvimento estrutural

O presente documento encontra-se ancorado numa visão para o desenvolvimento estrutural e sustentado do Concelho de Mesão Frio e tem em vista a prossecução da grande meta da modernização e elevação da atratividade e competitividade do território.

A afirmação de Mesão Frio como um território de excelência para as famílias, para as empresas, para as associações, para as instituições e para todas as demais forças vivas locais é um desiderato ambicioso mas exequível se conseguir congregar vontades e unir sinergias no sentido da concretização dos seguintes objetivos fundamentais:

- Dar continuidade aos esforços em ordem à modernização administrativa, tendo em vista facilitar continuamente a vida dos munícipes e de todos os investidores;
- Criar todas as condições para que o território concelhio beneficie de novos investimentos geradores de riqueza e postos de trabalho;
- Otimizar o aproveitamento dos fundos do novo Quadro Comunitário de Apoio no sentido da concretização de projetos estruturantes para o desenvolvimento sustentado do concelho;
- Cativar e incentivar o empreendedorismo, nomeadamente entre os jovens com elevada qualificação, preparados para utilizarem o conhecimento e a inovação tecnológica na dinamização de novos projetos empresariais;
- Continuar a investir na melhoria da formação e da qualificação de todas as pessoas;
- Consolidar medidas de equilíbrio financeiro e de controlo das despesas;
- Projetar o território concelhio como um destino turístico de excelência;
- Promover a fixação das pessoas nas suas freguesias e atrair novos habitantes;
- Divulgar e valorizar as potencialidades naturais e culturais do território, numa lógica de preservação do equilíbrio ambiental e da promoção do desenvolvimento sustentável do concelho.

A reorganização da administração local vem colocar a questão do desenvolvimento de políticas e adoção de medidas de proximidade com ainda maior acuidade. A necessidade cada vez maior de fazer com que as instâncias de poder não estejam muito afastadas das pessoas e de se apostar na descentralização administrativa é fundamental para a implantação de um paradigma de governação local alicerçado em princípios como a transparência, a eficiência e a

13

eficácia na ação, patente na imediata disponibilização de meios logísticos e recursos financeiros promotores de desenvolvimento social, económico, cultural e ambiental do território.

Assim, a prevalência do princípio da subsidiariedade, refletido nos esforços em ordem à descentralização e reforma administrativa e desenvolvimento de um permanente trabalho de parceria com os principais agentes do desenvolvimento local, nomeadamente as Juntas de Freguesia, as Associações, as Instituições, os Empresários, a Direção do Agrupamento de Escolas, serão determinantes para se conseguir alavancar a competitividade do território concelhio.

Os esforços permanentes do Município para lograr a otimização dos níveis de eficiência e para levar a bom termo políticas municipais que vão de encontro às reais necessidades da sociedade e da economia locais representam, novamente, um dos maiores desafios a enfrentar, exigindo-se para tanto, políticas proactivas em áreas de nuclear importância, a saber: a educação, a cultura, o desporto e o lazer; a valorização do conhecimento e da inovação tecnológica; o planeamento e a gestão sustentada do território; a requalificação urbanística; uma gestão financeira rigorosa; a defesa da qualidade ambiental e o desenvolvimento económico e social.

14

INTERVENÇÕES SETORIAIS

1. – FUNÇÕES GERAIS

1.1. – Administração geral

1.1.1. – Modernização administrativa

O trabalho de proximidade da administração local tem que se pautar pelo reforço da capacidade para responder com celeridade e eficácia às múltiplas solicitações dos munícipes, dos empreendedores e de todos os agentes de dinamização da vida económica, social, cultural e desportiva.

Irão continuar as diligências no sentido de proporcionar serviços funcionais e eficazes e de prestar um atendimento célere e personalizado, sempre a pensar na melhoria gradual da capacidade de resposta para ir ao encontro das exigências de uma economia cada vez mais competitiva.

Para a concretização destes objetivos e numa lógica de diminuição dos custos de funcionamento dos serviços, serão encetadas as seguintes ações:

- **Prossecução dos esforços em ordem à redução dos custos de exploração dos sistemas de informação municipais,** substituindo, melhorando e ampliando os sistemas de informação através do desenvolvimento interno de aplicações de pequeno e médio porte;
- **Interoperabilidade das aplicações informáticas municipais.** Devido a inúmeras medidas de implementação de sistemas e plataformas de origens bem diferentes surge agora a necessidade de tornar a informação acessível e comum. Esta necessidade implica que a informação deva ser explorada a partir de todos os sistemas embora seja recebida de fontes bem diferentes. Este projeto entronca ainda na inevitável criação de pontos únicos de atendimento nos serviços municipais que respondam ao encerramento ou transformação de outros.
- **Prosseguir com a implementação de um sistema de arquivo digital** que proporcione a guarda de documentos digitais em formatos abertos e a interoperabilidade com outros sistemas.

15

1.1.2. – Instalações municipais

As instalações municipais proporcionam as condições indispensáveis para que os vários serviços técnicos possam estar preparados para responder com prontidão e eficácia às solicitações. Num concelho com uma área geográfica diminuta e com um reduzido número de freguesias, as instalações e os respetivos serviços municipais têm que corresponder positivamente ao aturado trabalho de planeamento efetuado para que seja maximizado o aproveitamento dos meios técnicos e humanos existentes. As instalações municipais estão preparadas, em termos de espaço, de organização e de funcionalidade, para corresponder a estas exigências e para que os funcionários municipais continuem a realizar as tarefas com eficácia e prossigam na realização de um muito relevante trabalho de apoio às múltiplas obras e intervenções que decorrem em várias zonas do território concelhio.



1.2. – Segurança e ordem pública

A segurança e a ordem pública são dois valores incontornáveis numa sociedade organizada e que se pauta pela intransigente defesa do direito de todos os cidadãos a elevados níveis de bem-estar e de qualidade de vida.

A difícil conjuntura económica e social que Portugal atravessa, potência indubitavelmente, a emergência de sinais de alguma insegurança e o risco de alguma proliferação de

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
16

comportamentos desviantes, razão pela qual as autoridades e as entidades públicas têm que redobrar a atenção a estes fenómenos e encetar medidas com especial incidência em matéria de prevenção. O Município e os parceiros sociais locais vão, assim, continuar vigilantes e atuantes no sentido de apoiar as franjas da população mais vulneráveis e particularmente afetadas pelo desinvestimento estatal na área social, no sentido de ajudar a criar as condições necessárias para que todos vivam com o mínimo de dignidade.

Vai igualmente prosseguir o trabalho de cooperação com as entidades competentes na área da segurança e da ordem pública, no sentido de serem desenvolvidos todos os esforços em ordem à salvaguarda da integridade das pessoas e dos seus bens.

Incrementar a coesão social e defender legítimos direitos dos cidadãos são também desideratos incontornáveis para conseguirmos elevar a atratividade do território concelhio e para logarmos cativar novos moradores e um crescente número de investidores.

1.3. – Proteção civil e luta contra incêndios

O insubstituível labor da Proteção Civil continuará assente num sempre profícuo planeamento e pautar-se-á pela aposta numa estratégia de estreita e sistemática cooperação entre as várias entidades competentes.

Defender as pessoas e os seus bens é uma tarefa cada vez mais exigente e que reclama capacidade de intervenção pronta e eficaz só possível com um claro investimento em recursos humanos, em meios logísticos e em instalações dignas e apetrechadas de equipamentos necessários e adequados.

No relevante capítulo da **defesa do património florestal**, o Município de Mesão Frio continuará a valorizar o labor de técnicos especializados e no trabalho exemplar das equipas de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), das equipas dos Bombeiros Voluntários de Mesão Frio e da equipa que integra os serviços municipais.

Os imprescindíveis cuidados em termos de equilíbrio financeiro também irão contemplar este sensível setor, numa perspetiva de racionalização e de otimização da eficiência na utilização

17

dos recursos, mas de forma a não afetar a capacidade de ação tanto em matéria de prevenção como no tocante ao combate às calamidades naturais, como os fogos florestais.

Neste âmbito continuaremos a apoiar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mesão Frio, relevando também a necessidade de se incrementar a efetiva valorização da sempre renovada formação dos bombeiros voluntários.

Entre as medidas que o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) se propõe levar a bom termo merecem saliência as que se seguem:

- Iniciativas de sensibilização especialmente dirigidas à população escolar;
- Concretização de exercícios/simulacros;
- Colaboração na elaboração de Planos Prévios de Intervenção/Prevenção;
- Consolidação dos esforços em ordem à formação dos elementos do SMPC.



2. - FUNÇÕES SOCIAIS

2.1. – Educação

A educação é um dos pilares estruturantes da sociedade e uma peça fundamental do motor do desenvolvimento económico e social, razão pela qual continua a ser contemplada com uma importante fatia do orçamento municipal. Propiciar a todas as crianças e jovens o acesso ao conhecimento e a uma formação integral, em igualdade de condições e de oportunidades, é um objetivo prioritário.



18

Investir na modernização do ensino é essencial para incrementar a preparação e o desempenho da população enquanto cidadãos ativos e conscientes e profissionais qualificados.

Esta aposta na educação norteia-se pelo propósito fundamental de contribuir para que os estabelecimentos de ensino sejam espaços atrativos de inclusão, aprendizagem e partilha de experiências e de conhecimentos nas múltiplas áreas do saber.

Os objetivos e as orientações estratégicas definidos na **Carta Educativa** continuarão a ser cumpridos com o rigor e a dedicação que se impõem.

Uma vez mais, a educação é objeto da valorização e do investimento que lhe são devidos, mesmo numa altura em que as competências do poder local nesta matéria não cessam de crescer e em que não se verifica a correspondente disponibilização de recursos. Esta tendência, que se tem vindo a acentuar nos últimos anos, exige um redobrado esforço financeiro da autarquia, mas a política educativa concelhia vai continuar na senda de uma forte aposta na educação como o grande desígnio de um concelho totalmente empenhado em continuar no trilho da modernidade. Nesta conformidade, com a construção do **centro escolar** contribuiu para que o território concelhio ficasse coberto com um edifício moderno e bem equipado para o desenvolvimento de uma atividade de ensino aprendizagem à altura das exigências do nosso tempo.

A reorganização do parque escolar definida na Carta Educativa ficou concluída, proporcionando a todas as crianças do concelho igualdade de oportunidades a um ensino de excelência que as capacitará para prosseguirem estudos. Uma vez mais se sublinha que a estratégia alicerçada numa lógica de proximidade entre o centro escolar e a escola sede do agrupamento propícia o desenvolvimento de um ensino integrado e potencia uma relevante economia de meios.

Continuará também o investimento na **melhoria dos equipamentos e materiais didáticos** no estabelecimento de ensino e serão igualmente desenvolvidas as seguintes iniciativas e atividades:

- Programa de **promoção de hábitos alimentares saudáveis** através do Regime da Fruta Escolar que voltará a contemplar as crianças do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico;

- Promoção de ações de sensibilização no âmbito da **educação ambiental** e da **educação para a saúde**;

No capítulo da **ação social escolar** prosseguirão as ações que se seguem:

- Serviço de refeições aos alunos do pré-escolar e do 1.º Ciclo, bem como, o **prolongamento de horário** que se destina a comparticipar a componente de atividades de animação e apoio à família das crianças que frequentam o ensino pré-escolar.
- **Comparticipação na aquisição de livros escolares** para os alunos do 1.º Ciclo integrados no 1.º e 2.º escalão de rendimentos nos termos definidos na lei;
- **Cedência de Transportes Escolares**, para todos os alunos que frequentam o Agrupamento de Escolas de Mesão Frio, com exceção dos alunos que integram os Cursos Profissionais, **dado que o mesmo é comparticipado pelo POPH.**
- Atribuição de **bolsas de estudo** aos alunos do ensino superior do Concelho;
- Comemoração do **Dia Mundial da Criança** com a realização de múltiplas atividades lúdico-pedagógicas;
- Participação de alunos na Universidade Júnior.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
20

2.2. – Saúde

A promoção da saúde é condição fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população e esta é uma responsabilidade da administração central que, no entanto, não dispensa uma postura atenta e diligente da administração local no sentido de pugnar para que todos os munícipes tenham acesso aos cuidados primários de saúde em condições de elevada dignidade.

Uma nota também para a prossecução de todo o apoio possível ao trabalho de excelência realizado pelos Bombeiros Voluntários de Mesão Frio, de modo a que tenham ao seu dispor os meios mais adequados para prestarem assistência às populações.



2.3. - Ação Social

O Município de Mesão Frio continua a assumir o compromisso indeclinável da solidariedade e da criação de condições para que se caminhe, de forma determinada e consequente, no sentido da promoção da igualdade de direitos e de oportunidades para todos. A **construção de uma sociedade solidária e inclusiva** constitui um dos desígnios de uma política de intervenção local dirigida principalmente para as pessoas e para a defesa da dignidade de todo o ser

humano. Este objetivo apenas será alcançado se continuarmos a desenvolver esforços em ordem ao reforço da coesão social e com a preocupação central de apoiar os mais vulneráveis.

O desenvolvimento e o progresso de uma comunidade jamais serão verdadeiramente alcançados se não se enveredar por políticas sociais de proximidade resultantes de um claro diagnóstico que identifique as potencialidades e os recursos, assim como as necessidades e constrangimentos, para então se definir as prioridades de intervenção social com o rigor e com a objetividade possíveis.

Assim e com base nos elementos recolhidos, a política de ação social do Município deverá dirigir-se para as famílias afetadas pela complexa situação económico-financeira que o país enfrenta, procurando-se atuar na **prevenção e no combate de situações de pobreza e de exclusão social**. Este trabalho multifacetado exige o empenho e a intervenção concentrada de técnicos de diferentes áreas e de instituições com *know-how* e experiência nesta área extremamente sensível, razão porque se continuará a **investir na consolidação do trabalho de parceria** e na aposta em projetos, iniciativas e atividades que, no âmbito da rede social, promovam a inclusão social e ajudem a proteger as pessoas de faixas etárias mais vulneráveis e/ou numa situação de iminente precariedade socioeconómica.

Importa igualmente equacionar políticas de desenvolvimento económico e social integradas, alicerçadas em projetos geradores de mais riqueza e emprego para os Mesão-frienses.

O desenvolvimento das políticas de ação social vai centrar-se na realização de medidas com um impacto positivo na vida das pessoas:

- **Apoiar e cooperar com todas as instituições sociais e com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mesão Frio** na implementação de medidas de inclusão social;
- Propiciar aos idosos o **acesso a atividades lúdico-recreativas e culturais**, designadamente
- **Passeio Sénior;**
- **Dia Mundial do Idoso;**
- **Almoço Natalício com os Idosos;**
- **A prossecução do projeto “Viver mais Viver melhor”;**
- **A prossecução do projeto (re) viver;**

22



A **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)** de Mesão Frio, que constitui, indiscutivelmente e cada vez mais, um grande valor acrescentado em matéria de ação social, propondo-se a continuação do trabalho de articulação com o agrupamento de escolas **Prof. António da Natividade de Mesão Frio** e instituições concelhias.

A atual conjuntura socioeconómica exige uma intervenção de cariz social cada vez mais sistemática e consequente, razão pela qual o **Gabinete de Inserção Profissional do Serviço de Qualificação e Inserção Profissional** da Santa Casa da Misericórdia de Mesão Frio, em parceria com o Município irá consolidar estratégias, iniciativas e medidas que respondam com celeridade e efetividade aos problemas sociais que mais diretamente afligem as pessoas desempregadas, nomeadamente:

- Orientar no sentido de uma eficiente participação em ações e entrevistas da iniciativa do Instituto de Emprego e Formação Profissional e ou de entidades empregadoras;
- Inscrição na base de dados informática de pessoas à procura de trabalho e ou de formação;
- Preparação para uma eficaz implementação de técnicas de procura de emprego;

23

2.4. – HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS

2.4.1. Habitação e serviços coletivos

O acesso a uma habitação condigna é um direito fundamental, pelo que as famílias carenciadas continuarão a beneficiar de apoios para a requalificação das suas casas e conferir-lhes condições dignas de habitabilidade.

Algumas das medidas a adotar centrar-se-ão no fator celeridade e no pragmatismo indispensável para que as pessoas sintam que existe capacidade efetiva de resposta aos seus problemas e que os mesmos serão solucionados em tempo útil:

- **Reparação/Beneficiação de habitações insalubres e/ou em mau estado de conservação**, em estrito cumprimento do “Regulamento Municipal do Programa Social de Apoio à Habitação”;
- Apresentação de **candidatura ao programa SOLARH**, tendo em vista a execução de obras de conservação das habitações próprias permanentes de famílias comprovadamente carenciadas;
- Prossecução do processo de **monitorização/requalificação do estado de conservação das habitações sociais**.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
24

2.4.2. Ordenamento do território

Para afirmar Mesão Frio como um território de excelência é necessário continuar a apostar num rigoroso trabalho de planeamento que promova um **adequado ordenamento do território** e uma **utilização sustentada do solo**. Esta é uma condição essencial para que o desenvolvimento se faça de forma qualificada e ordenada.

Serão, assim, redobrados os esforços no sentido de potenciar novos investimentos públicos e privados, mas que não se ponham em causa critérios rigorosos de ocupação do solo.

Os espaços públicos continuarão a receber o melhor tratamento no sentido de que se mantenham atrativos e vejam ampliada a sua função de centralidade e de locais por excelência de convívio e de vivência social, conferindo atividade e vivacidade às freguesias. A manutenção e embelezamento das praças, jardins e áreas de lazer serão a tônica dominante de um trabalho desenvolvido a pensar na dignificação dos espaços de frequência pública, atraindo pessoas e fazendo dinamizar o comércio local.

2.4.4. - Abastecimento público de água

O serviço de abastecimento público de água serve a grande maioria das habitações do concelho, mas os investimentos no reforço da rede e na consolidação da capacidade de responder às crescentes necessidades de consumo vão continuar na medida exata das disponibilidades financeiras da autarquia.

A prossecução da implementação do Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), do controlo operacional dos Sistemas Locais de Abastecimento e de intervenções – beneficiação e manutenção – concorrerá para a gradual melhoria da qualidade da água distribuída.

A água potável é um bem cada vez mais escasso e precioso que reclama uma gestão rigorosa e a criação das condições necessárias para que o seu consumo obedeça a padrões de racionalidade e de moderação fundamentais para a sua preservação.

25

2.4.5. – Resíduos sólidos

Trabalhar e investir para assegurar a todos os Mesão-frienses um concelho limpo, com uma imagem atrativa aos moradores e visitantes é um desiderato incontornável que merecerá todo o empenho e dedicação.

O serviço de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos abrange a totalidade do território e a diversidade e frequência de percursos cresceu bastante nos últimos anos.

A intensificação da recolha seletiva de resíduos conhecerá um renovado impulso com as seguintes ações:

- Promoção de novas campanhas de sensibilização ambiental no sentido de que os munícipes se empenhem ainda mais na realização quotidiana do processo de separação, deposição e recolha de resíduos recicláveis;
- Recolha de óleos domésticos;
- Reequacionamento e redefinição dos circuitos de recolha em função das necessidades emergentes.

2.5. SERVIÇOS CULTURAIS E RECREATIVOS

Os Mesão-frienses têm hoje uma maior consciência da relevância da defesa e valorização da sua identidade cultural e da necessidade de se investir cada vez mais e melhor na **defesa das nossas profundas e multifacetadas raízes histórico-culturais**.

Na verdade, a cultura é hoje seriamente encarada como uma componente fundamental da vida humana e da formação e desenvolvimento das pessoas e das sociedades, representa um fator de coesão social, estimula a imaginação e a criatividade enquanto vetor e marca distintiva de um território, ao mesmo tempo que se constituiu como um catalisador da economia local.

Nesta conformidade, afirmar sempre e mais Mesão Frio como um Pólo cultural de referência, dando continuidade a políticas culturais sólidas, consequentes e diversificadas, atraindo a

26

atenção de novos públicos, cativando visitantes e turistas, será a imagem de marca de um concelho que não pára de se afirmar e de se projetar sempre pela positiva.

Temos todos imenso orgulho na nossa história e na nossa cultura que faz parte integrante da nossa memória coletiva.

2.5.1. – Cultura

O desenvolvimento cultural volta a merecer uma atenção especial e far-se-á sentirem várias modalidades de **dinamização e apoio do fomento da cultura** e das raízes identitárias do Concelho.

Por um lado, prosseguirão a promoção de iniciativas com grande impacto regional e nacional, por outro, serão dados mais passos firmes em ordem à projeção de tradições culturais seculares e no sentido da criação de condições para que, a par da valorização da cultura, se concorra para a sustentabilidade económica de atividades que, de outro modo, correrão o risco de extinção.

Esta linha de orientação na política cultural concelhia assentará na realização das iniciativas e atividades que se seguem:

- **Percursos patrimoniais temáticos**, como o percurso pedestre;
- Prosseguir com a realização da **Feira do Petisco, Vinhos e Produtos Regionais**, e a criação da **Feira da Feijoada**, no sentido de atrair mais visitantes e de estimular a atividade comercial local;
- **Festas Concelhias**: evento que tem vindo a conquistar um lugar de destaque enquanto cartaz de visita do concelho”, concentrando em si um conjunto de atividades que simbolizam o melhor da tradição e da cultura popular;
- A Prossecução da **Feira Anual de Santo André**, onde se encontra incluída a **Feira Medieval**, que tem tido uma grande participação ativa da população geral.



A **Biblioteca Municipal** continuará a afirmar-se como um espaço interativo de incentivo à leitura e à escrita e de promoção do conhecimento e da cultura de excelência.

Uma biblioteca moderna e com capacidade para atrair novos e diversificados públicos tem que se abrir aos desafios da sociedade da informação e do conhecimento e desenvolver um sistemático trabalho de aproximação e articulação com os vários agentes educacionais e culturais do concelho, partilhando experiências e conhecimentos e dinamizando projetos de forte interesse cultural, educativo e científico. Esta tem sido a filosofia de atuação da Biblioteca Municipal e constitui o segredo do seu sucesso junto de públicos muito distintos.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
28

O dinamismo da Biblioteca é amplamente reconhecido, salientando-se as seguintes atividades e iniciativas a desenvolver para continuar na senda de um profícuo trabalho em nome do saber e da cultura:

- Prossecução da atividade **"Hora do Conto"** e **encontros com escritores**;
- Promover o **Projeto "Mala de Histórias"**, que consistirá na leitura de contos populares aos idosos e crianças da Santa Casa da Misericórdia de Mesão Frio.
- Promover a leitura e acesso à população através do **"Projeto Viver a Ler +"**.
- Promoção de **exposições**;
- **"Sarau de Poesia"** dia mundial de poesia;
- Festival da canção juvenil;
- **Apresentação de livros**;
- Aquisição de fundos bibliográficos e de outros recursos para **enriquecimento do acervo documental**;
- Criação do **Banco Local de Livros Escolares**;
- Realização de **publicações informativas e culturais**;
- Prossecução da iniciativa **"Cinema Infantil"**, dirigida para grupos de crianças do ensino pré-escolar e do 1.º e 2.º Ciclos;
- Continuidade da dinamização de **ateliês temáticos**: desenho, pintura, máscaras, música, ilustração, reciclagem, livros e leitura.



2.5.2. – Desporto, recreio e lazer

Dinamizar o desporto e promover nas pessoas das diferentes idades hábitos de prática desportiva são objetivos indispensáveis para se criar condições de bem-estar e qualidade de vida para todos os cidadãos. Assim, a política desportiva do Município tem que se pautar pela garantia das condições necessárias ao acesso das pessoas às atividades físicas e desportivas.

Existe, no concelho de Mesão Frio, o Sport Clube de Mesão Frio com uma dinâmica digna de relevo, dinamizando atividades e promovendo algumas modalidades desportivas, afirmando-se como verdadeira escola de formação e de valores que merecem todo o incentivo e apoio possível por parte do município.

A política desportiva concelhia vai continuar a nortear-se por estes princípios, através da realização dos seguintes investimentos, iniciativas e atividades:

- **Construção do Estádio Municipal;**
- **Apoiar as associações e clubes desportivos, atribuindo-lhes apoios e/ou subsídios para poderem concretizar os seus planos anuais de atividades;**
- **O Programa Viver Mais, Viver Melhor, terá a sua continuação no âmbito da promoção da atividade física da população com mais de 65 anos de idade ou reformada;**
- **Continuar a priorizar o apoio a projetos de formação desportiva;**
- **Reinício da Prática Desportiva de Natação na Piscina Municipal Coberta;**
- **Promover e apoiar a realização de eventos desportivos;** dinamismo e a capacidade competitiva das associações e clubes concelhios só tem sido possível mercê do esforço, dedicação e mérito próprio de atletas, responsáveis técnicos, dirigentes e associados e simpatizantes e apoiantes em geral.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
30



ESTÁDIO MUNICIPAL DE MESÃO FRIO

- BANCADA PARA 1200 PESSOAS
- RELVADO SINTÉTICO
- BANHEIROS (EQUIPA RESIDENTE, EQUIPA VISITANTE E EQUIPA DE ARBITRAGEM)
- BAR E INSTALAÇÕES SANITÁRIAS PÚBLICAS



3. FUNÇÕES ECONÓMICAS

O desenvolvimento económico é hoje um desígnio nacional e o concelho de Mesão Frio não foge à regra, na medida em que se reconhece que o crescimento económico tem um papel preponderante no desenvolvimento social e é condição incontornável para o combate ao flagelo do desemprego. O Município de Mesão Frio vai continuar a empenhar-se no sentido de criar todas as condições ao seu alcance para tornar o território concelhio ainda mais atrativo e para ajudar a alavancar os níveis de competitividade da economia local.

3.1. – Agricultura

A agricultura representa ainda hoje, no território concelhio, atividade económica de significativa importância para o desenvolvimento diversificado e garante trabalho e fontes de rendimento a muitas famílias Mesão-frienses. Consubstancia atividade secular, inscrita na memória coletiva do povo Mesão-friense e, apesar das políticas de desvalorização de que foi alvo ao longo de vários anos, começa agora, por circunstâncias várias, como a crise e o consequente problema do desemprego, a assistir-se a uma certa revalorização da mesma.

31

A defesa do mundo rural passa também pela realização de importantes investimentos em infraestruturas e equipamentos passíveis de aumentar a sua atratividade e, bem assim, por uma clara aposta na **promoção de uma imagem positiva das áreas rurais**, divulgando e projetando as suas potencialidades naturais e culturais. Acresce sublinhar que a diversidade e a beleza paisagística, a ancestralidade das tradições, dos usos e dos costumes, a riqueza artesanal e a pureza do ambiente campestre representam hoje preciosidades ímpares que se impõe preservar e valorizar.

Assim, prosseguirão os investimentos na requalificação e ampliação das vias de comunicação, dos caminhos agrícolas e florestais, dos espaços centrais das freguesias, na exata medida das disponibilidades da autarquia.

A prossecução da organização e dinamização de **eventos de promoção das atividades e produtos rurais**, revela-se igualmente relevante para aumentar a visibilidade das áreas e atividades rurais e para a sua catalisação.



3.2. – Indústria

A atividade industrial é um setor que tem vindo a sofrer particularmente com a conjuntura económica desfavorável que o país atravessa, mas é imperioso reconhecer que o tecido empresarial se reveste da maior relevância para o desenvolvimento económico e social e principalmente no que tange à tão necessária produção de riqueza e criação de empregos, para um concelho do interior, como é o caso de Mesão Frio.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
32

3.3. - Comunicações e Transportes

Um dos principais fatores de crescimento e dinamização da atividade económica é a existência de vias de comunicação rápidas e seguras que fácil tem a circulação de pessoas, mercadorias e capitais e induzam maior competitividade às empresas.

Nos últimos anos, realizaram-se grandes investimentos na ampliação e modernização a rede viária que percorre todas as freguesias do concelho, mas este esforço terá continuidade em intervenções ao nível da manutenção e da requalificação das artérias por onde circulam a riqueza e as pessoas deste território.

Entre os investimentos prioritários encontram-se os que se passam a enumerar:

- Conservação/manutenção de estradas e caminhos municipais;
- Requalificação dos acessos aos terrenos agrícolas;
- Repavimentação de algumas vias de comunicação no interior das freguesias;
- Colocação de sinalização vertical e horizontal (pintura de vias, etc...).

Terão ainda continuidade os esforços em ordem a que a administração central avance com a concretização de alguns projetos de crucial importância:

- A construção do tão famoso IC26, alternativa à EN 108, estruturante para a fluidez do trânsito que liga Amarante ao Peso da Régua passando por Mesão Frio, por forma a permitir uma maior rapidez de acesso à cidade do Porto e ou outros, para permitir um melhor escoamento do Vinho do Porto.

3.4. Comércio e turismo

3.4.1. Mercados e feiras

A tendência para a globalização da economia e para a formação de grandes grupos económicos que pretendem alcançar uma posição preponderante na economia tem vindo a afetar sobremaneira a atividade comercial tradicional, situação que exige a assunção, por parte do pequeno comércio, de novas dinâmicas, nomeadamente a adoção de estratégias comuns de reforço da sua atratividade.

O comércio tradicional prima pela oferta de produtos de elevada qualidade, ajustados às necessidades e exigências dos consumidores e oferece um atendimento personalizado. Estas

marcas distintivas, se potencializadas e redimensionadas, podem dar excelentes frutos e funcionar como um importante fator de atração de uma maior diversidade de consumidores.

A estas indiscutíveis mais-valias poder-se-á ainda acrescentar valor com campanhas de divulgação dos produtos, iniciativas de natureza lúdica e promocional, assim como medidas de incentivo, a **manutenção das taxas aplicadas à ocupação de terrado** nas feiras em valores convidativos e a prossecução, por exemplo, da venda ambulante de produtos locais, ao abrigo da criação do Regulamento de Comércio a Retalho não Sedentário do Município de Mesão Frio.

O comércio conhecerá renovados impulsos e serão consolidadas algumas das iniciativas que têm alcançado maior sucesso, designadamente as que infra se enumera:

- **A Feira do Petisco, Vinhos e Produtos Regionais** que procura conciliar as dimensões cultural e económica, atraindo um público diversificado;
- **A Feira Anual de Santo André**, uma importante âncora na preservação e promoção da atividade artesanal;
- A criação da Feira da Feijoada;
- Dar continuidade ao Mercado de Produtos Regionais;
- **A Loja Social – Venda de Produtos Novos e ou em Segunda Mão** é uma importante resposta às dificuldades impostas pela atual conjuntura económico-social e uma forma de reaproveitar produtos ainda em bom estado.

É evidente que as dificuldades económicas e os problemas sociais emergentes suscitam também um novo olhar sobre as feiras tradicionais e o papel crescente que podem desempenhar em matéria de estímulo à produção agrícola e ao artesanato.



Nº 1

34



3.4.2. – Turismo

O turismo é uma atividade de elevado potencial e com uma importância muito significativa, mas que exige um aturado trabalho de planeamento para que possam ser criadas efetivas e consequentes condições de atratividade no território.

O território concelhio, além da excelência das suas potencialidades naturais, apresentando uma riqueza e diversidade paisagísticas ímpares, está recheado de um património histórico-cultural multifacetado inserido na Região Demarcada do Douro, Património Mundial da UNESCO e é hoje percorrido por artérias modernas e funcionais que permitem percorrê-lo, de lés a lés, de forma fácil, segura, célere e cómoda.

O desenvolvimento da atividade turística vai continuar a fazer-se segundo uma linha estratégica bem definida e assentando num frutífero trabalho em rede consubstanciado em parcerias fortes entre as várias entidades e empresas vocacionadas para esta área de grande interesse estratégico que representava atualmente uma fatia significativa das receitas de um elevado número de países dos cinco continentes. É desta forma que o turismo caminha para níveis consideráveis de sustentabilidade e se projeta como uma atividade transversal e com impacto positivo nas dinâmicas de outros setores da vida económica e sociocultural. Umbilicalmente ligado ao lazer e ao desporto, o turismo constitui um setor de grande interesse estratégico para o crescimento da economia local e regional e apresenta-se como uma excelente alternativa a áreas de atividade económica bastante debilitadas pela contração económica a que temos vindo a assistir nos últimos anos.



Terá lugar a dinamização do Posto de Turismo, tendo em vista a potenciação económica e social da região no seu todo, com base nas linhas orientadoras previstas no novo Quadro Comunitário.

1. A otimização do acesso à informação;
2. A inovação.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
38

3.5. – Outras funções económicas

Com o recrescimento de uma série de problemas associados ao arrefecimento da economia, nomeadamente a cessação de atividade de algumas empresas que não lograram enfrentar com sucesso os ditames de uma concorrência desenfreada e de uma competição avassaladora em múltiplos setores das atividades industrial e comercial e na área dos serviços, torna-se, mais do que nunca, necessário apontar baterias no sentido da aposta clara na qualificação das pessoas e na sua preparação para um modelo económico crescentemente liberal que exige dos profissionais versatilidade e capacidade de adaptação aos mais díspares e exigentes desafios e oportunidades.

3.5.1. - Inovação e conhecimento

A criatividade, a inovação, a aposta no conhecimento e a dinamização e apoio do empreendedorismo são fatores críticos para o reforço das condições económicas e sociais de uma região, para o seu desenvolvimento económico e social sustentado, bem como para o reforço das condições de atratividade inerentes.

A inovação tecnológica oferece um enorme potencial de desenvolvimento para a regeneração social e económica, mas também encerra em si o risco de exclusão social nesta era pós-industrial. As novas tecnologias oferecem oportunidades para a criação de novas formas de emprego, novos serviços e melhoria das condições de vida mas, em simultâneo, importa obviar o perigo inerente à exclusão, à perda de identidade e do não aproveitar das suas potencialidades para a inovação social e para a sustentabilidade.

5.4. - OUTRAS FUNÇÕES

5.4.1. Recursos humanos

A boa gestão municipal e a elevação da qualidade dos serviços prestados aos munícipes devem fundar-se em determinados princípios incontornáveis, designadamente a proximidade, a transparência, a agilidade, a celeridade, a eficiência e a eficácia. A aposta na permanente formação e atualização dos recursos humanos e, bem assim, a sua preparação para se adaptarem aos sempre renovados desafios e exigências de um mundo extremamente



competitivo e ávido de mudança emergem como desideratos fundamentais no presente objetivo.

Neste setor, as ações a encetar nortear-se-ão na perspetiva de concretizar os objetivos infra elencados:

- Avaliar e encaminhar as queixas dos cidadãos e dos trabalhadores nestas matérias;
- Auxiliar os serviços a alcançar os seus objetivos através de um acompanhamento sistemático e com adequados enfoques para a melhoria da eficácia dos processos e dos procedimentos;
- **Garantir ferramentas de otimização em sede de segurança e saúde no trabalho**, promovendo uma política sustentada em termos de segurança e saúde no trabalho, com vista à diminuição dos acidentes de trabalho, que englobe as seguintes dimensões: diagnóstico, plano de intervenção (formação, elaboração de conteúdos e ações no terreno) e avaliação dos resultados.

Nota final

No contexto de incertezas e perplexidades quanto ao futuro que atravessam os vários setores da sociedade portuguesa, os desafios da governação de um concelho afiguram-se ainda mais exigentes e difíceis.

É, no entanto, nestes momentos que todos somos chamados a nos envolvermos ativa e empenhadamente nos esforços necessários para ultrapassar a adversidade e para lograr inverter o ciclo de desconfiança e de pessimismo que assalta os investidores e a população em geral.

Com união de vontades e congregação de esforços, com tenacidade e imbuídos de capacidade para valorizar o essencial em detrimento do acessório, seremos capazes de alavancar o concelho de Mesão Frio e de o projetar na senda de um futuro de prosperidade.

Todos juntos - autarquias, instituições, associações, empreendedores, forças vivas e Mesão-frienses - iremos projetar este concelho para uma era de confiança e de crescimento inolvidáveis.

Com este espírito e com esta determinação vai ser possível continuar a promover o desenvolvimento sustentado de Mesão Frio realizando os projetos apresentados neste documento, gerando mais riqueza, criando novas oportunidades de emprego, reforçando a coesão social e criando as âncoras necessárias para fazer de Mesão Frio um concelho moderno, atrativo e competitivo.

"Restrições financeiras não são restrições à inteligência, são desafios!"

Augusto Mateus, nas III Conferências do Douro Sul

MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO



Articulado - Normas de Execução Orçamental

2015

ARTICULADO

Refere o artigo 46.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro que o Orçamento Municipal deve incluir o **Articulado** que contenha as medidas para orientar a execução orçamental, tendo como base, as Normas de Execução do Orçamento para 2015, que abaixo serão retratadas.

NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2015

CAPÍTULO I

ARTIGO 1.º

DEFINIÇÃO E OBJECTO

1. As presentes normas estabelecem regras e procedimentos aplicáveis à execução do orçamento do município, de modo a garantir o cumprimento dos princípios orçamentais, atento os objetivos de rigor e contenção orçamental, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto – Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com as respetivas alterações.
2. É objeto deste documento a criação de condições para a integração da atividade financeira desenvolvida pelos serviços municipais, numa contabilidade pública moderna conjugando a contabilidade orçamental com a contabilidade patrimonial.
3. A contabilidade da autarquia executar-se-á nos termos contidos no Decreto-Lei n.º 54- A/99, de 22 de fevereiro e demais legislação aplicável.

ARTIGO 2.º

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

- 1.O Executivo, baseado em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro.
2. Na execução dos documentos previsionais deverá ser tido sempre em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria. Segundo os princípios de utilização racional das dotações aprovadas, a assunção dos custos e das despesas deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.

3. Deverá ser assegurado e adaptado durante o ano de 2015 o sistema de controlo interno, com vista ao reforço do controlo financeiro, com o objetivo de garantir o rigor na execução orçamental, por forma a dar cumprimento à Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso - LCPA.

4. Os serviços municipais são responsáveis pela gestão do conjunto dos meios financeiros, afetos às respetivas áreas de atividade, e tomarão as medidas necessárias à sua otimização e rigorosa utilização, em obediência às medidas de contenção de despesas e de gestão orçamental definidas pelo executivo municipal, bem como as diligências para o efetivo registo dos compromissos a assumir em obediência à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA).

5. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:

- a) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos no ano de 2014 que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
- b) Registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos de anos futuros e dos contratualizados para 2015;
- c) Cumprimento do duplo cabimento para as despesas com financiamento externo. Assim, só poderão ser autorizadas despesas com compensação em receitas desde que estas tenham sido devidamente aprovadas e homologadas pelas entidades financiadoras e no valor exato das despesas elegíveis.

ARTIGO 3.º

REGISTO CONTABILÍSTICO

1. Os serviços municipais são responsáveis pela correta arrecadação da receita e pela realização da despesa, bem como pela entrega atempada, junto dos respetivos serviços, dos correspondentes documentos justificativos.

2. O registo da Receita, da Despesa e dos respetivos movimentos contabilísticos serão efetuados em documentos próprios, pelos serviços competentes.

3. Os documentos, registos, circuitos e respetivos tratamentos, serão os constantes do Regulamento do Controlo Interno, aprovado nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho.

4. As faturas ou documentos equivalentes devem ser enviadas pelos fornecedores diretamente para a Divisão Administrativa e Financeira. As faturas indevidamente recebidas nos outros serviços municipais terão de ser reencaminhadas para a DAF, no prazo máximo de 1 dia.

5. Os documentos relativos a despesas urgentes e inadiáveis, devidamente fundamentadas, do mesmo tipo ou natureza, cujo valor, isoladamente ou conjuntamente, não exceda o montante de 5 000, 00 € por mês, devem ser enviados à DAF em 24 horas, de modo a permitir efetuar o compromisso até às 48 horas posteriores à realização da despesa, de acordo com o n.º 1, artigo 9.º, do Decreto - Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

6. Os documentos relativos a despesas em que estejam em causa situações de excecional interesse público ou a preservação da vida humana, devem ser enviados à DAF em 5 dias úteis, de modo a permitir efetuar o compromisso no prazo de 10 dias após a realização da despesa, de acordo com o n.º 2, do artigo 9.º, do Decreto – Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

ARTIGO 4.º

GESTÃO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DA AUTARQUIA

1. A Gestão do Património Municipal executar-se-á nos termos do Regulamento do Cadastro e Inventário dos bens da autarquia.

2.O Município goza do direito de preferência na aquisição de bens imóveis, situados na área territorial concelhia, pertencentes ao Estado ou organismos públicos, nos termos da Lei do Orçamento do Estado, de acordo com o artigo 83.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE2014).

ARTIGO 5.º

DELEGAÇÕES DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS

1. Durante o ano de 2015, a Câmara Municipal, no âmbito da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, fica autorizada a proceder às transferências para as Freguesias, nos termos dos Acordos de Execução e Contratos de Delegação de Competências, nos seguintes domínios:

a) Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros.

CAPÍTULO II

ARTIGO 6.º

RECURSOS HUMANOS

1. O mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, tendo em conta o disposto nos artigos 28.º e 29.º, da lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

2. O mapa de pessoal detém características dinâmicas, podendo ser mantidos ou alterados, consoante as necessidades dos órgãos executivos, dentro dos parâmetros definidos pela Lei.

3. Os encargos com a rubrica de pessoal, correspondem na exata medida, do número de trabalhadores com as alterações propostas com recurso à mobilidade interna intercarreiras e intercategorias, constantes no Mapa de Pessoal a aprovar pela Assembleia Municipal, que integram a proposta do orçamento para o ano económico de 2015.

ARTIGO 7.º

CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS

1. De acordo com a LOE2014, no seu artigo 64.º, as autarquias locais não podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objeto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 Em situações excecionais, devidamente fundamentadas, o órgão deliberativo, sob proposta do respetivo órgão executivo, pode autorizar a abertura dos procedimentos concursais a que se refere o número anterior, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar e desde que se verifiquem cumulativamente o requisito enunciado nas alíneas b), d), e e) do n.º 2 do artigo 48.º e os seguintes requisitos cumulativos:

- a) Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no setor de atividade a que aquele se destina, bem como a evolução global dos recursos humanos na autarquia em causa;
- b) Seja demonstrado que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam.

3. Assim, durante o ano de 2015, mantendo-se este princípio o Município de Mesão Frio não poderá proceder à abertura de processos concursais.

ARTIGO 8.º

PUBLICIDADE

1.O mapa de pessoal aprovado e/ou alterado é tornado público por afixação em locais apropriados dos serviços e inseridos na página eletrónica do Município.

ARTIGO 9.º

DESPESAS

1.As despesas com pessoal deverão ser pagas pelas correspondentes rubricas orçamentais.

ARTIGO 10.º

OUTRAS ENTIDADES

1.A subscrição, por parte do Município, de candidaturas aos fundos comunitários cuja execução física fique a cargo de terceiras entidades, deverá ser precedida de elaboração do respetivo Contrato- Programa.

2. A transferência de verba para terceiros, correspondentes à contrapartida nacional a cargo do Município, nas candidaturas referidas no ponto 1, somente poderá ser disponibilizada após a homologação das respectivas participações externas.

ARTIGO 11.º

CANDIDATURAS A FUNDOS COMUNITÁRIOS E OUTRAS PARTICIPAÇÕES

Os serviços serão responsáveis pela apresentação atempada de todas as candidaturas e programas de apoio ao desenvolvimento de atividades relevantes, nomeadamente as que se reportam a Fundos Comunitários.

ARTIGO 12.º

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO E AO PPI E PAM

1. A modificação ao Orçamento, decorrente da aplicação de receitas legalmente consignadas, só pode ser considerada com a efetiva atribuição (homologação) pela entidade respetiva.

2. As importâncias provenientes de empréstimos só poderão ser consideradas no Orçamento, com a sua efetiva contratação.

3. O executivo é autorizado a contrair e a inscrever no respetivo Orçamento, empréstimos até aos limites consignados na lei, no entanto encontrando-se a autarquia em Saneamento Financeiro até 2022, está vedado à contratualização de empréstimos a médio e longo prazo, podendo a qualquer momento alterar de acordo com legislação própria.

CAPÍTULO III

RECEITA ORÇAMENTAL

ARTIGO 13.º

PRINCÍPIOS GERAIS PARA A ARRECADAÇÃO DE RECEITAS

1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada podendo, no entanto, ser cobrada além dos valores inscritos no Orçamento.

2. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelas correspondentes rubricas do Orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.

3. A arrecadação de receitas será efetuada com base no regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais e respetiva tabela de taxas e licenças, que integra o anexo I do citado regulamento e demais instrumentos em vigor.

4. A Tabela de Taxas deverá ser atualizada, ordinária e anualmente, em função da taxa de inflação publicada pelo Instituto Nacional de Estatística (por aplicação do Índice de Preço ao Consumidor, sem habitação) relativa ao período de novembro a outubro, inclusive, dos exercícios anteriores àquele em que a atualização produzirá efeitos. No entanto, dado que a taxa publicada pelo INE refere uma percentagem negativa a Tabela de Taxas do Município de Mesão Frio, não sofrerá qualquer atualização, nem o Orçamento da Receita apresentado contempla essa atualização, em conformidade com o artigo 9.º, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro.

ARTIGO 14.º

DOCUMENTOS DE RECEITA

1. É da exclusiva competência da Divisão Administrativa e Financeira a gestão e controlo de todos os documentos necessários ao registo e cobrança das receitas municipais.

2. A conceção ou criação de documentos de receita a utilizar pelos serviços, deverá ser objeto de parecer prévio da Divisão Administrativa e Financeira.

3. A emissão dos documentos de suporte ao registo da receita são da responsabilidade da Divisão Administrativa e Financeira, que efetuará a respetiva distribuição pelos diferentes serviços.

ARTIGO 15.º

ENTREGA DE RECEITAS COBRADAS

1. As receitas cobradas pelos diversos serviços municipais darão entrada na Tesouraria, no próprio dia da cobrança até à hora estabelecida para o encerramento das operações, mediante guias de receita a imitar pelo serviço a que as mesmas digam respeito, pelo responsável do serviço que as cobrar.

2. Poderá a receita ser liquidada e arrecadada, nas diversas unidades orgânicas, sempre que daí resulte vantagem para o utente, bem como eficácia e celeridade para os serviços.

3. As receitas cobradas nos termos do número anterior deverão, depois de conferidas, ser entregues na tesouraria municipal, no próprio dia do recebimento.

4. A entrega da receita na tesouraria deverá ser acompanhada pelo guia resumo referente às cobranças e das guias de receita que lhe deram origem.

ARTIGO 16.º

VALORES RECEBIDOS PELO CORREIO

1.O serviço que receciona um valor pelo correio, cheque ou vale postal, deverá elaborar uma lista de valores recebidos, mencionando o banco, sacador, n.º do cheque, data e valor. Estes elementos devem ser entregues, no próprio dia, na Tesouraria do Município, com a cópia ou outros elementos identificativos devendo posteriormente ser remetidos ao serviço emissor para emissão da respetiva guia de receita.

2. Quando não for possível identificar o serviço emissor, a lista e respetivos valores são remetidos à Tesouraria para identificação.

3. A lista de valores deverá ser arquivada pela Tesouraria, mencionando o número da fatura-recibo, a que deu origem, procedendo ainda à verificação da validade dos documentos.

ARTIGO 17.º

VALORES RECEBIDOS ATRAVÉS DOS TERMINAIS DE PAGAMENTO AUTOMÁTICO

1.O terminal de pagamento automático existente nos serviços municipais é encerrado diariamente, permitindo a transmissão da informação e crédito na conta da Autarquia.

2. A Tesouraria relaciona as faturas-recibo com os fechos diários do respetivo TPA, validando a entrada de valores nas Instituições de crédito respetivas.

ARTIGO 18.º

FUNDOS DE MANEIO

1.Em caso de reconhecida necessidade poderá ser autorizada pela Câmara Municipal, a constituição de fundos de maneo, por conta da respetiva dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis.

2. Os pagamentos efetuados pelo fundo de maneiço são objeto de compromisso pelo seu valor integral aquando da sua constituição e reconstituição, a qual deverá ter carácter mensal e registo da despesa em rubrica de classificação económica adequada.

3. O fundo de maneiço será saldado até ao dia 23 de dezembro de 2015, não podendo conter, em caso algum, despesas não documentadas.

4. Os titulares dos fundos respondem pessoalmente pelo incumprimento das regras aplicáveis à utilização dos mesmos.

ARTIGO 19.º

ENTREGA DE VALORES TITULADOS

1. Os serviços por onde correr o expediente relativo a prestação de garantias de execução de infra-estruturas ou quaisquer outras obras, deverão remeter esse expediente ou dar notícia do mesmo, de imediato, à Divisão de Administrativa e Financeira, para proceder ao competente registo.

2. Na Divisão Administrativa e Financeira, serão criadas contas-correntes, a fim de poder ser exercida a necessária fiscalização do movimento dos respetivos depósitos e sua restituição, quando para tal estiverem cumpridas e documentadas as correspondentes situações.

CAPÍTULO IV

DESPEZA ORÇAMENTAL

ARTIGO 20.º

PRINCÍPIOS GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE DESPESAS

1. Na execução do orçamento da despesa, devem ser respeitados os princípios e regras definidos no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugada com o Decreto – Lei nº 127/2012, de 21 de junho.

Assim,

1.1 As despesas só podem ser cativadas assumidas, autorizadas e pagas, se para além de serem legais, estiverem inscritas no orçamento, PAM e PPI, com dotação igual ou superior ao cabimento e compromisso, respetivamente;

1.2 As dotações orçamentais da despesa constituem o limite máximo a utilizar na sua realização.

1.3 As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de Dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até essa data ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.

2. A autorização para a realização de despesas será concedida pela entidade com competência própria ou delegada para o efeito, exarada sobre a requisição numerada ou documento equivalente, previamente cabimentada pela Divisão Administrativa e Financeira, que também apreciará a adequação às regras e princípios a aplicar na realização das despesas.

ARTIGO 21.º

AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE DESPESAS

1. As competências para autorizar despesas no âmbito da contratação pública – empreitadas de obras públicas, concessão de obras públicas, concessão de serviços públicos, locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços – constam dos artigos 16º a 22º e 29º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho.

2. A alienação de bens imóveis que se tornam dispensáveis é da competência do órgão executivo, nos termos do disposto na alínea h), do nº 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devendo recorrer-se à hasta pública.

3. A atribuição de subsídios e/ou transferências de verbas para outras entidades, sem contrapartida em serviços prestados, carecem sempre de autorização da Câmara Municipal.

4. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento as seguintes despesas: vencimentos e encargos sociais, subsídio familiar a crianças e jovens, gratificações, pensões de aposentação e outras, encargos de empréstimos, contribuições e impostos, reembolsos, água, luz, energia elétrica, telefones, prémios de seguros, taxas de conservação de saneamento, prémios de transferência e quaisquer outros encargos que resultem de contratos legalmente celebrados, bem como o pagamento a diversas entidades por operações de tesouraria.

ARTIGO 22.º

PROCEDIMENTO PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA

1. Na execução do orçamento da despesa deve ser respeitados os princípios e regras definidos no Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e ainda as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, constantes do Decreto - Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

2. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes condições:

- a) Verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, nos termos da lei;
- b) Registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;
- c) Emitido um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na nota de encomenda;

3. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que se assegure a existência de fundos disponíveis.

4. Cada serviço que tenha a seu cargo a execução de obras deverá ter uma conta corrente da obra, para que, em qualquer momento, se possa conhecer o seu custo.

5. Os procedimentos para a formação de contratos, devem adotar, por escolha e dentro dos limites impostos por lei, as modalidades de ajuste direto, concurso público, concurso limitado por prévia qualificação, procedimento de negociação e diálogo concorrencial, procedimentos estes previstos no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos.

6. Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontram afetadas por qualquer dos impedimentos referidos no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

7. A divisão em lotes de prestações do mesmo tipo, suscetíveis de constituírem objeto de um único contrato, em contratos separados, é regulada pelo artigo 22º do citado Código.

8. Os processos de formalização e respetivos contratos, bem como os procedimentos a adotar para a realização das respetivas despesas com empreitadas de obras públicas, concessão de serviços públicos, locação ou aquisição de bens móveis, aquisição de serviços e sociedade, regem-se pelo disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

9. Todos os processos de operações de tesouraria serão organizados pela Divisão Administrativa e Financeira.

10. A autorização genérica para autorização de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia por parte da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 6.º, da LCPA e artigo 12.º, do Decreto - Lei n.º 127/2012, de 21 de fevereiro, a qual poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento, pelo que a mesma encontra-se contemplada no documento anexo ao presente relatório, para aprovação.

ARTIGO 23.º

CELEBRAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

1. A celebração de contrato escrito é obrigatória, salvo nas seguintes situações:

- a) Quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços, cujo preço contratual não exceda € 10 000, 00;
- b) Quando se trate de locar ou de adquirir bens móveis ou serviços ao abrigo de um contrato público de aprovisionamento;
- c) Quando se trate de locar ou adquirir bens móveis ou serviços nos termos constantes das alíneas i), ii) e iii) do n.º 1, do artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos;
- d) Quando se trate de contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica reduzida e cujo preço contratual não exceda € 15.000,00.

2. A redução do contrato a escrito pode ser dispensada, mediante decisão, quando:

- a) A segurança pública interna ou externa o justifique;

- b) Seja adotado um concurso público urgente, ou;
- c) Por motivos de urgência imperiosa resultante de acontecimentos imprevisíveis pela entidade adjudicante, seja necessário dar imediata execução do contrato.

3. A competência para a dispensa de contrato escrito impende sobre o órgão competente para a decisão de contratar, mediante decisão fundamentada.

4. Os contratos administrativos, no âmbito dos diplomas supra referidos, deverão ser formalizados e celebrados na Divisão Administrativa e Financeira, cabendo ao Presidente da Câmara nos termos da Lei, nomear o oficial público encarregue da respetiva exaração.

5. Os contratos a celebrar no âmbito da contratação pública, deverão ser precedidos da elaboração da competente minuta, que deverá ser notificada ao co-contratante.

6. Todos os contratos exarados no âmbito do Código dos Contratos Públicos, deverão ser numerados, registados e arquivados em livro próprio.

7. De todos os contratos celebrados, no âmbito do Código dos Contratos Públicos, deverão ser extraídas fotocópias e remetidas à Divisão Administrativa e Financeira para inserção no correspondente processo de despesa e submetidos na página GOV.

ARTIGO 24.º

CONTRATOS DE TAREFA E AVENÇA

1. A celebração de contratos de prestação de serviços nas modalidades de contratos de tarefa e de avença apenas pode ter lugar desde que preenchidos os requisitos previstos na Lei.

ARTIGO 25.º

FISCALIZAÇÃO PRÉVIA

1. Devem ser remetidos ao Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia, os documentos que representem, titulem ou deem execução aos atos e contratos celebrados pelo Município, nos termos do artigo 46.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto com a abrangência da nova redação.

2. De acordo com o disposto no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, alterada pelas Leis n.os 87-B/98, de 31 de dezembro, 1/2001, de 4 de janeiro, 55 -B/2004, de 30 de dezembro, 48/2006, de 29 de agosto, 35/2007, de 13 de agosto, 3 -B/2010, de 28 de abril, 61/2011, de 7 de dezembro, e 2/2012, de 6 de janeiro, para o ano de 2014 ficaram isentos de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas os atos e contratos, considerados isolada ou conjuntamente com outros que aparentem estar relacionados entre si, cujo montante não exceda o valor de € 350 000, 00, conforme previsto no artigo 144.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 21 de dezembro (LOE2014).

3. A declaração de suficiência orçamental e de cativação das respetivas verbas a que se refere o n.º 4 do artigo 5.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual, deve identificar o seu autor, nominal e funcionalmente, e ser aprovada pelos órgãos de tutela.

4. Nenhum ato, contrato ou instrumento poderá começar a produzir efeitos financeiros, em data anterior à do Visto do Tribunal de Contas, exceto se verificado o circunstancialismo constante do artigo 45.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

4. Visado um contrato de obra pública e havendo necessidade de trabalhos a mais, deverá ser formalizado o respetivo documento nos termos do artigo 375.º do Código dos Contratos Públicos e remetido ao Tribunal de Contas, no prazo de quinze dias, a contar do início da sua execução, nos termos consignados no n.º 2 do artigo 47.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual.

5. Decorrido o prazo de 30 dias da remessa ao Tribunal de Contas dos processos para visto prévio, ficarão os mesmos tacitamente visados se não tiverem sido devolvidos nesse período de tempo, podendo iniciar-se a execução dos atos e contratos se, decorridos 5 dias úteis sobre o termo daquele prazo, não tiverem recebido qualquer comunicação.

6. Os processos submetidos à apreciação do Tribunal de Contas obedecerão às instruções a que se refere a Lei n.º 98/97 de 26 de agosto e as respetivas Resoluções, aprovadas para o efeito.

ARTIGO 26.º

REPOSIÇÕES AO MUNICÍPIO

1.As reposições ao Município de dinheiros indevidamente pagos devem obedecer aos seguintes procedimentos:

- a) Por meio de guia;
- b) Devem realizar-se no prazo máximo de 30 dias a contar da receção da respetiva comunicação.

2. A reposição em prestações mensais pode ser autorizada pelo Presidente da Câmara, em casos especiais, cujo número de prestações será fixado para cada caso, mas sem que o prazo de reembolso ou reposição possa exceder o ano económico seguinte àquele em que o despacho for proferido.

ARTIGO 27.º

CONFERÊNCIA, VERIFICAÇÃO E REGISTO DE DESPESA

1. A conferência, verificação e registo inerentes à realização de despesas efetuadas pelos serviços municipais, deverá obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis de um modo geral (Lei nº 98/97, de 26 de agosto; Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro e demais dispositivos legais e regulamentares), bem como Instruções e Resoluções do Tribunal de Contas.

2. A conferência, verificação e registo referidos no número anterior serão efetuados, consoante a especificidade e a fase da realização da despesa, pela DAF e abrangerá o seguinte: registo das operações de cabimento, compromisso, tratamento de faturas e liquidação de despesas.

3. O Setor dos Recursos Humanos assegura o processamento das folhas de despesas com pessoal, devendo os respetivos processos dar entrada na Divisão Administrativa e Financeira, até ao dia 12 de cada mês, por forma a permitir o tratamento adequado.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 28.º

CONSULTA DE PROCESSOS

A Divisão Administrativa e Financeira poderá consultar os Serviços Municipais, ou requisitar, para exame e verificação, toda a documentação relacionada com a arrecadação da receita e a realização da despesa, devolvendo-a depois de consultada.

ARTIGO 29.º

DÚVIDAS SOBRE A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

As dúvidas que se suscitarem na execução do Orçamento e na aplicação ou interpretação destas normas, serão resolvidas por despacho do Presidente da Câmara.




TERMO DE ENCERRAMENTO

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2015, importam tanto na receita como na despesa, num total de 5 743 245, 00 € (cinco milhões setecentos e quarenta e três mil e duzentos e quarenta e cinco euros), e foi aprovado por maioria, pelo executivo, de harmonia com o disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela legislação posterior, na reunião extraordinária realizada no dia 31 de outubro de 2014, para serem presentes à Assembleia Municipal.

O Órgão Executivo

(Assinaturas)

Alberto Portugal

[assinatura]

Feixe

Gratias agere de Antónia Gomes Raposo

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2015 que antecederem, foram presentes e submetidos sob proposta, em sessão ordinária da Assembleia Municipal, que se realizou em 27 de outubro de 2014, tendo todas as folhas e anexos sido rubricados pelos elementos da mesa, que abaixo assinam.

O Órgão Deliberativo

(Assinaturas)

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO



Documentos Estratégicos

2015

MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO



Orçamento da Receita ^f 2015

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

ENTIDADE	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015
MUNICIPIO DE MESAO FRIO		

PÁGINA : 1

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
	RECEITAS CORRENTES	4.849.647,62
01	IMPOSTOS DIRECTOS	424.060,00
01.02	OUTROS	424.060,00
01.02.02	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	261.500,00
01.02.03	IMPOSTO UNICO DE CIRCULAÇÃO	68.750,00
01.02.04	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS	93.800,00
01.02.99	IMPOSTOS DIRECTOS DIVERSOS	10,00
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	40.155,00
02.02	OUTROS	40.155,00
02.02.06	IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	40.155,00
02.02.06.01	MERCADOS E FEIRAS	30.500,00
02.02.06.02	LOTEAMENTOS E OBRAS	3.500,00
02.02.06.03	OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA	1.670,00
02.02.06.05	PUBLICIDADE	160,00
02.02.06.06	SANEAMENTO	3.640,00
02.02.06.07	UTILIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL	10,00
02.02.06.99	OUTROS	675,00
02.02.06.99.01	TMDP-TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM	584,00
02.02.06.99.02	TDFTH-TAXA DE DEPOSITO DE FICHA TÉCNICA DE HABITAÇÃO	7,00
02.02.06.99.99	OUTROS IMPOSTOS INDIRECTOS	84,00
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	62.476,00
04.01	TAXAS	58.400,00
04.01.23	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	58.400,00
04.01.23.01	MERCADOS E FEIRAS	290,00
04.01.23.02	LOTEAMENTOS E OBRAS	17.200,00
04.01.23.03	OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA	380,00
04.01.23.05	CAÇA, USO E PORTE DE ARMA	10,00
04.01.23.06	SANEAMENTO	33.000,00
04.01.23.99	OUTROS	7.520,00
04.01.23.99.01	TDFTH-TAXA DE DEPOSITO DA FICHA TÉCNICA DE HABITAÇÃO	10,00
04.01.23.99.02	TAXA PELA EMISSÃO DO CERTIFICADO DE REGISTO	10,00
04.01.23.99.99	OUTROS	7.500,00
04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	4.076,00
04.02.01	JUROS DE MORA	1.880,00
04.02.02	JUROS COMPENSATÓRIOS	952,00
04.02.04	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA-ORDENAÇÕES	885,00
04.02.99	MULTAS E PEANLIDADES DIVERSAS	359,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	355.295,00
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	1.200,00
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	200,00
05.02.02	COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	1.000,00
05.03	JUROS- ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	1.000,00
05.03.01	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- ESTADO	1.000,00
05.10	RENDAS	353.095,00
05.10.01	TERRENOS	1.295,00
05.10.99	OUTROS	351.800,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.147.397,00
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3.107.007,00
06.03.01	ESTADO	3.027.007,00
06.03.01.01	FUNDO DE EQUILIBRIO FINANCEIRO	2.590.424,00
06.03.01.02	FUNDO SOCIAL MUNICIPAL	141.761,00
06.03.01.03	PARTICIPAÇÃO FIXA NO IRS	68.222,00
06.03.01.99	OUTROS	226.600,00
06.03.06	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	80.000,00
06.06	SEGURANÇA SOCIAL	12.750,00
06.06.04	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	12.750,00
06.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	3.500,00
06.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	3.500,00
06.08	FAMÍLIAS	24.140,00

1
2
Lue

ENTIDADE	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015
MUNICIPIO DE MESAO FRIO		

PÁGINA : 2

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
06.08.01	FAMÍLIAS	24.140,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	599.764,62
07.01	VENDA DE BENS	272.990,00
07.01.05	BENS INUTILIZADOS	10,00
07.01.07	PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS	12.500,00
07.01.08	MERCADORIAS	10,00
07.01.10	DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	20,00
07.01.10.01	SUCATA	10,00
07.01.10.99	OUTROS	10,00
07.01.11	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	260.000,00
07.01.11.02	OUTROS-ÁGUA	260.000,00
07.01.99	OUTROS	450,00
07.02	SERVIÇOS	290.110,00
07.02.01	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	10,00
07.02.08	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTO	22.430,00
07.02.08.01	SERVIÇOS SOCIAIS	10,00
07.02.08.02	SERVIÇOS RECREATIVOS	22.400,00
07.02.08.02.99	OUTROS	22.400,00
07.02.08.03	SERVIÇOS CULTURAIS	10,00
07.02.08.03.99	OUTROS	10,00
07.02.08.04	SERVIÇOS DESPORTIVOS	10,00
07.02.09	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	259.670,00
07.02.09.01	SANEAMENTO	2.900,00
07.02.09.02	RESÍDUOS SÓLIDOS	140.600,00
07.02.09.03	TRANSPORTES COLECTIVOS DE PESSOAS E MERCADORIAS	8.660,00
07.02.09.03.02	TRANSPORTES ESCOLARES	6.500,00
07.02.09.03.03	TRANSPORTES DE PESSOAS E MERCADORIAS	2.150,00
07.02.09.03.99	OUTROS	10,00
07.02.09.04	TRABALHOS POR CONTA DE PARTICULARES	4.000,00
07.02.09.05	CEMITÉRIOS	1.500,00
07.02.09.06	MERCADOS E FEIRAS	10,00
07.02.09.99	OUTROS	102.000,00
07.02.99	OUTROS	8.000,00
07.03	RENDAS	36.664,62
07.03.01	HABITAÇÕES	2.164,62
07.03.02	EDIFÍCIOS	20.700,00
07.03.99	OUTRAS	13.800,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	220.500,00
08.01	OUTRAS	220.500,00
08.01.99	OUTRAS	220.500,00
08.01.99.01	INDENIZAÇÕES POR DETERIORAÇÃO, ROUBO E EXTRAVIO DE BENS PATRIMONIAIS	20.000,00
08.01.99.02	INDENIZAÇÕES DE ESTRAGOS PROVOCADOS POR OUTREM EM VIATURAS/ EQUIPAMENTOS	25.000,00
08.01.99.03	IVA REEMBOLSADO	150.000,00
08.01.99.99	DIVERSAS	25.500,00
	RECEITAS DE CAPITAL	893.597,38
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	163.570,00
09.01	TERRENOS	5.550,00
09.01.06	ADMISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMNISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	5.550,00
09.02	HABITAÇÕES	10,00
09.02.06	ADMISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMNISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	10,00
09.03	EDIFÍCIOS	158.000,00
09.03.06	ADMISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMNISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	158.000,00
09.04	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	10,00
09.04.10	FAMÍLIAS	10,00
09.04.10.03	OUTROS	10,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	650.345,00
10.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	10,00
10.01.02	PRIVADAS	10,00
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	650.325,00

1
F
du

ENTIDADE MUNICIPIO DE MESAO FRIO	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015
-------------------------------------	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 3

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
10.03.01	ESTADO	287.835,00
10.03.01.01	FUNDO EQUILIBRIO FINANCEIRO	287.825,00
10.03.01.99	OUTROS	10,00
10.03.07	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	362.490,00
10.03.07.05	FEDER	353.290,00
10.03.07.09	OUTRAS	9.200,00
10.06	SEGURANÇA SOCIAL	10,00
10.06.05	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	10,00
11	ACTIVOS FINANCEIROS	10,00
11.01	DEPÓSITOS, CERTIFICADOS DE DEPÓSITOS E POUPANÇA	10,00
11.01.04	ADMISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- FUNDOS E SERVIÇOS AUTÓNOMOS	10,00
12	PASSIVOS FINANCEIROS	10,00
12.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	10,00
12.06.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	10,00
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	79.662,38
13.01	OUTRAS	79.662,38
13.01.01	INDEMNIZAÇÕES	26.662,38
13.01.02	ACTIVOS INCORPÓREOS	28.000,00
13.01.99	OUTRAS	25.000,00
TOTAL DAS RECEITAS		5.743.245,00


Presidente do Órgão Executivo

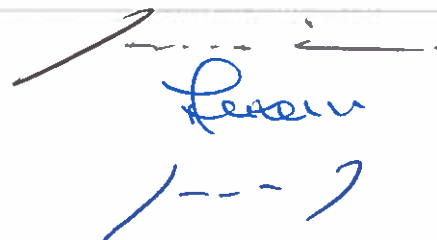
Em 31 de Outubro de 2014



Órgão Executivo

Em 31 de Outubro de 2014









MUNICIPIO DE MESÃO FRIO



Orçamento da Despesa 2015

A handwritten signature in blue ink is located in the bottom left corner of the page.

A handwritten signature in blue ink is located in the bottom right corner of the page.

ENTIDADE	ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015
MUNICIPIO DE MESAO FRIO		

PÁGINA : 1

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
01		ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	5.743.245,00	
01.01		ASSEMBLEIA MUNICIPAL	16.450,00	
		DESPESAS CORRENTES		16.450,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		13.800,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		13.800,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		300,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		13.500,00
	01.02.13.02	OUTROS		13.500,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		2.650,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		500,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		300,00
	02.01.21	OUTROS BENS		200,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		2.150,00
	02.02.10	TRANSPORTES		200,00
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		1.000,00
	02.02.12	SEGUROS		250,00
	02.02.13	DESLOCAÇÃO E ESTADAS		400,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		300,00
01.02		CÂMARA MUNICIPAL	4.693.547,00	
		DESPESAS CORRENTES		3.776.391,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		2.114.290,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		1.622.980,00
	01.01.01	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS		62.900,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		988.010,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		988.000,00
	01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		5,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		5,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		5,00
	01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		5,00
	01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		147.010,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		6.000,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		83.700,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		19.800,00
	01.01.11.01	MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS		15.400,00
	01.01.11.02	PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		4.400,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		129.350,00
	01.01.13.01	PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		109.600,00
	01.01.13.03	MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS		2.100,00
	01.01.13.04	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		17.650,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		186.200,00
	01.01.14.01	PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		166.000,00
	01.01.14.03	MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS		10.500,00
	01.01.14.04	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		9.700,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		5,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		19.205,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		5.000,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		3.000,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		3.200,00
	01.02.12	INDMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		5,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		8.000,00
	01.02.13.02	OUTROS		8.000,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		472.105,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		60.000,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		10.900,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		2.200,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		387.000,00

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01.03.05.01	ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS(ADSE)		80.000,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS(RCTFP)		307.000,00
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		208.500,00
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL- REGIME GERAL		98.500,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		5,00
	01.03.09	SEGUROS		12.000,00
	01.03.09.01	SEGUROS DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS		12.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		1.367.841,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		500.680,00
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		17.500,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		185.800,00
	02.01.02.01	GASOLINA		4.000,00
	02.01.02.02	GASÓLEO		102.700,00
	02.01.02.99	OUTROS		79.100,00
	02.01.03	MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS E ARTIFÍCIOS		1.500,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		11.500,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		21.950,00
	02.01.06	ALIMENTAÇÃO- GÉNEROS PARA CONFECCIONAR		59.250,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		4.000,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		23.490,00
	02.01.10	PRODUTOS VENDIDOS NAS FARMÁCIAS		100,00
	02.01.11	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO		150,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		21.800,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS		6.500,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		2.450,00
	02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA		45.000,00
	02.01.16.01	ÁGUA		45.000,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		4.500,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		1.000,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		27.950,00
	02.01.21	OUTROS BENS		66.240,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		867.161,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		310.000,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		1.000,00
	02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE		10,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		7.500,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		29.000,00
	02.02.10	TRANSPORTES		16.250,00
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		1.000,00
	02.02.12	SEGUROS		24.000,00
	02.02.13	DESLOCAÇÃO E ESTADAS		6.540,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		8.005,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		12.196,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		5.250,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		45.000,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		95.360,00
	02.02.24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS		8.000,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		298.050,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		243.460,00
	04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		127.455,00
	04.05.01	CONTINENTE		127.455,00
	04.05.01.02	FREGUESIAS		3.000,00
	04.05.01.04	ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS		89.550,00
	04.05.01.07	ASSEMBLEIAS DISTRITAIS		7.500,00
	04.05.01.08	OUTROS		27.405,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		101.005,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		101.005,00
	04.08	FAMÍLIAS		15.000,00
	04.08.02	OUTRAS		15.000,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		50.800,00
	06.02	DIVERSAS		50.800,00
	06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS		30.300,00

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	06.02.03	OUTRAS		20.500,00
	06.02.03.01	RESTITUIÇÕES		15.000,00
	06.02.03.02	IVA PAGO		4.000,00
	06.02.03.05	OUTRAS		1.500,00
		DESPESAS DE CAPITAL		917.156,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		874.161,00
	07.01	INVESTIMENTOS		574.170,00
	07.01.02	HABITAÇÕES		12.505,00
	07.01.02.03	REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO		12.505,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS		68.715,00
	07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		1.505,00
	07.01.03.02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		58.005,00
	07.01.03.07	OUTROS		9.205,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		228.930,00
	07.01.04.01	VIADUTOS,ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES		31.000,00
	07.01.04.06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		1.000,00
	07.01.04.12	CEMITÉRIOS		905,00
	07.01.04.13	OUTROS		196.025,00
	07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES		19.010,00
	07.01.06.02	OUTROS - AQUISIÇÃO/REPARAÇÃO DO MATERIAL DE TRANSPORTE		19.010,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		50.500,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		105.500,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		1.000,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		59.005,00
	07.01.10.02	OUTROS		59.005,00
	07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		3.500,00
	07.01.12	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR		500,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		25.005,00
	07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		299.991,00
	07.03.03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS		299.991,00
	07.03.03.02	SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS		93.581,00
	07.03.03.04	ILIMINAÇÃO PUBLICA		72.200,00
	07.03.03.05	PARQUES E JARDINS		7.000,00
	07.03.03.07	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA		10.000,00
	07.03.03.08	VIAÇÃO RURAL		102.010,00
	07.03.03.09	SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO		14.000,00
	07.03.03.13	OUTROS		1.200,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		42.500,00
	08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		42.500,00
	08.05.01	CONTINENTE		42.500,00
	08.05.01.02	FREGUESIAS		25.000,00
	08.05.01.04	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS		10.000,00
	08.05.01.09	OUTROS		7.500,00
	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		495,00
	11.02	DIVERSAS		495,00
	11.02.99	OUTRAS		495,00
01.03		OPERAÇÕES FINANCEIRAS	1.033.248,00	
		DESPESAS CORRENTES		186.100,00
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		186.100,00
	03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA		178.000,00
	03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES		178.000,00
		FINANCEIRAS		
	03.01.03.01	EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO		6.000,00
	03.01.03.02	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO		172.000,00
	03.01.03.02.01	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS		11.000,00
	03.01.03.02.03	BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTOS- BPI		2.800,00
	03.01.03.02.05	NOVA REDE-MILLENNIUM		3.200,00
	03.01.03.02.06	CCAM DOURO,CORGÓ E TÂMEGA CRL		155.000,00
	03.05	OUTROS JUROS		7.600,00
	03.05.02	OUTROS		7.600,00
	03.06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		500,00
	03.06.01	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		500,00
		DESPESAS DE CAPITAL		847.148,00

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	09	ACTIVOS FINANCEIROS		32.648,00
	09.08	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO		32.648,00
	09.08.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		32.648,00
	10	PASSIVOS FINANCEIROS		814.500,00
	10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		814.500,00
	10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		814.500,00
	10.06.03.01	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS		264.000,00
	10.06.03.03	BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTOS - BPI		37.500,00
	10.06.03.05	NOVA REDE-MILLENNIUM BCP		29.000,00
	10.06.03.06	CCAM DOURO, CORGO E TÂMEGA CRL		484.000,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS				5.743.245,00

Presidente do Orgão Executivo

Em 31 de Outubro de 2014



Orgão Executivo

Em 31 de Outubro de 2014





Cristina Isabel de Almeida Sousa Dias



MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO



Plano de Atividades Municipal

2015

OBJECTIVO	DESCRIÇÃO	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO	
		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEQUITES				
				TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2016	2017		2018
1.	Funções gerais	803.946,16		1.381.836,00	1.381.836,00					2.185.782,16
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	742.239,15		1.302.226,00	1.302.226,00					2.044.465,15
1.1.1.	Administração Geral	742.239,15		1.302.226,00	1.302.226,00					2.044.465,15
1.2.	Segurança e ordem pública	61.707,01		79.610,00	79.610,00					141.317,01
1.2.1.	Protecção civil e luta contra incêndios	61.707,01		79.610,00	79.610,00					141.317,01
2.	Funções Sociais	447.265,50		718.170,00	718.170,00					1.165.435,50
2.1.	Educação	64.565,68		114.660,00	114.660,00					179.225,68
2.1.1.	Ensino não superior	64.565,68		114.660,00	114.660,00					179.225,68
2.1.1.1.	Ensino Básico	59.815,68		102.160,00	102.160,00					161.975,68
2.1.1.2.	Ensino Secundário			5.000,00	5.000,00					5.000,00
2.1.1.3.	Ensino Superior	4.750,00		7.500,00	7.500,00					12.250,00
2.1.1.4.	Segurança e accão sociais	17.051,88		41.350,00	41.350,00					58.401,88
2.3.	Ação Social	17.051,88		41.350,00	41.350,00					58.401,88
2.4.	Serviços colectivos e habitação	357.321,80		443.300,00	443.300,00					800.621,80
2.4.1.	Saneamento	73.651,63		53.000,00	53.000,00					126.651,63
2.4.3.1.	Rede de Esgotos	73.651,63		53.000,00	53.000,00					126.651,63
2.4.4.	Abastecimento de água	214.383,71		65.000,00	65.000,00					279.383,71
2.4.6.	Protecção do meio ambiente e conservação da nature	69.286,46		325.300,00	325.300,00					394.586,46
2.4.6.3.	Conservação da Natureza	69.286,46		325.300,00	325.300,00					394.586,46
2.5.	Serviços Culturais, recreativos e religiosos	8.326,14		118.860,00	118.860,00					127.186,14
2.5.1.	Cultura			101.605,00	101.605,00					101.605,00
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	7.426,14		8.755,00	8.755,00					16.181,14
2.5.3.	Outras actividades cívicas e religiosos	900,00		8.500,00	8.500,00					9.400,00
3.	Funções Económicas	472,49		4.000,00	4.000,00					4.472,49
3.3.	Transportes e Comunicações	472,49		4.000,00	4.000,00					4.472,49
3.3.1.	Transportes Rodoviários	472,49		4.000,00	4.000,00					4.472,49
3.3.1.1.	Rede Viária	472,49		4.000,00	4.000,00					4.472,49
4.	Outras Funções	25.603,85		74.455,00	74.455,00					100.058,85
4.2.	Transferências entre Administrações	25.603,85		74.455,00	74.455,00					100.058,85
	TOTAL GERAL	1.277.288,00		2.178.461,00	2.178.461,00					3.455.749,00

ENTIDADE				PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015				
MUNICIPIO DE MESAO FRIO				PÁGINA : 2														
OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO		RESPON. SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)				TOTAL PREVISTO	
					AC	AA		FC	INICIO		FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEQUENTES		
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2016	2017
1.1.1.	0102/020101	04504	2014 8	Matérias-Primas e Subsidiárias	OUTRA	100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31 2		27.121,39		89.896,00	89.896,00				117.017,39
1.1.1.	0102/020117	04505	2014 9	Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	OUTRA	100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31 2		868,40		7.000,00	7.000,00				7.868,40
1.1.1.	0102/020107	04506	2014 10	Vestuário e Artigos Pessoais	OUTRA	100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31 2		437,17		4.000,00	4.000,00				4.437,17
1.1.1.	0102/020112	04507	2014 11	Material de Transporte e Equipamento - Peças	OUTRA	100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31 2		1.583,86		4.000,00	4.000,00				5.583,86
1.1.1.	0102/020114	04507	2014 11	Material de Transporte e Equipamento - Peças	OUTRA	100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31 2		9.716,43		26.500,00					36.216,43
1.1.1.	0102/020111	04508	2014 12	Material de Consumo Clínico	OUTRA	100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31 2				20.000,00					
1.1.1.	0102/020214	04602	2014 14	Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria-Serviços Gerais	OUTRA	100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31 0		69,87		150,00	150,00				219,87
1.1.1.	0102/020215	04701	2014 15	Formação na Modalidade de Formação - Acção	OUTRA	100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31 2				8.000,00	8.000,00				8.000,00
1.1.1.	0102/020220	04801	2014 16	Formação- Acção	OUTRA	100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31 2		1.585,00		3.500,00	3.500,00				5.085,00
1.1.1.	0102/020220	04802	2014 17	Trabalhos Especializados - Serviços Gerais	OUTRA	100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31 2		12.884,50		23.200,00	23.200,00				36.084,50
1.1.1.	0102/020220	04803	2014 18	Plataforma Electrónica	OUTRA	100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31 0				7.600,00	7.600,00				7.600,00
1.1.1.	0102/020220	04803	2014 18	Trabalhos de Reprografia/Informáticos	OUTRA	100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31 2		246,43		600,00	600,00				846,43
1.1.1.	0102/020220	04803	2014 18	Trabalhos Especializados - Serviços Gerais	OUTRA	100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31 2		12.638,07		15.000,00	15.000,00				27.638,07
1.1.1.	0102/020209	04901	2014 19	Encargos com os Serviços Gerais da Autarquia	OUTRA	100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31 2		445.054,32		742.350,00	742.350,00				1.187.404,32
1.1.1.	0102/020201	04902	2014 20	Comunicações	OUTRA	100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31 2		18.131,71		27.000,00	27.000,00				45.131,71
1.1.1.	0102/020201	04902	2014 20	Fornecimento de Energia Eléctrica	OUTRA	100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31 2		150.918,36		312.500,00	312.500,00				463.418,36
1.1.1.	0102/020201	0490201	2014 20	Iluminação Pública	OUTRA	100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31 2		84.237,35		145.000,00	145.000,00				229.237,35
A TRANSPORTAR ...											156.635,68	338.246,00	338.246,00				494.881,68	

ENTIDADE				PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015					
MUNICIPIO DE MESAO FRIO														PÁGINA : 3					
OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSAVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)				TOTAL PREVISTO		
					AC	AA	FC		EX	INICIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEQUENTES			
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN		2016	2017
									A TRANSPORTAR ...			156.635,68		338.246,00	338.246,00				494.881,68
1.1.1.1.		0490202 2014 21	Illuminação de Baixa Tensão	OUTRA		100.0		DAF	2014/01/01	2015/12/31 2		66.681,01		167.500,00	165.000,00				234.181,01
1.1.1.1.	0102/020201	0490202 2014 21	Illuminação de Baixa Tensão																
1.1.1.1.	0103/030502	0490202 2014 21	Illuminação de Baixa Tensão												2.500,00				
1.1.1.1.		04903 2014 22	Seguros Ramos Diversos	OUTRA		100.0		DAF	2014/01/01	2015/12/31 2		22.632,38		24.250,00	250,00				46.882,38
1.1.1.1.	0101/020212	04903 2014 22	Seguros Ramos Diversos																
1.1.1.1.	0102/020212	04903 2014 22	Seguros Ramos Diversos												24.000,00				
1.1.1.1.	0102/01030901	04904 2014 23	Seguros de Acidentes e Doenças Profissionais	OUTRA		100.0		DAF	2014/01/01	2015/12/31 2		10.965,85		12.000,00	12.000,00				22.965,85
1.1.1.1.		04905 2014 24	Serviços da Divida Publica - Encargos anuais relativos a Juros de Empréstimos	OUTRA		100.0		DAF	2014/01/01	2015/12/31 2		156.712,68		178.000,00					334.712,68
1.1.1.1.	0103/03010301	04905 2014 24	Serviços da Divida Publica - Encargos anuais relativos a Juros de Empréstimos												6.000,00				
1.1.1.1.	0103/0301030201	04905 2014 24	Serviços da Divida Publica - Encargos anuais relativos a Juros de Empréstimos												11.000,00				
1.1.1.1.	0103/0301030203	04905 2014 24	Serviços da Divida Publica - Encargos anuais relativos a Juros de Empréstimos												2.800,00				
1.1.1.1.	0103/0301030205	04905 2014 24	Serviços da Divida Publica - Encargos anuais relativos a Juros de Empréstimos												3.200,00				
1.1.1.1.	0103/0301030206	04905 2014 24	Serviços da Divida Publica - Encargos anuais relativos a Juros de Empréstimos												155.000,00				6.551,70
1.1.1.1.		04906 2014 25	Contratos de Manutenção Informaticos e Outros	OUTRA		100.0		DAF	2014/01/01	2015/12/31 2		1.851,70		4.700,00	4.700,00				
1.1.1.1.	0102/020220	04907 2014 26	Encargos com Inspeções, Reinspeções e Afirmação de Tacógrafos de Viaturas	OUTRA		100.0		DAF	2014/01/01	2015/12/31 2		1.375,57		2.800,00	2.800,00				4.175,57
1.1.1.1.	0102/020213	04908 2014 27	Gestão de Sistemas Electronicos de Cobrança - Via Verde	OUTRA		100.0		DAF	2014/01/01	2015/12/31 2		3.216,45		5.000,00	5.000,00				8.216,45
1.1.1.1.		04909 2014	Combustiveis e Lubrificantes												176.100,00	176.100,00			255.349,62
									A TRANSPORTAR ...			420.071,32		732.496,00	732.496,00				1.152.567,32

ENTIDADE				PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015						
MUNICIPIO DE MESAO FIELO				PÁGINA : 4																
OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO	
					AC	AA			FC	INICIO	FIM	EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEQUENTES			
						TOTAL	DEFINIDO								NÃO DEFIN	2016	2017	2018		OUTROS
1.1.1.1.		0490901 2014 28	Piscinas Municipais Cobertas e descobertas	OUTRA		100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31	2	420.071,32		732.496,00	732.496,00					1.152.567,32	
1.1.1.1.	0102/02010202	0490901 2014 28	Piscinas Municipais Cobertas e descobertas								8.120,13		59.500,00						67.620,13	
1.1.1.1.	0102/02010299	0490901 2014 28	Piscinas Municipais Cobertas e descobertas										59.000,00							
1.1.1.1.	0102/02010299	0490902 2014 29	Centro Escolar de Mesão Frio	OUTRA		100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31	2	4.456,50		18.000,00	18.000,00					22.456,50	
1.1.1.1.		0490903 2014 30	Equipamento de Transporte e Maquinaria	OUTRA		100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31	2	66.672,99		98.250,00						164.922,99	
1.1.1.1.	0102/02010201	0490903 2014 30	Equipamento de Transporte e Maquinaria										2.500,00							
1.1.1.1.	0102/02010202	0490903 2014 30	Equipamento de Transporte e Maquinaria										95.000,00							
1.1.1.1.	0102/02010299	0490903 2014 30	Equipamento de Transporte e Maquinaria										750,00							
1.1.1.1.	0102/02010299	0490904 2014 31	Residência de Estudantes	OUTRA		100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31	2			350,00	350,00					350,00	
1.1.1.1.	050	2014	Encargos de Cobrança e Restituições de Valores a Terceiros								45.180,18		29.000,00	29.000,00					74.180,18	
1.1.1.1.	05001	2014 32	Encargos de Cobrança e Liquidação Impostos e Taxas	OUTRA		100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31	0	7.987,93		14.000,00						21.987,93	
1.1.1.1.	0102/020224	05001 2014 32	Encargos de Cobrança e Liquidação Impostos e Taxas										8.000,00							
1.1.1.1.	0102/060201	05001 2014 32	Encargos de Cobrança e Liquidação Impostos e Taxas										6.000,00							
1.1.1.1.	0102/06020301	05002 2014 33	Restituições de Valores a Terceiros	OUTRA		100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31	0	37.192,25		15.000,00	15.000,00					52.192,25	
1.1.1.1.	051	2014	Constituição de Fundo Permanente - Serviços Gerais								321,71		2.820,00	2.820,00					3.141,71	
1.1.1.1.	05101	2014 34	Encargos inerentes à Constituição de Fundo Permanente	OUTRA		100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31	0	321,71		2.820,00						3.141,71	
				A TRANSPORTAR ...							544.822,83		940.416,00	937.596,00					1.485.238,83	


ENTIDADE				PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015									
MUNICIPIO DE MESAO FRIO				PÁGINA : 5																			
OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACCÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)				TOTAL PREVISTO					
					AC	AA	FC		INICIO	FIM	EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEQUENTES							
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2016		2017	2018	OUTROS		
1.1.1.1.	0102/02010202	05101	2014 34	Encargos inerentes à Constituição de Fundo Permanente												940.416,00	937.596,00					1.485.238,83	
1.1.1.1.	0102/020108	05101	2014 34	Encargos inerentes à Constituição de Fundo Permanente														1.200,00					
1.1.1.1.	0102/020121	05101	2014 34	Encargos inerentes à Constituição de Fundo Permanente														240,00					
1.1.1.1.	0102/020123	05101	2014 34	Encargos inerentes à Constituição de Fundo Permanente														240,00					
1.1.1.1.	0102/020213	05101	2014 34	Encargos inerentes à Constituição de Fundo Permanente														540,00					
1.1.1.1.	0102/020225	05101	2014 34	Encargos inerentes à Constituição de Fundo Permanente														600,00					
1.1.1.1.	052	2014		Medicina, Higiene e Segurança no Trabalho										1.100,00			4.750,00	4.750,00					5.850,00
1.1.1.1.	0102/020220	05201	2014 35	Medicina no Trabalho		100.0		DAF			2014/01/01	2015/12/31	2	1.100,00			4.000,00	4.000,00					5.100,00
1.1.1.1.	0102/020220	05202	2014 36	Higiene e Segurança no Trabalho		100.0		DAF			2014/01/01	2015/12/31	0				750,00	750,00					750,00
1.1.1.1.	053	2014		Suplementos e Prémios										8.499,18			21.500,00	21.500,00					29.999,18
1.1.1.1.	0101/01021302	05301	2014 37	Senhas de Presença da Assembleia Municipal		100.0		DAF			2014/01/01	2015/12/31	0	5.690,42			13.500,00	13.500,00					19.190,42
1.1.1.1.	0102/01021302	05302	2014 38	Senhas de Presença da Câmara Municipal		100.0		DAF			2014/01/01	2015/12/31	0	2.808,76			8.000,00	8.000,00					10.808,76
1.1.1.1.	054	2014		Contratos de Inserção/Contratos de Inserção +										22.480,78			16.250,00	16.250,00					38.730,78
1.1.1.1.	05401	2014 39		Encargos Anuais com a celebração do contrato		100.0		DAF			2014/01/01	2015/12/31	2	22.480,78			16.250,00						38.730,78
1.1.1.1.	0102/010109	05401	2014 39	Encargos Anuais com a celebração do contrato														12.000,00					
1.1.1.1.	0102/01011304	05401	2014 39	Encargos Anuais com a celebração do contrato														3.500,00					
1.1.1.1.	0102/020210	05401	2014 39	Encargos Anuais com a celebração do contrato														750,00					
				A TRANSPORTAR ...										576.902,79			982.916,00	982.916,00					1.559.818,79

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO		
					AC	AA	FC		INÍCIO	FIM	EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EN CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUENTES				
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2016	2017		2018	OUTROS
1.1.1.1.		056	Medida Estágio Emprego												982.916,00	982.916,00					1.559.818,79
1.1.1.1.		05601	Encargos mensais com a celebração do contrato	OUTRA		100.0		DAF	2014/01/01	2015/12/31	2	41.448,43			16.500,00	16.500,00					57.948,43
1.1.1.1.	0102/010109	05601	Encargos mensais com a celebração do contrato									41.448,43			14.000,00						57.948,43
1.1.1.1.	0102/01011304	05601	Encargos mensais com a celebração do contrato												2.500,00						
1.1.1.1.		057	Contratos de Tarefa ou Avença									84.544,39			147.000,00	147.000,00					231.544,39
1.1.1.1.	0102/010107	05701	Encargos Anuais com a celebração do contrato	OUTRA		100.0		DAF	2014/01/01	2015/12/31	2	84.544,39			147.000,00	147.000,00					231.544,39
1.1.1.1.		058	Contribuição para a Segurança Social									39.343,54			130.300,00	130.300,00					169.643,54
1.1.1.1.		05801	Assistência na Doença dos Funcionários Públicos(ADSE)	OUTRA		100.0		DAF	2014/01/01	2015/12/31	0	6.583,54			80.000,00						86.883,54
1.1.1.1.	0102/01030501	05801	Assistência na Doença dos Funcionários Públicos(ADSE)												300,00						
1.1.1.1.	0102/020225	05801	Assistência na Doença dos Funcionários Públicos(ADSE)																		
1.1.1.1.	0102/010301	05802	Serviço Nacional de Saúde - S.N.S.	OUTRA		100.0		DAF	2014/01/01	2015/12/31	0	32.760,00			50.000,00	50.000,00					82.760,00
1.1.1.1.		059	Indemnizações a Terceiros												500,00	500,00					500,00
1.1.1.1.	0102/06020305	05901	Indemnizações diversas a Terceiros	OUTRA		100.0		DAF	2014/01/01	2015/12/31	0			500,00	500,00						500,00
1.1.1.1.		060	Equipamento de Transporte												10,00	10,00					10,00
1.1.1.1.	0102/020206	06001	Contrato de Aluguer Operacional	OUTRA		100.0		DAF	2014/01/01	2015/12/31	0			10,00	10,00						10,00
1.1.1.1.		061	Modernização Administrativa												25.000,00	25.000,00					25.000,00
1.1.1.1.	0102/020220	06101	Contratação de Serviços de Apoio à Implementação	OUTRA		100.0		DAF	2014/01/01	2015/12/31	0			25.000,00	25.000,00						25.000,00
1.2.			Segurança e ordem públicas									61.707,01			79.610,00	79.610,00					141.317,01
1.2.1.			Protecção civil e luta contra incêndios									61.707,01			79.610,00	79.610,00					141.317,01
									A TRANSPORTAR ...			742.239,15			1.302.226,00	1.302.226,00					2.044.465,15

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO		
					AC	AA	FC		EX	INÍCIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUENTES				
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2016	2017		2018	OUTROS
1.2.1.1.		064	2014	Defesa da Floresta Contra Incêndios									743.196,16		1.314.836,00	1.314.836,00				2.058.032,16	
1.2.1.1.	0102/020220	06401	2014 51	Campanha de Sensibilização	OUTRA		100.0		PC	2014/01/01	2015/12/31 0				6.000,00	6.000,00				6.000,00	
1.2.1.1.	0102/040701	06402	2014 52	Ações de vigilância - Protocolo com a AIBVAF	OUTRA		100.0		PC	2014/01/01	2015/12/31 0				500,00	500,00				500,00	
1.2.1.1.		06403	2014 53	Ações não Específicas no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios	OUTRA		100.0		PC	2014/01/01	2015/12/31 0				4.500,00	4.500,00				4.500,00	
1.2.1.1.		06403	2014 53	Ações não Específicas no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios											1.000,00		500,00			1.000,00	
1.2.1.1.	0102/020121	06403	2014 53	Ações não Específicas no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios													500,00				
1.2.1.1.	0102/020225	06403	2014 53	Ações não Específicas no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios													500,00				
1.2.1.1.		065	2014	Execução Funcional da Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível											1.000,00	1.000,00				1.000,00	
1.2.1.1.		06501	2014 54	Ações Inerentes ao Projecto Acção	OUTRA		100.0		PC	2014/01/01	2015/12/31 0				1.000,00						1.000,00
1.2.1.1.	0102/020121	06501	2014 54	Ações Inerentes ao Projecto Acção													500,00				
1.2.1.1.	0102/020225	06501	2014 54	Ações Inerentes ao Projecto Acção													500,00				
1.2.1.1.		066	2014	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Mesão Frio									60.750,00		60.000,00	60.000,00				120.750,00	
1.2.1.1.	0102/040701	06601	2014 55	Transferências Correntes no âmbito das despesas de Funcionamento e Outras	OUTRA		100.0		CM	2014/01/01	2015/12/31 0				60.000,00	60.000,00				120.750,00	
2.				Funções sociais									447.265,50		718.170,00	718.170,00				1.165.435,50	
2.1.				Educação									64.565,68		114.660,00	114.660,00				179.225,68	
2.1.1.				Ensino não superior									64.565,68		114.660,00	114.660,00				179.225,68	
2.1.1.2.				Ensino básico									59.815,68		102.160,00	102.160,00				161.975,68	
										A TRANSPORTAR ...			803.946,16		1.381.836,00	1.381.836,00				2.185.782,16	

ENTIDADE				PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015								
MUNICIPIO DE MESAO FRIO				PÁGINA : 11																		
OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)				TOTAL PREVISTO				
					AC	AA	FC		EX	FIM	INICIO	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EN CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEQUENTES						
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	TOTAL		2016	2017	2018	OUTROS
2.1.1.2.	0102/020120	06708	2015 1	OUTRA		100.0		CN	2015/01/01	2015/12/31	0	863.761,84		1.481.996,00	1.481.996,00			2.345.757,84				
2.1.1.3.														2.000,00	2.000,00			2.000,00				
2.1.1.3.		072	2014	OUTRA										5.000,00	5.000,00			5.000,00				
2.1.1.3.														5.000,00	5.000,00			5.000,00				
2.1.1.3.	0102/040802	07201	2014 121	OUTRA		100.0		C.M	2014/01/01	2015/12/31	0			5.000,00	5.000,00			5.000,00				
2.1.1.4.												4.750,00		7.500,00	7.500,00			12.250,00				
2.1.1.4.		073	2014	OUTRA								4.750,00		7.500,00	7.500,00			12.250,00				
2.1.1.4.	0102/040802	07301	2014 122	OUTRA		100.0		PC	2014/01/01	2015/12/31	0	4.750,00		7.500,00	7.500,00			12.250,00				
2.3.												17.051,88		41.350,00	41.350,00			58.401,88				
2.3.2.												17.051,88		41.350,00	41.350,00			58.401,88				
2.3.2.		074	2014	OUTRA								5.924,41		12.000,00	12.000,00			17.924,41				
2.3.2.		07401	2014 70	OUTRA		100.0		PC	2014/01/01	2015/12/31	0	1.304,25		5.000,00				6.304,25				
2.3.2.	0102/020105	07401	2014 70	OUTRA										500,00								
2.3.2.	0102/020108	07401	2014 70	OUTRA										1.000,00								
2.3.2.	0102/020209	07401	2014 70	OUTRA										2.000,00								
2.3.2.	0102/020220	07401	2014 70	OUTRA										500,00								
2.3.2.	0102/020225	07401	2014 70	OUTRA										1.000,00								
2.3.2.		07402	2014 71	OUTRA		100.0		PC	2014/01/01	2015/12/31	0	4.620,16		7.000,00				11.620,16				
2.3.2.	0102/02010201	07402	2014 71	OUTRA										1.500,00								
2.3.2.										A TRANSPORTAR ...		874.436,25		1.508.496,00	1.502.996,00			2.382.932,25				

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO													
					AC	AA	FC		INICIO	FIM	EX	PAGAM. ATÉ 1-07-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUITES															
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2016	2017		2018	OUTROS											
A TRANSPORTAR ...																			874.436,25						1.508.496,00	1.502.996,00						2.382.932,25
2.3.2.	0102/02010202	07402	2014	71	Encargos com Equipamento de Transporte, afecto à CPCINF														4.500,00													
2.3.2.	0102/020112	07402	2014	71	Encargos com Equipamento de Transporte, afecto à CPCINF														1.000,00													
2.3.2.		075	2014		Ação Social														22.000,00	22.000,00						33.127,47						
2.3.2.		07501	2014	72	Promoção do Encontro Anual de "Seniores"														15.500,00	15.500,00						24.265,30						
2.3.2.	0102/020105	07501	2014	72	Promoção do Encontro Anual de "Seniores"														11.000,00													
2.3.2.	0102/020210	07501	2014	72	Promoção do Encontro Anual de "Seniores"														4.000,00													
2.3.2.	0102/020225	07501	2014	72	Promoção do Encontro Anual de "Seniores"														500,00													
2.3.2.		07502	2014	73	Convívio Natalício com os "Seniores"														3.500,00	3.500,00						5.862,17						
2.3.2.	0102/020106	07502	2014	73	Convívio Natalício com os "Seniores"														2.500,00													
2.3.2.	0102/020121	07502	2014	73	Convívio Natalício com os "Seniores"														500,00													
2.3.2.	0102/020225	07502	2014	73	Convívio Natalício com os "Seniores"														500,00													
2.3.2.		07503	2014		Programa da Rede Social														3.000,00	3.000,00						3.000,00						
2.3.2.		0750301	2014	74	Ações de Sensibilização/Seminários/Outros														2.500,00	2.500,00						2.500,00						
2.3.2.	0102/020105	0750301	2014	74	Ações de Sensibilização/Seminários/Outros														500,00													
2.3.2.	0102/020115	0750301	2014	74	Ações de Sensibilização/Seminários/Outros														300,00													
2.3.2.	0102/020121	0750301	2014	74	Ações de Sensibilização/Seminários/Outros														250,00													
A TRANSPORTAR ...																			885.563,72						1.529.996,00	1.526.546,00						2.415.559,72



1
F & J
sh

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO							
					AC	AA	FC		EX	INICIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			2016	2017		2018	OUTROS					
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN										
A TRANSPORTAR ...																			885.563,72	1.529.996,00	1.528.546,00					2.415.559,72
2.3.2.	0102/020220	0750301 2014 74	Ações de Sensibilização/Seminários/ou outros													700,00										
2.3.2.	0102/020225	0750301 2014 74	Ações de Sensibilização/Seminários/ou outros													750,00										
2.3.2.	0102/020118	0750302 2014 75	Aquisição de Material de Avaliação e intervenção Psicológicas	OUTRA			100.0	PC	2014/01/01	2015/12/31 0						500,00	500,00					500,00				
2.3.2.		076 2015	Ação Social																							
2.3.2.		07601 2015 2	Programa "Viver mais Viver melhor"	OUTRA			100.0	PC	2015/01/01	2015/12/31 0						750,00	7.350,00	7.350,00				7.350,00				
2.3.2.	0102/020121	07601 2015 2	Programa "Viver mais Viver melhor"													400,00										
2.3.2.	0102/020225	07601 2015 2	Programa "Viver mais Viver melhor"													350,00										
2.3.2.		07602 2015 3	Programa "Piquete Móvel de Pequenas Reparações"	OUTRA			100.0	PC	2015/01/01	2015/12/31 0						3.600,00	3.600,00					3.600,00				
2.3.2.	0102/020101	07602 2015 3	Programa "Piquete Móvel de Pequenas Reparações"													1.000,00										
2.3.2.	0102/020121	07602 2015 3	Programa "Piquete Móvel de Pequenas Reparações"													1.000,00										
2.3.2.	0102/020220	07602 2015 3	Programa "Piquete Móvel de Pequenas Reparações"													800,00										
2.3.2.	0102/020225	07602 2015 3	Programa "Piquete Móvel de Pequenas Reparações"													800,00										
2.3.2.		07603 2015 4	Programa "Ateliers(Re)Viver"	OUTRA			100.0	PC	2015/01/01	2015/12/31 0						2.500,00	2.500,00					2.500,00				
2.3.2.	0102/020121	07603 2015 4	Programa "Ateliers(Re)Viver"													2.000,00										
2.3.2.	0102/020220	07603 2015 4	Programa "Ateliers(Re)Viver"													500,00										
2.3.2.		07604 2015 5	Feira de Emprego, Formação, Qualificação e Orientação Escolar	OUTRA			100.0	PC	2015/01/01	2015/12/31 0						500,00						500,00				
2.3.2.	0102/020105	07604 2015 5	Feira de Emprego, Formação, Qualificação e Orientação Escolar													250,00										
A TRANSPORTAR ...																			885.563,72	1.537.846,00	1.537.596,00					2.423.409,72

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO										
					AC	AA	FC		EX	INÍCIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUENTES												
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2016	2017		2018	OUTROS								
A TRANSPORTAR ...																			885.563,72						2.423.409,72				
2.3.2.	0102/020121	07604	2015 5	Feira de Emprego, Formação, Qualificação e Orientação Escolar												100,00													
2.3.2.	0102/020225	07604	2015 5	Feira de Emprego, Formação, Qualificação e Orientação Escolar												150,00													
2.4.				Serviços colectivos e habitação																									
2.4.3.				Saneamento																800.621,80									
2.4.3.1.				Rede de Esgotos																									
2.4.3.1.		076	2014	Águas Residuais																126.651,63									
2.4.3.1.		07601	2014	Recolha e Tratamento das Águas Residuais																126.651,63									
2.4.3.1.		0760101	2014 76	Contrato de Concessão realizado com ATMAO						100.0			DACT	2014/01/01	2015/12/31 0	73.282,54	47.500,00				120.782,54								
2.4.3.1.	0102/020219	0760101	2014 76	Contrato de Concessão realizado com ATMAO													45.000,00												
2.4.3.1.	0102/060201	0760101	2014 76	Contrato de Concessão realizado com ATMAO													1.000,00												
2.4.3.1.	0103/030502	0760101	2014 76	Contrato de Concessão realizado com ATMAO													1.500,00												
2.4.3.1.	0102/020220	0760102	2014 77	Ações de Limpeza (Fossas/Etar 5)						100.0			DAF	2014/01/01	2015/12/31 0		1.000,00				1.000,00								
2.4.3.1.	0102/020220	07602	2014 78	Controlo Analítico da Qualidade das Águas Residuais						100.0			DAF	2014/01/01	2015/12/31 0	369,09	4.500,00				4.869,09								
2.4.4.				Abastecimento de Água																									
2.4.4.		077	2014	Água de Consumo Humano													65.000,00				279.383,71								
2.4.4.		07701	2014 79	Abastecimento de Água													53.000,00				264.816,72								
2.4.4.	0102/02011601	07701	2014 79	Abastecimento de Água						100.0			DAF	2014/01/01	2015/12/31 0	211.279,27	48.600,00				259.879,27								
2.4.4.	0102/060201	07701	2014 79	Abastecimento de Água													45.000,00												
2.4.4.	0103/030502	07701	2014 79	Abastecimento de Água													2.000,00												
2.4.4.																	1.600,00												
A TRANSPORTAR ...																			1.170.494,62						1.639.446,00				2.809.940,62

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO		
					AC	AA	FC		EX	INÍCIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUINTE				
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2016	2017		2018	OUTROS
A TRANSPORTAR ...																					
2.4.4.	0102/020220	07702	2014 80	Controlo Analítico da Qualidade da Água para o Consumo Humano	OUTRA		100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31	0	537,45		1.639.446,00	1.639.446,00				2.809.940,62		
2.4.4.	0102/020220	07703	2014 81	Aquisição de Produtos Químicos para os Reservatórios	OUTRA		100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31	0			1.800,00	1.800,00				3.137,45		
2.4.4.		078	2014	Águas Balneares								2.566,99		12.000,00	12.000,00				1.800,00		
2.4.4.	0102/020220	07801	2014 82	Controlo Analítico e Acompanhamento Técnico	OUTRA		100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31	0	933,92		5.500,00	5.500,00				1.800,00		
2.4.4.	0102/020101	07802	2014 83	Produtos Químicos	OUTRA		100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31	0	1.633,07		6.500,00	6.500,00				1.800,00		
2.4.6.				Protecção do meio ambiente e conservação da natureza								69.286,46		325.300,00	325.300,00				14.566,99		
2.4.6.3.		079	2014	Conservação da Natureza								69.286,46		325.300,00	325.300,00				6.433,92		
2.4.6.3.		07901	2014 84	Gestão de Resíduos	OUTRA		100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31	0	67.764,27		316.300,00	316.300,00				8.133,07		
2.4.6.3.				Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos								34.164,03		139.000,00					394.586,46		
2.4.6.3.	0102/020225	07901	2014 84	Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos										76.000,00					394.586,46		
2.4.6.3.	0102/04050104	07901	2014 84	Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos										63.000,00					384.064,27		
2.4.6.3.		07902	2014	Depósito em Aterro dos RSU								31.091,71		169.500,00	169.500,00				201.391,71		
2.4.6.3.	0102/020225	0790201	2014 85	Depósito em Aterro	OUTRA		100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31	0	28.397,53		148.000,00	148.000,00				176.397,53		
2.4.6.3.	0102/060201	0790202	2014 86	Taxa de Gestão	OUTRA		100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31	0	3.336,38		21.000,00	21.000,00				24.336,38		
2.4.6.3.	0103/030502	0790203	2014 87	Juros de Mora- Pagamentos em Atraso	OUTRA		100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31	0	157,80		500,00	500,00				657,80		
2.4.6.3.		07903	2014 88	Aluguer de Caixas para Transporte de Monstros	OUTRA		100.0	DAF	2014/01/01	2015/12/31	0	1.708,43		7.800,00					9.508,43		
2.4.6.3.	0102/020210	07903	2014 88	Aluguer de Caixas para Transporte de Monstros										7.500,00							
2.4.6.3.	0102/060201	07903	2014 88	Aluguer de Caixas para Transporte de Monstros										300,00							
2.4.6.3.		080	2014	Jardins e Espaços Verdes								1.522,29		9.000,00	9.000,00				10.522,29		
A TRANSPORTAR ...																					
													1.241.363,23		1.972.146,00	1.972.146,00				3.213.509,23	




OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)				TOTAL PREVISTO			
					AC	AA	FC		EX	INICIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EN CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUENTES				
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2016		2017	2018	OUTROS
2.4.6.3.		08001	Manutenção e Conservação dos Espaços verdes	OUTRA		100.0		DACT	2014/01/01	2015/12/31	0	1.241.363,23		1.972.146,00					3.213.509,23		
														6.000,00					7.522,29		
2.4.6.3.	0102/020101	08001	Manutenção e Conservação dos Espaços verdes												3.000,00						
2.4.6.3.	0102/020121	08001	Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes												3.000,00						
2.4.6.3.		08002	Contratação de Serviços Específicos para a Área	OUTRA		100.0		DACT	2014/01/01	2015/12/31	0			3.000,00					3.000,00		
2.4.6.3.	0102/020220	08002	Contratação de Serviços Específicos para a Área												1.500,00						
2.4.6.3.	0102/020225	08002	Contratação de Serviços Específicos para a Área												1.500,00						
2.5.			Serviços culturais, recreativos e religiosos																		
		081	Cultura									8.326,14		118.860,00					127.186,14		
2.5.1.			Prémio Literário Domingos Monteiro											101.605,00					101.605,00		
2.5.1.														1.800,00					1.800,00		
2.5.1.														1.800,00					1.800,00		
2.5.1.	0102/020220	08101	Atribuição de Prémio	OUTRA		100.0		CM	2014/01/01	2015/12/31	0			300,00							
2.5.1.	0102/040802	08101	Atribuição de Prémio											1.500,00							
2.5.1.		087	Atuação Cultural 2015											68.050,00					68.050,00		
2.5.1.		08701	V Edição da Feira do Petisco, Vinho e Produtos Regionais											11.200,00					11.200,00		
2.5.1.	0102/020225	0870101	Eventos	OUTRA		100.0		CM	2015/01/01	2015/12/31	0			5.000,00					5.000,00		
2.5.1.		0870102	Logística	OUTRA		100.0		CM	2015/01/01	2015/12/31	0			6.200,00					6.200,00		
2.5.1.	0102/020105	0870102	Logística											1.700,00							
2.5.1.	0102/020106	0870102	Logística											1.000,00							
2.5.1.	0102/020121	0870102	Logística											1.500,00							
2.5.1.	0102/020225	0870102	Logística											2.000,00							
2.5.1.		08702	Raji - Município de Mesão Frio 2015											10.000,00					10.000,00		
														1.994.146,00					3.237.031,52		

ENTIDADE		PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL				DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015	
MUNICIPIO DE MESAO FEIO						PÁGINA : 18	

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO			
					AC	AA	FC		EX	INÍCIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEQUENTES						
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2016	2017		2018	OUTROS	
2.5.1.	0102/020105	0870502	2015 16	Logística									1.242.885,52	2.050.996,00	2.039.996,00					3.293.881,52		
2.5.1.	0102/020106	0870502	2015 16	Logística											2.000,00							
2.5.1.	0102/020121	0870502	2015 16	Logística											2.500,00							
2.5.1.	0102/020220	0870502	2015 16	Logística											2.000,00							
2.5.1.	0102/020225	0870502	2015 16	Logística											2.000,00							
2.5.1.		048	2015	Biblioteca Municipal											2.500,00							
2.5.1.	0102/020120	08801	2015 17	Aquisição de Material de Educação, Cultura e Recreio				100.0				2015/01/01	2015/12/31	0	23.750,00	23.750,00					23.750,00	
2.5.1.		08802	2015 18	Aquisição de Material de Escreitório e ou Didático para integração nas Ações				100.0				2015/01/01	2015/12/31	0	16.000,00	16.000,00					16.000,00	
2.5.1.	0102/020108	08802	2015 18	Aquisição de Material de Escreitório e ou Didático para integração nas Ações											2.500,00	2.500,00					2.500,00	
2.5.1.	0102/020120	08802	2015 18	Aquisição de Material de Escreitório e ou Didático para integração nas Ações											1.000,00	1.000,00						
2.5.1.	0102/020121	08802	2015 18	Aquisição de Material de Escreitório e ou Didático para integração nas Ações											500,00	500,00						
2.5.1.		08803	2015 19	Ações de Sensibilização/Exposições/Saraus/Ateliers/Outros				100.0				2015/01/01	2015/12/31	0	1.000,00	1.000,00					5.250,00	
2.5.1.	0102/020105	08803	2015 19	Ações de Sensibilização/Exposições/Saraus/Ateliers/Outros											1.000,00	1.000,00						
2.5.1.	0102/020106	08803	2015 19	Ações de Sensibilização/Exposições/Saraus/Ateliers/Outros											500,00	500,00						
2.5.1.	0102/020115	08803	2015 19	Ações de Sensibilização/Exposições/Saraus/Ateliers/Outros											750,00	750,00						
2.5.1.	0102/020121	08803	2015 19	Ações de Sensibilização/Exposições/Saraus/Ateliers/Outros											1.000,00	1.000,00						
												A TRANSPORTAR ...			1.242.885,52	2.074.746,00	2.072.746,00					3.317.631,52

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO				RESPON- SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
					AC	AA	FC	EX		PAGAM. ATÉ 1-0UT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUITES																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
												TOTAL	DEFINITO	NÃO DEFIN	2016	2017	2018	OUTROS																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
2.5.1.	0102/020220	08803	2015	19	Ações de Sensibilização/Exposições/saraus/Ateliers/outros											500,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						



1

ENTIDADE		PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL				DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015			
MUNICIPIO DE MESAO FEO									

PÁGINA : 20

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)				TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			2016	2017	2018		OUTROS
												INÍCIO	FIM	A TRANSPORTAR ...					
2.5.3.			Outras actividades cívicas e religiosas								1.250.311,66	2.091.506,00	2.091.506,00				3.341.817,66		
2.5.3.	084	2014	Actividades Cívicas e Religiosas								900,00	8.500,00	8.500,00				9.400,00		
2.5.3.	0102/040701	08401	Transferências Correntes - Festas religiosas	OUTRA	100.0			CM	2014/01/01	2015/12/31	0	900,00	8.500,00	8.500,00				9.400,00	
3.			Funções Económicas								472,49	4.000,00	4.000,00				4.472,49		
3.3.			Transportes e comunicações								472,49	4.000,00	4.000,00				4.472,49		
3.3.1.			Transportes rodoviários								472,49	4.000,00	4.000,00				4.472,49		
3.3.1.1.			Rede Viária								472,49	4.000,00	4.000,00				4.472,49		
3.3.1.1.	085	2014	Aluguer de Máquinas e Equipamento								472,49	4.000,00	4.000,00				4.472,49		
3.3.1.1.	0102/020210	08501	Prestação de Serviços no âmbito de Aluguer	OUTRA	100.0			PC	2014/01/01	2015/12/31	0	472,49	4.000,00	4.000,00				4.472,49	
4.			Outras funções								25.603,85	74.455,00	74.455,00				100.058,85		
4.2.			Transferências entre administrações								25.603,85	74.455,00	74.455,00				100.058,85		
4.2.	086	2014	Transferências Correntes Atribuídas								25.603,85	74.455,00	74.455,00				100.058,85		
4.2.	0102/04050104	08601	ANON/CIDOCOMO																
4.2.	0102/04050104	0860101	Despesas de Funcionamento e Outras	OUTRA	100.0			PC	2014/01/01	2015/12/31	0		9.500,00	9.500,00				9.500,00	
4.2.	08603	2014	Filanderia - Teatro do Nordeste, Cooperativa de Produção, Formação e Animação Teatral, C.R.L.								1.250,01	8.000,00	8.000,00				9.250,01		
4.2.	0102/04050108	0860301	Protocolo celebrado no âmbito da divulgação de Animação Teatral	OUTRA	100.0			CM	2014/01/01	2015/12/31	0	1.250,01	8.000,00	8.000,00				9.250,01	
4.2.	08604	2014	Fundação Museu do Douro									4.900,00	4.900,00	4.900,00				4.900,00	
4.2.	0102/04050108	0860401	Despesas de Funcionamento/Outras	OUTRA	100.0			PC	2014/01/01	2015/12/31	0		4.900,00	4.900,00				4.900,00	
4.2.	08605	2014	Associação Nacional dos Municípios Portugueses									8.500,00	8.500,00	8.500,00				8.500,00	
A TRANSPORTAR ...												2.126.406,00	2.126.406,00				3.379.340,16		

[Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the right and various initials on the left and center.]

ENTIDADE			PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015			
MUNICIPIO DE MESAO FRIJO																

PÁGINA : 21

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/HUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO		
					AC	AA	FC		INICIO	FIM	EX	PAGAM. ATE 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEQUINTE					
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2016	2017		2018	OUTROS
					A TRANSPORTAR																
4.2.	0102/04050104	0860501 2014 113	Quota Anual	OUTRA		100.0		PC	2014/01/01	2015/12/31	0		1.252.934,16	2.126.406,00	2.126.406,00				3.379.340,16		
4.2.		08606 2014	Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico											8.500,00	8.500,00				8.500,00		
														550,00	550,00				550,00		
4.2.	0102/04050104	0860601 2014 114	Quota Anual	OUTRA		100.0		PC	2014/01/01	2015/12/31	0			550,00	550,00				550,00		
4.2.		08607 2014	Associação do Douro Histórico											4.500,00	4.500,00				4.500,00		
4.2.	0102/04050108	0860701 2014 115	Quota Anual	OUTRA		100.0		PC	2014/01/01	2015/12/31	0			4.500,00	4.500,00				4.500,00		
4.2.		08608 2014	Sport Club de Mesão Frio									21.000,00		18.000,00	18.000,00				39.000,00		
4.2.	0102/040701	0860801 2014 116	Transferência	OUTRA		100.0		CM	2014/01/01	2015/12/31	0	21.000,00		18.000,00	18.000,00				39.000,00		
4.2.		08609 2014	Associações e ou colectividades Legalmente Constituídas									2.000,00		10.005,00	10.005,00				12.005,00		
4.2.	0102/04050108	0860901 2014 117	Casa do Povo de Barqueiros	OUTRA		100.0		CM	2014/01/01	2015/12/31	0	2.000,00		5,00	5,00				2.005,00		
4.2.	0102/04050108	0860902 2014 119	Transferências/Quotas Anuais	OUTRA		100.0		CM	2014/01/01	2015/12/31	0			10.000,00	10.000,00				10.000,00		
4.2.		08610 2014	Assembleia distrital de Vila Real											7.500,00	7.500,00				7.500,00		
4.2.	0102/04050107	0861001 2014 118	Transferência	OUTRA		100.0		PC	2014/01/01	2015/12/31	0			7.500,00	7.500,00				7.500,00		
4.2.		08611 2014	Freguesias									1.353,84		3.000,00	3.000,00				4.353,84		
4.2.	0102/04050102	0861101 2014 120	Transferências correntes a efectuar no âmbito da celebração dos Contratos Interadministrativos/Outros	OUTRA		100.0		CM	2014/01/01	2015/12/31	0	1.353,84		3.000,00	3.000,00				4.353,84		
TOTAL GERAL													2.178.461,00	2.178.461,00					3.455.749,00		

FASES DE EXECUÇÃO

- 0 - NÃO INICIADA
- 1 - COM PROJECTO TÉCNICO
- 2 - ADJUDICADA
- 3 - EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50%
- 4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 9 - CONCLUÍDA
- P -

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

<p>ENTIDADE</p> <p>MUNICÍPIO DE MESAO FEO</p>	<p>PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL</p>	<p>DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015</p>
---	---------------------------------------	--------------------------------------

Presidente do Órgão Executivo

Em 31 de outubro de 2014

Antônio Patrício

Órgão Executivo

Em 31 de outubro de 2014

Antônio Patrício

Antônio Patrício

Feixeiro

11/11/14

192

Distrito José de Almeida Soares Araújo



**Plano Plurianual de
Investimentos**

2015

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

OBJECTIVO	DESCRIÇÃO	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)				ANOS SEQUINTE			
				TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2016	2017	2018		OUTROS
1.	Funções gerais	193.756,55		245.530,00	245.530,00					439.286,55	
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	193.756,55		245.520,00	245.520,00					439.276,55	
1.1.1.	Administração Geral	193.756,55		245.520,00	245.520,00					439.276,55	
1.2.	Segurança e ordem pública			10,00	10,00					10,00	
1.2.1.	Protecção civil e luta contra incêndios			10,00	10,00					10,00	
2.	Funções Sociais	106.108,83		407.916,00	407.916,00	600.000,00	200.000,00			1.314.024,83	
2.2.	Saúde			2.200,00	2.200,00					2.200,00	
2.2.1.	Serviços individuais de saúde			2.200,00	2.200,00					2.200,00	
2.3.	Segurança e acção sociais	25.927,59		12.500,00	12.500,00					38.427,59	
2.3.2.	Ação Social	25.927,59		12.500,00	12.500,00					38.427,59	
2.4.	Serviços Colectivos e habitação	13.674,63		330.596,00	330.596,00					344.270,63	
2.4.2.	Ordenamento do território	6.418,22		26.905,00	26.905,00					33.323,22	
2.4.3.	Saneamento	4.222,23		102.581,00	102.581,00					106.803,23	
2.4.3.1.	Rede de Esgotos	4.222,23		102.581,00	102.581,00					106.803,23	
2.4.4.	Abastecimento de água	1.688,74		20.000,00	20.000,00					21.688,74	
2.4.6.	Protecção do meio ambiente e conservação da nature	1.345,44		181.110,00	181.110,00					182.455,44	
2.4.6.1.	Espaços Verdes(Sistema de Rega e outros)	638,36		9.000,00	9.000,00					9.638,36	
2.4.6.2.	Higiene Pública	180,00		1.200,00	1.200,00					1.380,00	
2.4.6.4.	Cemitérios	527,08		170.910,00	170.910,00					171.437,08	
2.5.	Serviços Culturais,recreativos e religiosos	66.506,61		62.620,00	62.620,00	600.000,00	200.000,00			929.126,61	
2.5.1.	Cultura			5,00	5,00					5,00	
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	66.506,61		62.615,00	62.615,00					929.121,61	
3.	Funções Económicas	29.019,91		220.715,00	220.715,00					249.734,91	
3.2.	Indústria e Energia	9.671,23		73.700,00	73.700,00					83.371,23	
3.2.2.	Energia	9.671,23		73.700,00	73.700,00					83.371,23	
3.3.	Transportes e Comunicações	19.348,68		147.015,00	147.015,00					166.363,68	
3.3.1.	Transportes Rodoviários	19.348,68		147.015,00	147.015,00					166.363,68	
3.3.1.1.	Rede Viária	19.054,87		133.015,00	133.015,00					152.069,87	
3.3.1.2.	Sinalização	293,81		14.000,00	14.000,00					14.293,81	
4.	Outras Funções			75.148,00	75.148,00					75.148,00	
4.2.	Transferências entre Administrações			75.148,00	75.148,00					75.148,00	
	TOTAL GERAL	328.885,29		949.309,00	949.309,00	600.000,00	200.000,00			2.078.194,29	

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. S/AVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO			
					AC	AA	FC		EX	INICIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUENTES				
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2016		2017	2018	OUTROS
1.1.1.1.1.1.1.			Funções gerais de serviços gerais de administração pública									193.756,55	245.530,00	245.530,00				439.286,55			
1.1.1.1.1.1.1.	012	2014	Administração geral	OUTRA								193.756,55	245.520,00	245.520,00				439.276,55			
1.1.1.1.1.1.1.			Conservação e Manutenção do Edifício dos Paços do Concelho	OUTRA								193.756,55	245.520,00	245.520,00				439.276,55			
1.1.1.1.1.1.1.			Concelho	EMPREGADA	40.0	60.0	PC			2014/01/01	2015/12/31	9	128.999,58	1.500,00	1.500,00				130.499,58		
1.1.1.1.1.1.1.		01201	Modernização Administrativa	OUTRA	15.0	85.0	DAF			2014/01/01	2015/12/31	4	147.000,00	147.000,00	147.000,00				147.000,00		
1.1.1.1.1.1.1.		0120201	Aquisição de Software	OUTRA	15.0	85.0	DAF			2014/01/01	2015/12/31	4	103.000,00	103.000,00	103.000,00				103.000,00		
1.1.1.1.1.1.1.		0120202	Aquisição de Hardware	OUTRA	100.0		PC			2014/01/01	2015/12/31	0	44.000,00	44.000,00	44.000,00				44.000,00		
1.1.1.1.1.1.1.		087	Equipamento de Transporte	OUTRA	100.0		PC			2014/01/01	2015/12/31	0	13.155,11	19.510,00	19.510,00				32.665,11		
1.1.1.1.1.1.1.		08701	Aquisição de Equipamento de Transporte	OUTRA	100.0		PC			2014/01/01	2015/12/31	0	10,00	10,00	10,00				10,00		
1.1.1.1.1.1.1.		08702	Reparação de Equipamento de Transporte	OUTRA	100.0		PC			2014/01/01	2015/12/31	0	12.655,11	19.000,00	19.000,00				31.655,11		
1.1.1.1.1.1.1.		08703	Aquisição de Cintos de Segurança para Adaptação do Equipamento	OUTRA	100.0		PC			2014/01/01	2015/12/31	0	500,00	500,00	500,00				1.000,00		
1.1.1.1.1.1.1.		088	Equipamento Básico	OUTRA	100.0		PC			2014/01/01	2015/12/31	0	20.958,15	20.000,00	20.000,00				40.958,15		
1.1.1.1.1.1.1.		08801	Aquisição/Reparação	OUTRA	100.0		PC			2014/01/01	2015/12/31	0	20.958,15	20.000,00	20.000,00				40.958,15		
1.1.1.1.1.1.1.		089	Equipamento Administrativo	OUTRA	100.0		PC			2014/01/01	2015/12/31	0	209,10	1.000,00	1.000,00				1.209,10		
1.1.1.1.1.1.1.		08901	Aquisição/Reparação	OUTRA	100.0		PC			2014/01/01	2015/12/31	0	209,10	1.000,00	1.000,00				1.209,10		
1.1.1.1.1.1.1.		090	Equipamento Informático-Hardware	OUTRA	100.0		PC			2014/01/01	2015/12/31	0	1.466,64	6.500,00	6.500,00				7.966,64		
1.1.1.1.1.1.1.		09001	Aquisição/Reparação Equipamento Informático	OUTRA	100.0		PC			2014/01/01	2015/12/31	0	1.466,64	6.500,00	6.500,00				7.966,64		
1.1.1.1.1.1.1.		091	-Software	OUTRA	100.0		PC			2014/01/01	2015/12/31	0	5.221,35	2.500,00	2.500,00				7.721,35		
1.1.1.1.1.1.1.		09101	Aquisição Ferramentas e Utensílios	OUTRA	100.0		PC			2014/01/01	2015/12/31	0	5.221,35	2.500,00	2.500,00				7.721,35		
1.1.1.1.1.1.1.		092	Aquisição/Reparação	OUTRA	100.0		PC			2014/01/01	2015/12/31	0	3.413,94	3.500,00	3.500,00				6.913,94		
1.1.1.1.1.1.1.		09201	Artigos e objetos de valor	OUTRA	100.0		PC			2014/01/01	2015/12/31	0	3.413,94	3.500,00	3.500,00				6.913,94		
1.1.1.1.1.1.1.		093	Aquisição de Tapetaria/Outros	OUTRA	100.0		PC			2014/01/01	2015/12/31	0	235,00	500,00	500,00				735,00		
1.1.1.1.1.1.1.		09301	Aquisição de Tapetaria/Outros	OUTRA	100.0		PC			2014/01/01	2015/12/31	0	235,00	500,00	500,00				735,00		
1.1.1.1.1.1.1.		095	Outros Investimentos	OUTRA	100.0		DACT			2014/01/01	2015/12/31	0	1.191,97	9.000,00	9.000,00				10.191,97		
1.1.1.1.1.1.1.		09502	Certificação/Pareceres de Entidades Externas	OUTRA	100.0		DACT			2014/01/01	2015/12/31	0	856,37	4.500,00	4.500,00				5.356,37		
1.1.1.1.1.1.1.		09503	Elaboração de Projectos	OUTRA	100.0		DACT			2014/01/01	2015/12/31	0		2.500,00	2.500,00				2.500,00		
1.1.1.1.1.1.1.		09504	Levantamentos Topográficos	OUTRA	100.0		DACT			2014/01/01	2015/12/31	0		1.500,00	1.500,00				1.500,00		
1.1.1.1.1.1.1.		09505	Outros Investimentos não especificados em projectos/acções anteriores	OUTRA	100.0		DACT			2014/01/01	2015/12/31	0	335,60	500,00	500,00				835,60		
1.1.1.1.1.1.1.		096	Mobiliário Urbano	OUTRA	100.0		DACT			2014/01/01	2015/12/31	9	3.576,42	2.000,00	2.000,00				5.576,42		
1.1.1.1.1.1.1.		09601	Aquisição	OUTRA	100.0		DACT			2014/01/01	2015/12/31	9	3.576,42	2.000,00	2.000,00				5.576,42		
1.1.1.1.1.1.1.		097	Posse Administrativa de Imóveis	OUTRA	100.0		DACT			2014/01/01	2015/12/31	0		10,00	10,00				10,00		
1.1.1.1.1.1.1.		09701	Habituações	OUTRA	100.0		DACT			2014/01/01	2015/12/31	0		5,00	5,00				5,00		
1.1.1.1.1.1.1.		09702	Edifícios/Outros	OUTRA	100.0		DACT			2014/01/01	2015/12/31	0		5,00	5,00				5,00		
1.1.1.1.1.1.1.		098	Reparação e Beneficiação de edifícios e Equipamentos	OUTRA	100.0		DACT			2014/01/01	2015/12/31	0	15.329,29	32.500,00	32.500,00				47.829,29		
1.1.1.1.1.1.1.		09801	pertencentes ao Município	OUTRA	100.0		DACT			2014/01/01	2015/12/31	0		500,00	500,00				500,00		
1.1.1.1.1.1.1.		09802	Auditorio Municipal	OUTRA	100.0		DACT			2014/01/01	2015/12/31	0	9,80	1.000,00	1.000,00				1.009,80		
1.1.1.1.1.1.1.		09803	Residência de Estudantes	OUTRA	100.0		DACT			2014/01/01	2015/12/31	0	6.952,61	3.000,00	3.000,00				9.952,61		
			Centro Escolar de Mesão Frio																		
									A TRANSPORTAR ...			178.437,06	214.520,00	214.520,00				392.957,06			





ENTIDADE				PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015				PÁGINA : 2												
MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO																														
OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÁVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO												
					AC	AA			FC	EX	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANOS SEQUENTES																
														ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)																
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2016	2017	2018	OUTROS										
A TRANSPORTAR ...																				178.437,06	214.520,00	214.520,00							392.957,06	
1.1.1.1.	0102/07010307	0980301	2014 21	Execução de cobertura e outros	OUTRA	100.0	DACT	2014/01/01	2015/12/31	0	6.952,61	3.000,00	3.000,00						9.952,61											
1.1.1.1.	0102/07010307	09804	2014 22	Mercado Municipal	OUTRA	100.0	DACT	2014/01/01	2015/12/31	0		500,00	500,00						500,00											
1.1.1.1.	0102/07010307	09805	2014 23	Biblioteca Municipal	OUTRA	100.0	DACT	2014/01/01	2015/12/31	0		500,00	500,00						500,00											
1.1.1.1.	09806	2014 24	Piscinas Municipais								5.260,14	23.000,00	23.000,00						28.260,14											
1.1.1.1.	0980601	2014 24	Piscina Municipal								327,11	2.000,00	2.000,00						2.327,11											
1.1.1.1.	0102/07010406	0980601	2014 24	Descoberta	OUTRA	100.0	DACT	2014/01/01	2015/12/31	0		1.000,00	1.000,00																	
1.1.1.1.	0102/07011002	0980601	2014 24	Descoberta	OUTRA	100.0	DACT	2014/01/01	2015/12/31	0	4.933,03	21.000,00	21.000,00						25.933,03											
1.1.1.1.	0980602	2014 25	Piscina Municipal Coberta																											
1.1.1.1.	0980602	2014 25	Piscina Municipal Coberta																											
1.1.1.1.	0102/07010302	0980602	2014 25	Piscina Municipal Coberta	OUTRA	100.0	DACT	2014/01/01	2015/12/31	0	2.609,21	3.000,00	3.000,00						5.609,21											
1.1.1.1.	0102/07011002	09807	2014 26	Edifício Paços do Concelho	OUTRA	100.0	DACT	2014/01/01	2015/12/31	0	497,53	1.000,00	1.000,00						1.497,53											
1.1.1.1.	0102/07010413	09809	2014 28	Outros Edifícios e Equipamentos não Específicos nos projectos anteriores	OUTRA	100.0	DACT	2014/01/01	2015/12/31	0																				
1.2.				Segurança e ordem públicas																										
1.2.1.				Protecção Civil e luta contra incêndios																										
1.2.1.		099	2014	Protecção Civil e luta contra incêndios																										
1.2.1.1.	0102/07010413	09901	2014 29	Beneficiária da Rede de Infraestruturas Florestais	OUTRA	100.0	PC	2014/01/01	2015/12/31	0		10,00	10,00						10,00											
1.2.1.1.	0102/07010413	09902	2014 30	Execução Funcional da Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustíveis	OUTRA	100.0	PC	2014/01/01	2015/12/31	0		5,00	5,00						5,00											
2.				Funções sociais																										
2.2.				Saúde																										
2.2.1.				Serviços individuais de saúde																										
2.2.1.1.	0102/07010307	100	2014	Aplicação do Centro de Saúde de Mesão Frio	EMPREITADA	100.0	DACT	2014/01/01	2015/12/31	0	106.108,83	407.916,00	407.916,00			600.000,00	200.000,00		1.314.024,83											
2.2.1.1.				Beneficiária/Reparação Segurança e acção sociais															2.200,00											
2.2.1.1.				Ação social															2.200,00											
2.2.1.1.				Apoio social à habitação - Apoio à vítima de Incêndio-Vila Maria															2.200,00											
2.2.1.1.				Programa Social de Apoio à Habitação															2.200,00											
2.2.1.1.				Beneficiária e ou reparação de Habitações a Terceiros															2.200,00											
2.2.1.1.				Serviços colectivos e habitação															2.200,00											
2.2.1.1.				Ordenamento do território															2.200,00											
2.2.1.1.				Obras de Urbanização Executadas pelos Próprios															2.200,00											
2.2.1.1.				Serviços Executados por Empreitada															2.200,00											
2.2.1.1.																			2.200,00											
2.2.1.1.																			2.200,00											
2.2.1.1.																			2.200,00											
2.2.1.1.																			2.200,00											
2.2.1.1.																			2.200,00											
2.2.1.1.																			2.200,00											
2.2.1.1.																			2.200,00											
2.2.1.1.																			2.200,00											
2.2.1.1.																			2.200,00											
2.2.1.1.																			2.200,00											
2.2.1.1.																			2.200,00											
2.2.1.1.																			2.200,00											
2.2.1.1.																			2.200,00											
2.2.1.1.																			2.200,00											
2.2.1.1.																			2.200,00											
2.2.1.1.																			2.200,00											
2.2.1.1.																			2.200,00											
2.2.1.1.																			2.200,00											
2.2.1.1.																			2.200,00											
2.2.1.1.																			2.200,00											
2.2.1.1.																			2.200,00											
2.2.1.1.																														

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÁVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)				TOTAL PREVISTO					
					AC	AA	FC		EX	FIM	INÍCIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUENTES				
															TOTAL	DEFINIDO		NÃO DEFIN.	2016	2017	2018	OUTROS
A TRANSPORTAR ...																						
2.4.2.		042	2012	Plano de Pormenor da Queilha- Oliveira								226.102,36	285.230,00	285.230,00				511.332,36				
2.4.2.	0102/070115	04201	2012 14	Elaboração do Plano										1.900,00	1.900,00			1.900,00				
2.4.2.		089	2015	Marco Construtivo do dia do Alto Douro Vinhateiro	OUTRA	100.0		DACT	2012/01/01	2015/12/31 4				1.900,00	1.900,00			1.900,00				
2.4.2.	0102/07010413	08901	2015 1	Saneamento	EMPREITADA	100.0		PC	2015/01/01	2015/12/31 1				5,00	5,00			5,00				
2.4.3.												4.222,23		102.581,00	102.581,00			106.803,23				
2.4.3.1.	0102/07030302	102	2014	Rede de Esgotos								4.222,23		102.581,00	102.581,00			106.803,23				
2.4.3.1.		10201	2014 33	Construção/Reparação - 1.ª Fase	ADM. DIR.	100.0		DACT	2014/01/01	2015/12/31 0				7.510,00	7.510,00			7.510,00				
2.4.3.1.														5,00	5,00			5,00				
2.4.3.1.	0102/07030302	10202	2014 34	Construção/Reparação - 2.ª Fase	ADM. DIR.	100.0		DACT	2014/01/01	2015/12/31 0				5,00	5,00			5,00				
2.4.3.1.		10203	2014 35	Constituição de uma Servidão de Aqueduto para Condição de Águas Pluviais	OUTRA	100.0		DACT	2014/01/01	2015/12/31 1				7.500,00	7.500,00			7.500,00				
2.4.3.1.		103	2014	Estar e Emissários no Lugar de Cidade Ilhe	ADM. DIR.	100.0		DACT	2014/01/01	2015/12/31 3		1.728,37		1.000,00	1.000,00			2.728,37				
2.4.3.1.	0102/07030302	10301	2014 36	Construção/Reparação								1.728,37		1.000,00	1.000,00			2.728,37				
2.4.3.1.		104	2014	Redes de Esgotos do Rojão de Cima	ADM. DIR.	100.0		DACT	2014/01/01	2015/12/31 3				1.000,00	1.000,00			1.000,00				
2.4.3.1.	0102/07011002	10402	2014 38	Aquisição de Equipamento	OUTRA	100.0		DACT	2014/01/01	2015/12/31 4		2.493,86		19.000,00	19.000,00			1.000,00				
2.4.3.1.		105	2014	Manutenção das Redes de Esgotos										11.000,00	11.000,00			21.493,86				
2.4.3.1.	0102/07030302	10501	2014 39	Manutenção das Redes	OUTRA	100.0		DACT	2014/01/01	2015/12/31 3		2.493,86		8.000,00	8.000,00			8.000,00				
2.4.3.1.		10502	2014 40	Aquisição/Reparação de Equipamento	OUTRA	100.0		DACT	2014/01/01	2015/12/31 3				74.071,00	74.071,00			74.071,00				
2.4.3.1.		106	2014	Rede de Esgotos e Águas de Vila Maria - 2ª Fase										74.071,00	74.071,00			74.071,00				
2.4.3.1.	0102/07030302	10601	2014 73	Reposição do Pavimento-Accionamento das garantias	EMPREITADA	100.0		DACT	2014/07/01	2015/12/31 0				74.071,00	74.071,00			74.071,00				
2.4.4.		106	2014	Abastecimento de Água								1.688,74		20.000,00	20.000,00			21.688,74				
2.4.4.				Manutenção das Redes de Abastecimento de Água								1.688,74		20.000,00	20.000,00			21.688,74				
2.4.4.	0102/07030307	10601	2014 41	Manutenção das Redes	OUTRA	100.0		DACT	2014/01/01	2015/12/31 3		1.541,14		10.000,00	10.000,00			11.541,14				
2.4.4.		10602	2014 42	Aquisição/Reparação de Equipamento	OUTRA	100.0		DACT	2014/01/01	2015/12/31 3		147,60		10.000,00	10.000,00			10.147,60				
2.4.6.				Proteção do meio ambiente e conservação da natureza								1.345,44		181.110,00	181.110,00			182.455,44				
2.4.6.1.		107	2014	Sistema de Rega								638,36		9.000,00	9.000,00			9.638,36				
2.4.6.1.				Sistema de Rega								638,36		9.000,00	9.000,00			9.638,36				
2.4.6.1.	0102/07011002	10701	2014 43	Sistema de Rega	OUTRA	100.0		DACT	2014/01/01	2015/12/31 3		638,36		7.000,00	7.000,00			7.638,36				
2.4.6.1.		10701	2014 43	Sistema de Rega										2.000,00	2.000,00			2.000,00				
2.4.6.1.	0102/07030305	10701	2014 43	Sistema de Rega										2.000,00	2.000,00			2.000,00				
2.4.6.1.		10702	2014 44	Arborização	OUTRA	100.0		DACT	2014/01/01	2015/12/31 3		180,00		1.200,00	1.200,00			1.380,00				
2.4.6.2.		108	2014	Higiene Pública								180,00		1.200,00	1.200,00			1.380,00				
2.4.6.2.				Lavandouros Públicos, Reservatórios e Fontanários								180,00		1.200,00	1.200,00			1.380,00				
2.4.6.2.	0102/07030313	10801	2014 45	Manutenção	OUTRA	100.0		DACT	2014/01/01	2015/12/31 3		527,08		170.910,00	170.910,00			171.437,08				
2.4.6.4.				Centífugos										419.916,00	419.916,00			652.747,69				
A TRANSPORTAR ...													232.831,69	419.916,00	419.916,00							




OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÁVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO				
					AC	AA	FC		EX	FIM	INICIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)				ANOS SEQUENTES			
															TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN		2016	2017	2018	OUTROS
2.4.6.4.	0102/07010413	109 2014 10901	Camitério Municipal Pavimentação e Execução de Infraestruturas do Parque de Estacionamento do Camitério Municipal	EMPRETTADA		100.0		CM		2014/01/01	2015/12/31	527,08		419.916,00	419.916,00					652.747,69		
2.4.6.4.															170.910,00	170.910,00					171.437,08	
2.4.6.4.	0102/07010412	10902 2014 10903	Capitério Municipal Aplicação do Centério Municipal	EMPRETTADA		100.0		CM		2014/01/01	2015/12/31			5,00	5,00					5,00		
2.4.6.4.	0102/07010412	10903 2014 10903	Arranjo e Eabelezaento do Camitério	OUTRA		100.0		DACT		2014/01/01	2015/12/31	527,08		900,00	900,00					1.427,08		
2.4.6.4.		10905 2014 1090501	Capela Mouruária e Centro Cívico em Vila Maria	EMPRETTADA		100.0		DACT		2014/01/01	2015/12/31			5,00	5,00					5,00		
2.4.6.4.	0102/07010301	1090501 2014 1090501	Construção de Serviços culturais, recreativos e religiosos	EMPRETTADA		100.0		DACT		2014/01/01	2015/12/31	66.506,61		62.620,00	62.620,00		600.000,00	200.000,00		929.126,61		
2.5.1.		093 2015 09301	Cultura	OUTRA		100.0		PC		2015/01/01	2015/12/31			5,00	5,00					5,00		
2.5.1.	0102/0701002	09301 2015 09301	Banda Musical Municipal											5,00	5,00					5,00		
2.5.1.			Aquisição de Equipamento Desporto, recreio e lazer											62.615,00	62.615,00		600.000,00	200.000,00		929.121,61		
2.5.2.	035 2012 03502	035 2012 03502	Piscina Municipal Coberta	EMPRETTADA		20.0	80.0	DACT		2012/01/01	2015/12/31	66.506,61		45.000,00	45.000,00					105.871,03		
2.5.2.	0102/07010302	03502 2012 03502	Construção e Beneficição da Piscina Municipal	EMPRETTADA		20.0	80.0	DACT		2012/01/01	2015/12/31	60.871,03		45.000,00	45.000,00					105.871,03		
2.5.2.	035 2013 03503	035 2013 03503	Piscina Municipal Coberta	OUTRA		20.0	80.0	DACT		2013/01/01	2015/12/31			13.600,00	13.600,00					13.600,00		
2.5.2.	0102/070115	03503 2013 03503	Estudos Técnicos											13.600,00	13.600,00					13.600,00		
2.5.2.		110 2014 11001	Estádio Municipal de Mesão Frio	OUTRA										10,00	10,00		600.000,00	200.000,00		800.010,00		
2.5.2.	0102/070115	11001 2014 11001	Estádio Municipal de Mesão Frio											5,00	5,00					5,00		
2.5.2.	0102/0701302	11002 2014 11002	Elaboração do Projecto Construção	EMPRETTADA		100.0		DACT		2014/01/01	2015/12/31			5,00	5,00		600.000,00	200.000,00		800.005,00		
2.5.2.		111 2014 11101	Parque de Campismo de Mesão Frio											5,00	5,00					5,00		
2.5.2.	0102/07010413	11101 2014 11101	Construção Polidesportivo de Barqueiros/Oliveira/Mesão Frio/Vila Maria	EMPRETTADA		100.0		DACT		2014/01/01	2015/12/31	5.635,58		5,00	5,00					5,00		
2.5.2.		112 2014 11201	Reparação/Beneficição Funções Económicas											4.000,00	4.000,00					9.635,58		
2.5.2.	0102/0701302	11201 2014 11201	Reparação/Beneficição Funções Económicas	OUTRA		100.0		DACT		2014/01/01	2015/12/31	5.635,58		29.019,91	29.019,91					249.734,91		
3.			Indústria e energia											9.671,23	9.671,23					83.371,23		
3.2.			Indústria e energia											9.671,23	9.671,23					83.371,23		
3.2.2.	113 2014 11301	113 2014 11301	Iluminação Pública	OUTRA		100.0		PC		2014/01/01	2015/12/31	7.856,27		13.500,00	13.500,00					21.356,27		
3.2.2.	0102/0701304	11301 2014 11301	Obras a Executar por Tercéiros	OUTRA		100.0		PC		2014/01/01	2015/12/31	2.936,27		5.000,00	5.000,00					7.936,27		
3.2.2.														8.500,00	8.500,00					13.420,00		
3.2.2.	0102/0701304	11302 2014 11302	Iluminação Alusiva à Quadra Nataclica e Reis	OUTRA		100.0		PC		2014/01/01	2015/12/31	4.920,00		1.500,00	1.500,00					3.314,96		
3.2.2.		114 2014 11401	Electrificação dos Edifícios e Equipamentos											1.814,96	1.814,96					3.314,96		
3.2.2.	0102/0701307	11401 2014 11401	Edifícios e Equipamentos	OUTRA		100.0		DACT		2014/01/01	2015/12/31	1.814,96		1.500,00	1.500,00					3.314,96		
3.2.2.		090 2015 09001	Reparação/Beneficição Plano de Promoção da Eficiência no Consumo											58.700,00	58.700,00					58.700,00		
3.2.2.	0102/0701304	09001 2015 09001	Soluções combinadas de Iluminação Eficiente para Edifícios Públicos	EMPRETTADA		100.0		DACT		2015/01/01	2015/12/31			50.000,00	50.000,00					50.000,00		
			A TRANSPORTAR ...									309.536,61		718.446,00	718.446,00		600.000,00	200.000,00		1.827.982,61		

ENTIDADE				PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015											
MUNICÍPIO DE MESAO FILHO				PÁGINA : 5																					
OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSAVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)				TOTAL PREVISTO							
					AC	AA	FC		INICIO	FIM	EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEQUENTES									
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2016		2017	2018	OUTROS				
3.2.2.	0102/07030304	09002 2015 3	Instalação de Reguladores de Fluxo nas Redes Iluminação Pública	EMPREITADA			100.0	DACT	2015/01/01	2015/12/31	1			309.536,61		718.446,00	718.446,00	200.000,00	600.000,00	1.827.982,61	1.827.982,61				
3.3.			Transportes e comunicações																		8.700,00	8.700,00			
3.3.1.			Rede Viária																		147.015,00	147.015,00			
3.3.1.1.		065 2011	Rede Viária																		147.015,00	147.015,00			
3.3.1.1.		06501 2011 1	Construção de Muros de Suporte- Administração Directa	ADM. DIR.			100.0	DACT	2011/01/01	2015/12/31	1	1.930,51									103.000,00	103.000,00			
3.3.1.1.			Reparação Corrente das Estradas e Casinhos Municipais																		20.000,00	20.000,00			
3.3.1.1.	0102/07030401	06502 2011 2	Construção de Muros de Suporte a Realizar no Concelho - Empreitada	EMPREITADA			100.0	DACT	2011/01/01	2015/12/31	2	860,58									10.000,00	10.000,00			
3.3.1.1.	0102/07030308	06503 2011 3	Reparação Corrente das Estradas e Casinhos Municipais	OUTRA			100.0	DACT	2011/01/01	2015/12/31	4	16.263,78									54.000,00	54.000,00			
3.3.1.1.	0102/07030308	06506 2011 6	Limpeza e Manutenção de Estradas e Casinhos Municipais	OUTRA			100.0	DACT	2011/01/01	2015/12/31	0										18.000,00	18.000,00			
3.3.1.1.	0102/07030401	06508 2011 8	Casinho Agrícola da Laranjeira - Donsuati	EMPREITADA			100.0	DACT	2011/01/01	2015/12/31	4										1.000,00	1.000,00			
3.3.1.1.		115 2014	"Projecto" "Pessoas com Mobilidade Reduzida"																		5,00	5,00			
3.3.1.1.	0102/07030413	11501 2014 59	Construção de Acessibilidades	OUTRA			100.0	DACT	2014/01/01	2015/12/31	0										5,00	5,00			
3.3.1.1.	0102/07030308	116 2014	Rede Viária				100.0	DACT	2014/01/01	2015/12/31	2										30.010,00	30.010,00			
3.3.1.1.	0102/07030308	11601 2014 60	Acesso à ETAR de Oliveira	OUTRA			100.0	DACT	2014/01/01	2015/12/31	0										5,00	5,00			
3.3.1.1.	0102/07030308	11602 2014 61	Acesso ao Lugar do Monte-Oliveira	OUTRA			100.0	DACT	2014/01/01	2015/12/31	0										5,00	5,00			
3.3.1.1.	0102/07030308	11603 2014	Manutenção da Viação Rural	OUTRA			100.0	DACT	2014/01/01	2015/12/31	3										30.000,00	30.000,00			
3.3.1.1.	0102/07030308	116301 2014 62	A Execução pelos Próprios Serviços																		30.000,00	30.000,00			
3.3.1.2.			Sinalização																		14.000,00	14.000,00			
3.3.1.2.	0102/07030309	117 2014	Prevenção Rodoviária																		11.000,00	11.000,00			
3.3.1.2.	0102/07030309	11701 2014 63	Prevenção Rodoviária do Concelho	OUTRA			100.0	DACT	2014/01/01	2015/12/31	1										3.500,00	3.500,00			
3.3.1.2.	0102/07030309	11702 2014 64	Fornecimento e Colocação de Barreiras Metálicas de Protecção Rodoviária	OUTRA			100.0	DACT	2014/01/01	2015/12/31	0										7.500,00	7.500,00			
3.3.1.2.			Adquirição de Placas de Sinalização																		3.000,00	3.000,00			
3.3.1.2.	0102/07030309	11801 2014 65	Outras funções administrativas	OUTRA			100.0	DACT	2014/01/01	2015/12/31	0										3.000,00	3.000,00			
4.			Transferências de Capital																		75.148,00	75.148,00			
4.2.			Associação de Municípios do Vale do Douro Norte																		75.148,00	75.148,00			
4.2.	0102/08050104	119 2014	Associação de Municípios do Vale do Douro Norte	OUTRA			100.0	PC	2014/01/01	2015/12/31	3										42.500,00	42.500,00			
4.2.			Direcção Regional da Cultura do Norte																		10.000,00	10.000,00			
4.2.	0102/08050109	11902 2014	Conservação e Restauro da Muralha do Castelo de Cidadelhe	OUTRA			100.0	PC	2014/01/01	2015/12/31	2										5.500,00	5.500,00			
4.2.																					5.500,00	5.500,00			
									A TRANSPORTAR ...			328.885,29									889.661,00	889.661,00	200.000,00	600.000,00	2.018.546,29

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. S/AVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO			
					AC	AA	FC		EX	INÍCIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUENTES				
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2016		2017	2018	OUTROS
A TRANSPORTAR ...																					
4.2.	0102/08050102	11903	2014 68	Contrato Interadministrativo e outros celebrados com as Freguesias	OUTRA	100.0	PC	2014/01/01	2015/12/31	0	328.885,29		889.661,00	889.661,00	600.000,00	200.000,00		2.018.546,29			
4.2.	0102/08050109	11904	2014 69	Sport Cuble de Mesão Frio/Associações e Colectividades devidamente constituídas	OUTRA	100.0	PC	2014/01/01	2015/12/31	0			2.000,00	2.000,00				2.000,00			
4.2.		089	2015	Realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal									32.648,00	32.648,00				32.648,00			
4.2.	0103/090806	08901	2015 4	Activos Financeiros	OUTRA	100.0	CM	2015/01/01	2015/12/31	0	328.885,29		32.648,00	32.648,00		600.000,00	200.000,00		2.078.194,29		
TOTAL GERAL ...											328.885,29		949.309,00	949.309,00		600.000,00	200.000,00				

FASES DE EXECUÇÃO

- 0 - NÃO INICIADA

1 - COM PROJECTO TECNICO

2 - ADJUDICADA

3 - EXECUÇÃO FISICA ATÉ 50%

4 - EXECUÇÃO FISICA SUPERIOR A 50%

9 - CONCLUIDA

P -


Presidente do Órgão Executivo

Em 31 de outubro de 2014



Órgão Executivo

Em 31 de outubro de 2014






CRISTINA SABER DE ALMEIDA GUERREIRO

MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO



Documentos Resumo

2015

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

RESUMO DO ORÇAMENTO

ENTIDADE
MUNICIPIO DE MESÃO FRIO

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	4.849.647,62	Correntes	3.978.941,00
De capital	893.597,38	De capital	1.764.304,00
Total	5.743.245,00	Total	5.743.245,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	5.743.245,00	Total Geral	5.743.245,00

Presidente do Órgão Executivo
Em 31 de Outubro de 2014
[Assinatura]

Órgão Executivo
Em 31 de Outubro de 2014
[Assinatura]

[Assinatura]
Cristina Isabel de Almeida Sousa Távora

[Assinatura]

ENTIDADE	RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	APROVAÇÕES :
MMF		Executivo 31/10/2014 Deliberativo 27/11/2014

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015

RECEITAS	MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRECTOS	424.060,00	7.4
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	40.155,00	0.7
03 CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL, A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES E A ADSE		
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	62.476,00	1.1
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	355.295,00	6.2
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.147.397,00	54.8
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	599.764,62	10.4
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	220.500,00	3.8
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	4.849.647,62	84.4
RECEITAS DE CAPITAL		
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	163.570,00	2.8
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	650.345,00	11.3
11 ACTIVOS FINANCEIROS	10,00	0.0
12 PASSIVOS FINANCEIROS	10,00	0.0
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	79.662,38	1.4
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	893.597,38	15.6
TOTAL GERAL	5.743.245,00	100.0

DESPESAS	MONTANTE	%
DESPESAS CORRENTES		
01 DESPESAS COM O PESSOAL	2.128.090,00	37.1
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.370.491,00	23.9
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	186.100,00	3.2
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	243.460,00	4.2
05 SUBSÍDIOS		
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.800,00	0.9
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	3.978.941,00	69.3
DESPESAS DE CAPITAL		
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	874.161,00	15.2
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	42.500,00	0.7
09 ACTIVOS FINANCEIROS	32.648,00	0.6
10 PASSIVOS FINANCEIROS	814.500,00	14.2
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	495,00	0.0
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	1.764.304,00	30.7
TOTAL GERAL	5.743.245,00	100.0

ENTIDADE MUNICIPIO DE MESAO FRIO	ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015
-------------------------------------	---	----------------------------------

PÁGINA : 1

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
	DESPESAS CORRENTES	3.978.941,00
01	DESPESAS COM O PESSOAL	2.128.090,00
01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	1.622.980,00
01.01.01	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	62.900,00
01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO	988.010,00
01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES	988.000,00
01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO	5,00
01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	5,00
01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	5,00
01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	5,00
01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	147.010,00
01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	6.000,00
01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	83.700,00
01.01.11	REPRESENTAÇÃO	19.800,00
01.01.11.01	MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	15.400,00
01.01.11.02	PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	4.400,00
01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	129.350,00
01.01.13.01	PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	109.600,00
01.01.13.03	MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	2.100,00
01.01.13.04	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	17.650,00
01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL	186.200,00
01.01.14.01	PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	166.000,00
01.01.14.03	MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	10.500,00
01.01.14.04	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	9.700,00
01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE	5,00
01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	33.005,00
01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	5.000,00
01.02.04	AJUDAS DE CUSTO	3.300,00
01.02.05	ABONO PARA FALHAS	3.200,00
01.02.12	INDMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	5,00
01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	21.500,00
01.02.13.02	OUTROS	21.500,00
01.03	SEGURANÇA SOCIAL	472.105,00
01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE	60.000,00
01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	10.900,00
01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	2.200,00
01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	387.000,00
01.03.05.01	ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS(ADSE)	80.000,00
01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS(RCTFP)	307.000,00
01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	208.500,00
01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL- REGIME GERAL	98.500,00
01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS	5,00
01.03.09	SEGUROS	12.000,00
01.03.09.01	SEGUROS DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS	12.000,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.370.491,00
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	501.180,00
02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	17.500,00
02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	185.800,00
02.01.02.01	GASOLINA	4.000,00
02.01.02.02	GASÓLEO	102.700,00
02.01.02.99	OUTROS	79.100,00
02.01.03	MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS E ARTIFÍCIOS	1.500,00
02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE	11.500,00
02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS	21.950,00
02.01.06	ALIMENTAÇÃO- GÊNEROS PARA CONFECCIONAR	59.250,00
02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	4.000,00
02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	23.790,00

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
02.01.10	PRODUTOS VENDIDOS NAS FARMÁCIAS	100,00
02.01.11	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO	150,00
02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS	21.800,00
02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS	6.500,00
02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	2.450,00
02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA	45.000,00
02.01.16.01	ÁGUA	45.000,00
02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	4.500,00
02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	1.000,00
02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	27.950,00
02.01.21	OUTROS BENS	66.440,00
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	869.311,00
02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	310.000,00
02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS	1.000,00
02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	10,00
02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	7.500,00
02.02.09	COMUNICAÇÕES	29.000,00
02.02.10	TRANSPORTES	16.450,00
02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	2.000,00
02.02.12	SEGUROS	24.250,00
02.02.13	DESLOCAÇÃO E ESTADAS	6.940,00
02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	8.005,00
02.02.15	FORMAÇÃO	12.196,00
02.02.17	PUBLICIDADE	5.250,00
02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	45.000,00
02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	95.360,00
02.02.24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	8.000,00
02.02.25	OUTROS SERVIÇOS	298.350,00
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	186.100,00
03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	178.000,00
03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	178.000,00
03.01.03.01	EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO	6.000,00
03.01.03.02	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO	172.000,00
03.01.03.02.01	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	11.000,00
03.01.03.02.03	BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTOS- BPI	2.800,00
03.01.03.02.05	NOVA REDE-MILLENNIUM	3.200,00
03.01.03.02.06	CCAM DOURO, CORGO E TÂMEGA CRL	155.000,00
03.05	OUTROS JUROS	7.600,00
03.05.02	OUTROS	7.600,00
03.06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	500,00
03.06.01	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	500,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	243.460,00
04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	127.455,00
04.05.01	CONTINENTE	127.455,00
04.05.01.02	FREGUESIAS	3.000,00
04.05.01.04	ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS	89.550,00
04.05.01.07	ASSEMBLEIAS DISTRITAIS	7.500,00
04.05.01.08	OUTROS	27.405,00
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	101.005,00
04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	101.005,00
04.08	FAMÍLIAS	15.000,00
04.08.02	OUTRAS	15.000,00
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.800,00
06.02	DIVERSAS	50.800,00
06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS	30.300,00
06.02.03	OUTRAS	20.500,00
06.02.03.01	RESTITUIÇÕES	15.000,00
06.02.03.02	IVA PAGO	4.000,00
06.02.03.05	OUTRAS	1.500,00
	D E S P E S A S D E C A P I T A L	1.764.304,00
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	874.161,00
07.01	INVESTIMENTOS	574.170,00
07.01.02	HABITAÇÕES	12.505,00

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
07.01.02.03	REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO	12.505,00
07.01.03	EDIFÍCIOS	68.715,00
07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	1.505,00
07.01.03.02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	58.005,00
07.01.03.07	OUTROS	9.205,00
07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	228.930,00
07.01.04.01	VIADUTOS,ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES	31.000,00
07.01.04.06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	1.000,00
07.01.04.12	CEMITÉRIOS	905,00
07.01.04.13	OUTROS	196.025,00
07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES	19.010,00
07.01.06.02	OUTROS - AQUISIÇÃO/REPARAÇÃO DO MATERIAL DE TRANSPORTE	19.010,00
07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	50.500,00
07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO	105.500,00
07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	1.000,00
07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO	59.005,00
07.01.10.02	OUTROS	59.005,00
07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	3.500,00
07.01.12	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	500,00
07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS	25.005,00
07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	299.991,00
07.03.03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	299.991,00
07.03.03.02	SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	93.581,00
07.03.03.04	ILIMINAÇÃO PUBLICA	72.200,00
07.03.03.05	PARQUES E JARDINS	7.000,00
07.03.03.07	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	10.000,00
07.03.03.08	VIAÇÃO RURAL	102.010,00
07.03.03.09	SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO	14.000,00
07.03.03.13	OUTROS	1.200,00
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	42.500,00
08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	42.500,00
08.05.01	CONTINENTE	42.500,00
08.05.01.02	FREGUESIAS	25.000,00
08.05.01.04	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS	10.000,00
08.05.01.09	OUTROS	7.500,00
09	ACTIVOS FINANCEIROS	32.648,00
09.08	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	32.648,00
09.08.06	ADMINISTRAÇÃO PUBLICA CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	32.648,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS	814.500,00
10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	814.500,00
10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	814.500,00
10.06.03.01	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	264.000,00
10.06.03.03	BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTOS - BPI	37.500,00
10.06.03.05	NOVA REDE-MILLENNIUM BCP	29.000,00
10.06.03.06	CCAM DOURO,CORGÓ E TÂMEGA CRL	484.000,00
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	495,00
11.02	DIVERSAS	495,00
11.02.99	OUTRAS	495,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS		5.743.245,00

Presidente do Órgão Executivo

Em 31 de outubro de 2014



Órgão Executivo

Em 31 de outubro de 2014




MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO



Mapa dos Encargos Anuais - EMLP

2015

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



EMPRÉSTIMOS MAPA DOS ENCARGOS ANUAIS

Município de Mesão Frio

Caracterização do Empréstimo	Aprovação pela AM/AF	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Anos que falam	Visão do IC Nº do Registo	Finalidade do empréstimo (c)	Capital		Taxa de Juro		Encargos do ano			2015 Divida em 31 de Dezembro	Obs
								Contratado	Utilizado	Inicial %	Actual %	Amortização	Juros	Total	Juros de Mora	
Média e longo prazo (b)																
CGD/ Diversas obras Aquisição de terrenos p/a Constr. da Zona de Lazer e de Habitação Social em Vila Maior, Barqueiros e Sede de Concelho Pº0462000377091	01.04.28	01.09.18	20	15	5	2066	N	448.918,11 €	432.956,57 €	4,760%	0,3800%	27.001,05 €	420,39 €	27.421,44 €	-	129.337,15 €
CGD/ Diversas Obras Rede de Esgotos de Vila Maior Zona de Lazer de Mesão Frio Arranjos Exteriores - 2ª Fase Const.Zona de Lazer - 2ª fase Piscina e Praia Fluvial Pº0462000398691	01.02.28	01.07.16	20	14	6	1524	I	598.557,48 €	598.557,48 €	5,080%	0,7800%	37.001,31 €	1.952,33 €	38.953,64 €	-	228.020,02 €
CGD/Financ. das obras de recuperação da rede viária municipal e reconst. de muros de suporte - Intempéries Pº0462000407691	01.04.27	01.07.16	20	14	6	1778	I	897.836,21 €	897.836,21 €	5,080%	0,3800%	52.881,90 €	1.379,88 €	54.261,78 €	-	321.560,16 €
A transportar								1.945.311,80 €	1.929.350,26 €	-	-	116.884,26 €	3.752,60 €	120.636,86 €	-	678.917,53 €

(a) As colunas serão preenchidas quando se justifique.
(b) A descurar por empréstimos bancários, por obrigações, outros empréstimos e por emalade.
(c) Utilizar (I), se estiver isento do limite de envalutamento, indicando a localização actual, e (N), no caso contrário.

Orgão Executivo,
Em 31 de outubro de 2014
[Assinatura]

Orgão Deliberativo,
Em 31 de novembro de 2014
[Assinatura]

Gratificação de 6000000



EMPRÉSTIMOS MAPA DOS ENCARGOS ANUAIS

Município de Mesão Frio

Caracterização do Empréstimo	Data da Aprovação pela AM/AF	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Anos que faltam	Visão do TC		Finalidade do empréstimo (c)	Capital		Taxa de Juro		Encargos do ano			2015	Obs
						N.º do Registo	Data		Contratado	Utilizado	Inicial %	Actual %	Amortização	Juros	Total	Juros de Mora	
Transporte									1.945.311,80 €	1.929.350,26 €			116.884,26 €	3.752,60 €	120.636,86 €		678.917,53 €
Médio e longo prazo (b)								I	598.557,48 €	598.557,48 €	5,080%	0,780%	37.164,46 €	1.736,08 €	38.900,54 €	-	212.668,70 €
CXIII/Idem - Intempéries (P74-62003416891)	01.04.27	01.07.16	20	14	6	1778	01.06.04										
CXIII/Aquisição da dívida à SEM, Const.Público-privativo e sua envolvente, Const.Público-privativo de Vila Marim e Pav. Acesso à Zona de Lazer	04.04.29	04.05.17	20	11	9	1075	04.06.17	N	318.420,00 €	318.420,00 €	2,920%	1,150%	19.659,29 €	1.990,19 €	21.649,48 €	-	174.111,54 €
914001312891								N	353.087,65 €	353.087,65 €	2,462%	0,740%	41.935,65 €	399,99 €	42.335,64 €	-	42.194,82 €
CXIII/Saneamento Financeiro	04.11.29	05.05.27	12	10	2	3046	05.05.05	N									
9015004063552								N	349.757,00 €	349.757,00 €	2,485%	0,740%	21.177,94 €	1.317,02 €	22.494,96 €	-	205.846,50 €
CXIII/Obra de recuperação Urbana no lugar da Vila Harqueiros Recup Quinta Sotão Mayor Const.Mun. Suporte Venturzelas Paviment estrada Cidadelle Pavto transformação	05.04.29	05.06.17	20	10	10	1201	05.06.02	N									
9015004314691								N	442.591,00 €	442.591,00 €	3,290%	0,570%	26.229,19 €	1.277,33 €	27.506,52 €	-	280.096,70 €
CXIII/Recuperação Urbanística Vila Harqueiros e Quinta Sotão Mayor Const. Poliv. Vila Marim Público-privativo, Zona de Lazer Paviment. Estrada Cidadelle Const.Rele. Águas e Esgotos de Vila Marim, Pavimentação do Acesso Zona de Lazer, Repavim. Estradas Municipais, Brumais/ Nimboto - Granja/Oliveira	06.04.27	06.05.12	20	9	11	98506	06.07.25	N	4.007.724,93 €	3.991.763,39 €	-	-	263.050,79 €	10.473,21 €	273.524,00 €	-	1.593.835,79 €
9015004815691								N									
A transportar																	

(a) As colunas serão preenchidas quando se justifique.

(b) A despesa por empréstimo baseada, por abate, em empréstimos e por entidade, no caso contrário.

Órgão Executivo,
Em 31 de outubro de 2014

Órgão Deliberativo,
Em 27 de novembro de 2014



EMPRÉSTIMOS MAPA DOS ENCARGOS ANUAIS

Município de Mesão Frio

Caracterização do Empréstimo	Data da Aprovação pela AM/AF	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Anos que faltam	Visão do TC Nº do Registro	Finalidade do empréstimo (c)	Capital		Taxa de Juro Inicial %	Taxa de Juro Actual %	Encargos do ano			Divida em 31 de Dezembro	Obs
								Contratado	Utilizado			Amortização	Juros	Total	Juros de Mora	
Transparência								4.007.724,93 €	3.991.763,39 €			263.050,79 €	10.473,21 €	273.524,00 €		1.593.835,79 €
Médio e longo prazos (b)																
HPV Aquisição de 1 autocarro 1913343830044	99.04.29	99.07.01	15	15	0	011638	N	144.651,39 €	144.651,39 €	2,750%	0,479%	1.142,30 €	0,46 €	1.142,76 €	-	
HPV Interiores 2004/2001 Rede de Escolas e Águas - Vila Marim 1913343830045	03.06.26	03.09.12	20	12	8	1930	N	287.989,00 €	287.989,00 €	3,050%	0,969%	17.866,06 €	1.494,02 €	19.360,08 €	-	145.984,73 €
HPV Iluminação Pública (Abrasadeiras e braços) (1913343830046)	03.11.20	03.12.12	20	12	8	2928	N	39.970,00 €	39.970,00 €	3,012%	1,102%	2.479,06 €	244,58 €	2.723,64 €	-	21.054,93 €
A Transparência								4.480.335,32 €	4.464.373,78 €	-	-	244.538,21 €	12.212,27 €	256.750,48 €	-	1.760.875,45 €

(a) As colunas serão preenchidas quando se justificar

(b) A desagregação por empréstimos bancários, por abrangências, outros empréstimos e por entidade

(c) Utilizar (N), se estiver dentro do limite de endividamento, indicando a legislação aplicável, e (N),

no caso contrário

Órgão Executivo,

Em 31 de outubro de 2014

Órgão Deliberativo,

Em 27 de novembro de 2014

Carinhim Diasel de Almeida Guerra Dajin



Caracterização do Emprestimo	Data da Aprovação pela AM/AF	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Anos que faltam	Visão do TC		Finalidade do empréstimo (C)	Capital		Taxa de Juro		Encargos do ano			Divida em 31 de Dezembro	(R\$)
						N.º do Registro	Data		Contratado	Utilizado	Inicial %	Atual %	Amortização	Juros	Total		
Transporte																	
001911341330007	04.12.29	25.02.05	10	10	0	87	05.02.10	N	28.770,00 €	28.770,00 €	2,643%	0,687%	769,39 €	0,66 €	770,05 €	-	
001911341330008	05.09.28	05.12.27	20	10	10	2731	05.12.15	N	124.662,00 €	124.662,00 €	2,437%	0,545%	7.417,74 €	430,54 €	7.856,28 €	-	77.063,05 €
001911341330012	06.09.29	06.12.19	20	9	11	1886	06.11.30	N	124.534,00 €	124.534,00 €	3,810%	0,512%	7.293,26 €	443,86 €	7.737,12 €	-	83.347,95 €
001911341330013	02.11.25	03.05.12	20	12	8	3307	03.02.19	I	208.517,80 €	208.517,80 €	4,470%	1,329%	18.192,01 €	2.212,63 €	20.404,64 €	-	146.772,28 €
001911341330014	02.11.02	03.05.12	20	12	8	3306	03.02.19	I	70.000,00 €	70.000,00 €	4,460%	1,329%	4.377,73 €	561,95 €	4.939,68 €	-	36.824,91 €
001911341330015	06.09.29	06.12.20	20	9	11	1892	06.11.30	I	96.300,00 €	96.300,00 €	3,473%	0,431%	5.664,72 €	136,46 €	5.801,18 €	-	61.848,68 €
001911341330016	08.12.29	09.04.27	20	6	14	317	09.04.16	I	601.023,00 €	601.023,00 €	3,732%	1,192%	33.055,52 €	5.990,67 €	39.054,19 €	-	495.890,81 €
001911341330017	10.06.30	10.12.09	12	5	7	984	10.12.06	N	4.901.000,00 €	4.615.627,80 €	4,762%	3,930%	449.096,49 €	146.850,75 €	595.947,24 €	-	3.663.803,74 €
Total									10.714.142,12 €	10.413.808,38 €	-	-	810.405,07 €	168.855,79 €	979.260,86 €	-	6.326.426,87 €

1. Introduction

~~Abdullah Nur Khan~~
Fazir

Chishina Forest de-Signida 6/20/2012

2222

MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO



Propostas Anexas

2015 &

1 1 1

1 1 1



Município de Mesão Frio

PROPOSTA ANEXA

CÂMARA MUNICIPAL

Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal

Considerando o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, adaptado à Administração Local, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização conferida pelo Órgão Deliberativo salvo quando:

- *Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;*
- *Os seus encargos não excedam o limite de 20 000 contos (99 759, 58 €) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.*

Considerando que, conforme dispõe a alínea c) do n.º 1, do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA), a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da administração local.

Considerando que a alínea a), do n.º 1, do art.º 6.º determina igual normativo para as entidades da Administração Central condicionando a assunção de compromissos plurianuais a decisão prévia conjunta dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e da tutela, salvo quando resultarem da execução de planos plurianuais legalmente aprovados.

Considerando a extemporaneidade da publicação do Decreto-Lei que regulamenta e operacionaliza a LCPA, Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de fevereiro.

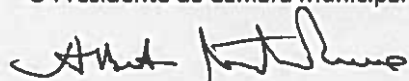
Considerando que, conforme dispõe o art.º 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, para efeitos de aplicação da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Face aos considerandos enunciados propõe-se que, ao abrigo das disposições legais e enquadramento supra citados, procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as demais entidades do Sector Público Administrativo, a Assembleia de Municipal de Mesão Frio delibera:

- Para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º e n.º 4, do art.º 16.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes:
 - Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;
 - Os seus encargos não excedam o limite de 99 759, 58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove Euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;
 - Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos e alterações ao cronograma físico de investimentos;
 - Quando o Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso, ou subsequentes modificações, gerem encargos plurianuais, conforme dispõe o n.º 4, do art.º 16.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.
- A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, só poderá fazer-se quando, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas, sem prejuízo do previsto no art.º 9.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.
- Em todas as sessões ordinárias da Assembleia de Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.
- O regime previsto na presente deliberação aplica-se a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.º 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que produzam efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015.

Mesão Frio, 27 de outubro de 2014

O Presidente da Câmara Municipal



Alberto Monteiro Pereira, Dr.



Município de Mesão Frio

PROPOSTA ANEXA
Empréstimo de Curto Prazo**CÂMARA MUNICIPAL**

O cenário macroeconómico prospetivado para 2015, aponta para uma continuação da degradação do rendimento disponível e para a retração da atividade económica, fatores que tenderão a agravar a sazonalidade da cobrança da receita estrutural do Município, potenciando desequilíbrios temporários na tesouraria, que importa prevenir.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), mantém a opção dos municípios poderem contrair empréstimos a curto prazo para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados, conforme o n.º 1, do artigo 50.º, da supra citada Lei.

O novo Regime Financeiro das Autarquias Locais, não fixa limites de endividamento bancários segmentados em curto e medio e longo prazo, antes fixando, no seu artigo 52.º, um conceito de dívida total, dado pelo conjunto dos passivos a 31 de Dezembro de cada ano, tendo por referência 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Atenta esta disposição, será de considerar que os financiamentos de curto prazo, não serão relevantes para o stock da dívida no final do ano, dado que, até lá, terão de ser integralmente amortizados, ficando ora melhor balizados quanto à sua função, de gestão de tesouraria, e, portanto, devendo na fixação do seu montante atender-se à sazonalidade da receita, picos de constrangimentos dos meios de caixa disponíveis, versus montantes exigíveis em igual período, salvaguardando os meios necessários e suficientes à liquidação total do crédito a contratar.

Assim, efetuada a análise aos meios disponíveis necessários, a uma boa gestão de tesouraria, conclui-se que de acordo com os recebimentos e pagamentos esperados e flutuações de saldo mensal, e com base no histórico existente sobre este ponto, será necessário contrair um empréstimo de curto prazo até ao montante de 250.000,00€ (duzentos e cinquenta mil euros).

A instrução das propostas de empréstimo nos termos do n.º 5.º, artigo 49.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito, bem como, do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento, do município, isto é, doravante, a autorização prevista no regime financeiro das

autarquias locais, vem acompanhada de informação detalhada sobre as condições apresentadas pelos bancos consultados.

Assim, as instituições bancárias a convidar, deverão apresentar as respetivas propostas, nos termos e condições abaixo descritas, por forma a permitir aos serviços financeiros da autarquia a análise das condições apresentadas, e a emissão do relatório final, contendo a menção dos termos e condições da proposta mais vantajosa para o Município, servindo de base, para a elaboração da proposta a submeter à Exma. Assembleia Municipal, nos termos do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2015.

A saber;

- **NATUREZA:** Abertura de crédito, em regime de conta corrente;
- **FINALIDADE:** Ocorrer a dificuldades de tesouraria;
- **MONTANTE:** Até 250.000,00€
- **PRAZO:** A partir de 1/01/2015 a 31/12/2015;
- **AMORTIZAÇÃO:** A efetuar até 31 de dezembro de 2015;
- **TAXA DE JURO:** EURIBOR 3,6, ou 12 meses, em vigor no início de cada período de contagem de juros;
- **PAGAMENTOS DOS JUROS:** Os juros serão calculados dia a dia sobre o saldo devedor e pagos, postecipadamente, em prestações mensais;
- **REEMBOLSO DO CAPITAL:** No termo do prazo, no entanto, poderá haver lugar a reembolsos e reutilizações durante toda a vigência do empréstimo. O saldo devedor no termo do prazo será reembolsado juntamente com os juros devidos nessa data;
- **COMISSÕES:** A designar pela Instituição de Crédito, na eventualidade de haver lugar a estas;
- **DATA LIMITE DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA:** Até às 16,00h do dia 12 de novembro de 2014;
- **GARANTIA:** Receitas Municipais que não se encontrem legalmente consignadas.
- **INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS A CONSIDERAR PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA:**

- **Caixa Geral de Depósitos – Direção de Banca Institucional**

DBI ABI3 AUTARQUIAS NORTE

E-mail: mario.jose.pinto@cgd.pt e brunoalmeida@cgd.pt

A entregar na Agência de Mesão Frio

- Caixa de Crédito Agrícola Mutuo do Douro, Corgo e Tâmega, CRL

E-mail: nunolemos@creditoagricola.pt

A entregar na Agência de Mesão Frio

- Santander Totta

E-mail: mtsilva@santander.pt e maria.ferro@santander.pt

A entregar na Agência de Mesão Frio

- Banco BIC Português S.A.

E-mail: paulojsilva@bancobic.pt

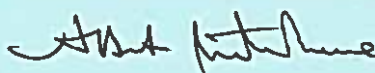
Enviar a Agência de Santa Marinha do Zêzere.

Proponho:

- ✓ Que seja autorizado um ou mais empréstimos, durante o ano de 2015, em uma ou mais instituições financeiras, até ao montante de 250 000,00€ (duzentos e cinquenta mil euros);
- ✓ Que o assunto seja submetido à Exma. Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea f), do n.º 1, do artigo 25.º, da supracitada lei.

Mesão Frio, 27 de outubro de 2014

O Presidente da Câmara Municipal,



(Alberto Monteiro Pereira, Dr.)

MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO



Mapa de Pessoal

2015

Vi. f. v.

So. f. v.

PROPOSTA

Mapa de pessoal para 2015:

No âmbito da gestão dos recursos humanos, determina a Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que a Autarquia, aquando da preparação da proposta de orçamento, deve planear as atividades de natureza permanente ou temporária a desenvolver durante a sua execução, bem como o respetivo mapa de pessoal, tendo em consideração as atribuições do município, os projetos e ações a levar a cabo, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis.

O mapa que ora se apresenta foi elaborado de acordo com as regras previstas nos artigos 28.º e 29.º daquela Lei, contendo, designadamente, a indicação dos postos de trabalho de que a autarquia carece para o desenvolvimento das suas atividades em 2015, caracterizados genericamente em função da competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar, do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondem e, dentro da respetiva carreira e, ou, categoria, nos casos em que se julga necessário, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular.

Teve em conta também as regras e critérios estabelecidos na Lei nº 49/2012, de 29 de agosto.

Reflete a redução de três postos de trabalho, resultante da aposentação, durante o ano de 2014, de dois trabalhadores (1 fiscal de obras e 1 assistente operacional) e de um outro que passou à situação de licença sem remuneração de longa duração.

Prevê a criação de 8 postos de trabalho, (6 para a carreira e categoria de assistente técnico e 2 para a categoria de encarregado operacional, da carreira de assistente operacional), cujo provimento ocorrerá por recurso à mobilidade interna intercarreiras, quanto aos primeiros e intercategorias, quanto aos segundos, não resultando desta operacionalização o aumento do número de postos de trabalho (109).

Esclarece-se, finalmente, que do presente mapa de pessoal constam 3 postos de trabalho cujos titulares se encontram vagos provisoriamente, 1 posto (Técnico Superior – Eng.º de Produção Agrícola), requisitado pelo Município do Peso da Régua a desempenhar funções de Adjunto do Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara, 1 posto (Técnico Superior – Engenharia florestal), em licença sem remuneração concedida em circunstâncias de interesse público e 1 posto (assistente técnico), em situação de mobilidade interna na categoria, a exercer funções no Centro Distrital de Vila Real do Instituto da Segurança Social, IP.



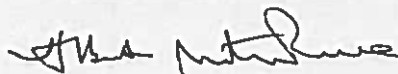
Este mapa, muito embora o seu total aparente o aumento do número de postos de trabalho, tal nunca acontecerá na prática, traduzindo-se, antes, na redução efetiva de três postos de trabalho respeitantes, como se referiu, a dois trabalhadores cujos contratos cessaram por motivo de aposentação e de um outro que passou à situação de licença sem remuneração de longa duração.

Assim, face ao exposto propõe-se:

A aprovação do mapa de pessoal para 2015, que se anexa como parte integrante desta proposta, e que o mesmo seja submetido à consideração da Exma. Assembleia Municipal nos termos da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º da supracitada lei, conjugada com n.º 4, do artigo 29.º, da Lei nº 35/2014, de 20 de junho.

Paços do Município de Mesão Frio, 27 de outubro de 2014

O Presidente da Câmara





MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MESÃO FRIO - ANO DE 2015

Nos termos dos artigos 28.º e 29.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho

Atribuições/Competências/Atividades (e as demais previstas no Regulamento da Organização dos Serviços Municipais)	Cargos/Carreiras/Categorias	Nº de Postos de Trabalho Previstos (01-01-2014)	Área de Formação Académica e/Profissional	Nº Postos de Trabalho					OBS	
				Ocupados		Vagos	A Criar	A Extinguir		Total
				CTT	CTTD					
Gabinete de Apoio ao Presidente e Vereadores										
Assessoria administrativa aos eleitos locais, designadamente, nos domínios do secretariado, informação e relações públicas; ligação aos organismos e entidades em que o Município ou a Câmara participam; implementação dos procedimentos necessários para a realização de reuniões do Presidente e Vereadores, audiências e cumprimentos de ações agendadas.	Assistente Operacional	1		1					1	
	Assistente Técnico						1		1	
	Sub-total	1		1			1		2	
	Serviço Municipal de Proteção Civil									
Desenvolvimento de funções na área da proteção civil; plano municipal de emergência e dos planos especiais sobre riscos específicos; informação e formação das populações visando a sua sensibilização em matéria de autoproteção e de colaboração com as autoridades; colaboração na elaboração e execução de treinos e simulacros; elaboração de projetos de regulamentação de prevenção e segurança; coordenação desenvolvimento de outras ações no âmbito da proteção civil; promoção e cumprimento das medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios; responsabilidade sobre o perímetro florestal Municipal.	Técnico Superior	1	Engenharia Florestal		1				1	
	Sub-total	1			1				1	
Divisão Administrativa e Financeira										
Expediente e arquivo, atendimento integrado ao Município (inclui função de portaria e telefones), secretaria geral (inclui reprografia e apoio aos Órgãos Autárquicos), gestão de Pessoal, gestão e manutenção das instalações, comunicação e imagem, protocolo, relações internacionais, e cooperação externa, sistemas de informação e novas tecnologias, assessoria jurídica, patrocínio judiciário, contencioso tributário, turismo e prospeção. Contabilidade geral e analítica, aprovisionamento (contratação pública - aquisição de bens e serviços, armazéns e economato), Património.	Chefe de Divisão	1	Gestão de Empresas	1					1	
	Técnico Superior	1	Direito	1					1	
		1	Gestão de Empresas	0	1				1	
	Coordenador Técnico	2		2					2	
	Assistente Técnico	8		8			3		11	
	Assistente Operacional	6		6					6	
	Técnico Informática	1		1					1	
	Fiscal Municipal	1		1					1	
	Sub-total	21		20	1	3			24	

Atribuições/Competências/Atividades (e as demais previstas no Regulamento da Organização dos Serviços Municipais)	Cargos/Carreiras/Categorias	Nº de Postos de Trabalho (01-01-2014)	Área de Formação Académica e/Profissional	Nº Postos de Trabalho					OBS	
				Ocupados		Vagos	A Criar	A Extinguir		Total
				CTI	CTTD					
Divisão de Administração e Conservação do Território										
Licenciamento no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, licenciamentos diversos, fiscalização, topografia, informação geográfica, obras públicas, administração direta, fiscalização, abastecimento de água, saneamento de águas residuais, parque de máquinas e viaturas, manutenção de zonas verdes, parques, jardins e outras infraestruturas e equipamentos municipais, contratação pública - empreitadas.	Chefe de Divisão	1	Engenharia Civil	1					1	
	Técnico Superior	1	Eng. Produção Agrícola	0		1			1 (b)	
		3	Engenharia Civil	2		1			3 (c)	
		1	Ciências do Ambiente	1					1	
	Coordenador Técnico	2		2					2	
	Assistente Técnico	1		1					1	
	Encarregado Operacional	0		0			2		2 (d)	
	Assistente Operacional	42		40		2		2	40	
	Fiscal Municipal	1		1					1	
	Fiscal de Obras	2		1		1		1	1	
	Sub-total	54		49		5	2	3	53	
Unidade de Educação e Desenvolvimento Social										
Ação social, educação, património histórico, cultural e museus, animação cultural, desportiva e tempos livres, associativismo, gestão de equipamentos e infraestruturas conexas com as atividades descritas.	Técnico Superior	1	Serviço Social	1					1	
		1	Psicologia	1					1	
	Assistente Técnico	2		1		1	2		4 (d) (e) (f)	
	Assistente Operacional	33		33					33	
	Sub-total	37		36		1	2		39	
	TOTAL	114		106		8	8	3	119	

(a) Posto de trabalho não ocupado respeitante a trabalhadora em licença sem remuneração

(b) Posto de trabalho não ocupado respeitante a trabalhador em regime de cedência de interesse público em outra entidade

(c) Posto de trabalho não ocupado respeitante a trabalhador a exercer funções dirigentes

(d) Postos de trabalho a ocupar em regime de mobilidade interna

(e) Posto de trabalho não ocupado, respeitante a trabalhadora em mobilidade interna em outro órgão

(f) 1 posto de trabalho, criado em 29-04-2014, para trabalhadora regressada de licença s/remuneração

O Órgão Executivo,

Em 31 de outubro de 2014

[Assinatura]

O Órgão Deliberativo,

Em 27 de novembro de 2014

[Assinatura]

[Assinatura]
Cecília Jorge de Almeida SCS de M

MUNICIPIO DE MESÃO FRIO



6